

JOSÉ ALMEIDA DE SOUZA JR.

"TRABALHADORES, CRISE E NOVAS  
TECNOLOGIAS DE AUTOMAÇÃO NA  
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA:  
UM BALANÇO CRÍTICO"

*Este exemplar corresponde à  
redação final da tese defendida  
por José Almeida de Souza Jr.  
e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 09/10/92*

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departa-  
mento de Política Cien-  
tífica e Tecnológica do  
Instituto de Geociências  
da Universidade Estadual  
de Campinas.

Orientadora: Profa. Dra. *Angela M. Tude de Souza*

Agosto de 1992

So89t

10200/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

Para Luciana

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Ângela Tude de Souza, orientadora e amiga, pelo incentivo e pela discussão das principais idéias desenvolvidas na presente dissertação.

Aos professores do Mestrado em Política Científica e Tecnológica, pelo muito que me ensinaram.

À FUNCAMP, que financiou parte deste trabalho.

Aos funcionários do Instituto de Geociências, pelo empenho demonstrado.

Ao amigo Celso Costa Lopes, pela valiosa contribuição em termos de parte do material bibliográfico aqui utilizado.

Aos meus pais, pelas sólidas lições de vida que sempre souberam me dar.

Campinas, Agosto de 1992.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A Crise Fordista do Final dos Anos 60	
APRESENTAÇÃO	9
I.1. Ondas Longas e Crise de Acumulação	11
I.1.1. As múltiplas determinações do caráter cíclico das crises capitalistas	15
I.1.2. Os fatores extra-econômicos da acumu- lação capitalista	18
I.2. Em torno das origens do fordismo	21
I.2.1. O fordismo enquanto norma de regulação social	29
I.2.2. Capital Monopolista e consolidação do fordismo	41
I.3. Expansão e limites do fordismo no pós- guerra	44
I.4. A título de um primeiro balanço inter- mediário	55
CAPÍTULO II - A Crise do Processo de Trabalho Fordista	
APRESENTAÇÃO	57
II.1. A rigidez tecnológica do fordismo	60

## RESUMO

Este trabalho discute a questão das novas tecnologias de automação industrial, baseadas na microeletrônica, tendo em vista a situação da crise de acumulação capitalista instaurada a partir de meados da década de 60.

Trata-se fundamentalmente de uma discussão da reestruturação produtiva que ocorre contemporaneamente nos países capitalistas mais industrializados, visando o reestabelecimento do controle patronal sobre as classes trabalhadoras como maneira de se retomar o processo de acumulação capitalista, interrompido na virada da década de 60 e que se prolonga até o presente momento.

Discutimos aqui a crise fordista dos anos 60 como a crise do processo de trabalho capitalista levado ao impasse pela resistência operária à intensificação do trabalho por conta da crise de acumulação instaurada pelo esgotamento do período expansionista da economia mundial do pós Segunda Guerra mundial. Assim como as possíveis alternativas ao processo de trabalho fordista, nomeadamente o "Just-in-Time" e a "Especialização Flexível", em suas dimensões históricas e seus limites estruturais.

Finalmente, questionamos o aspecto ideológico de tais alternativas pós-fordistas, recolocando no centro do debate o próprio desenvolvimento das forças produtivas sob o modo capitalista de produção permanentemente em crise.

II.1.1. Em busca de uma outra organização da produção capitalista	64
II.2. A organização pós-fordista do trabalho	71
CAPÍTULO III - Entendendo o Funcionamento do "Just-in-Time"	
APRESENTAÇÃO	75
III.1. O "Just-in-Time" como alternativa japonesa ao fordismo: gênese histórica	76
III.1.1. O JIT como <u>dimensão técnica</u> da organização produtiva	80
III.1.1.A. Por que os trabalhadores consentem	81
III.1.1.B. Capitalismo à japonesa	84
III.2. O JIT e o processo de trabalho capitalista	95
III.2.A. Crítica da visão "impressionista" do JIT	98
III.2.B. Limites estruturais do JIT: balanço intermediário	101
CAPÍTULO IV - O que é a Especialização Flexível	
APRESENTAÇÃO	106
IV.1. A EF e o mercado dual de trabalho	110

IV.1.1. EF e a questão da disciplina operária	119
IV.1.2. O papel das novas tecnologias de automação na EF	122
IV.2. A ofensiva ideológica da EF	125
IV.2.1. Balanço intermediário: separação do político e do econômico para a "desideologização" do capitalismo	133
CAPÍTULO V - Um Balanço Final à Guisa de Conclusão	
APRESENTAÇÃO	138
V.1. Reestruturação produtiva e qualificações operárias	144
V.1.2. Reestruturação produtiva e reivindicações operárias	150
V.2. Considerações Finais	162
ANEXO	167
Bibliografia Citada	172

## INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

O auge do crescimento econômico mundial do pós-guerra é atingido em meados dos anos 60. Tal fase expansionista da economia mundial, explicável primeiramente pela recuperação da economia norte-americana e, posteriormente pelo crescimento das economias européias arrasadas pela guerra - assim como pelo crescimento da economia japonesa - acaba também favorecendo o crescimento das economias de alguns países situados na periferia do capitalismo mundial.

A consequência desta fase de crescimento econômico é um aumento da concorrência inter-capitalista, na disputa por mercados. Esgotada a fase de crescimento e iniciando-se uma de estagnação, ocorre uma intensificação ainda maior da concorrência internacional, contribuindo para a baixa das taxas de lucros. Lançamos como hipótese, que a reação do patronato norte-americano e logo em seguida, parcelas do patronato europeu, intensificam a exploração do trabalho assalariado. Não obstante, tal iniciativa contra-tendencial é insuficiente para deter a queda da taxa de lucros, além de provocar um rompimento nos padrões de distribuição da produção social, estabelecidos no pós-guerra. É por aí que iniciamos a compreensão da chamada crise fordista de meados dos anos 60 para cá.

No pós-guerra, aumenta o poder de barganha das organizações operárias. Inicialmente, o patronato o contorna, contorna através de uma distribuição maior dos ganhos de produtividade. Mas, à medida que tais ganhos - baseados num modelo de crescimento econômico extensivo - já não correspondem mais às exigências conjunturais de valorização, esgotam-se também as possibilidades de se manter os mesmos padrões de distribuição do produto social que o período acima mencionado conheceu.

A crescente pressão patronal pela intensificação do trabalho vai colidir, então, com um proletariado que acumulou forças. Em primeiro lugar, pelo seu próprio crescimento numérico e, em segundo, em função dos acordos que surgiram no período anterior à crise, compensando a intensificação do trabalho por ganhos reais em termos de salários diretos e indiretos.

Assim, no final dos anos 60, o impasse daí criado, se manifesta através de greves e recusa operária à intensificação da exploração capitalista. E o que é mais característico da situação de crise: são manifestações de bases que se descolam das direções reconhecidas dos trabalhadores.

O impasse então se prolonga pelo início dos anos 70, podendo ser compreendido a partir de duas variáveis-chave, a saber, o aparato tecnológico e o aparato institucional daquilo que se convencionou chamar de fordismo.

Ambas as variáveis dão apoio à finalidade de acumulação intensiva de capitais. E esta última pode ser entendida como um movimento permanente que visa à desvalorização da mercadoria força de trabalho. A crise do pós-guerra é justamente dada pela impossibilidade de se continuar desvalorizando tal mercadoria na sua proporção inicial. Esta é desvalorizada através de um aparato tecnológico intensificador do trabalho e a reprodução social deste trabalho, através de um aparato institucional socialmente estabelecido e que lhe dá coerência.

Num primeiro momento, pensava-se que a resolução da crise fordista passava essencialmente pela reforma do aparato tecnológico. E a própria maturação de certas inovações tecnológicas originadas no interior do complexo industrial-militar dos EUA ( o caso do micro-processador eletrônico), pareciam dar razão a tais esperanças, no sentido de difundí-las pelo tecido industrial e substituir a automação de base eletromecânica pela automação de base micro-eletrônica. Com isso, pensavam, seria possível a retomada da intensificação do trabalho e, conseqüentemente a superação da crise de acumulação.

Mas a desvalorização do capital já instalado não se justificaria, conforme compreendeu o patronato, sem uma reformulação igualmente profunda no aparato institucional fordista do pós-guerra. Portanto, a questão de fundo que estamos a

discutir aqui, não é apenas um salto qualitativo em termos de aumento de produtividade. É também uma transformação igualmente substantiva na repartição do produto social, em relação aos padrões vigentes no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 60.

Não basta uma "revolução tecnológica" sem que a hegemonia patronal seja reconstruída em novas bases. E para que tal aconteça, é preciso que a antiga seja substituída. Para tanto, é preciso alterar o balanço de forças existente entre patronato e classes trabalhadoras até os anos 60.

Na ausência imediata de condições que possam impor uma derrota absoluta às classes trabalhadoras por meio do exercício da força ( como no caso do nazi-fascismo ), a batalha trava-se a nível da imposição a longo prazo da ideologia do patronato ao restante da sociedade. Aqui abre-se toda uma frente de ataque às conquistas recentes dos trabalhadores através do discurso do determinismo econômico e tecnológico.

E esta batalha se encontra em pleno curso. Por exemplo, durante os anos 80, começa-se a dar mais atenção às possibilidades de se combinar as tais novas tecnologias produtivas com formas de organização do trabalho alternativas àquelas denominadas fordistas. Isto vai de encontro não apenas com os propósitos patronais de intensificação do trabalho, como também, em relação à própria reprodução social do mes-

mo. O que pode garantir, a longo prazo, a intensificação pro-  
longada da capacidade dos trabalhadores de gerar valor. É o  
que pode dar coerência aos propósitos patronais de acumula-  
ção capitalista a prazos igualmente longos e numa medida maior  
que no período precedente.

Isto coloca um tremendo desafio à organização das  
classes trabalhadoras a nível mundial. Em primeiro lugar há  
uma situação recessiva na economia mundial, como um todo. Is-  
to é, em termos práticos, os trabalhadores se vêem obrigados  
a mudar a pauta das reivindicações colocadas em suas agendas,  
colocando as questões mais imediatas de preservação das suas  
conquistas anteriores, em primeiro lugar. Com isso, as ques-  
tões que dizem respeito às classes trabalhadoras como um to-  
do ( notadamente o futuro das mesmas ), merecem um destaque  
cada vez menor. Isto, por sua vez, abre um enorme flanco às  
investidas ideológicas patronais, cada vez mais ousadas.

Desta maneira, consideramos que a retomada do cres-  
cimento da economia mundial, vale dizer, da acumulação de ca-  
pitais a níveis superiores aos do período do imediato pós-  
guerra, passa necessariamente por uma reestruturação produti-  
va e institucional. De maneira que esta última dê substância  
à primeira.

Além do mais, é preciso que se atente para o fato

de que, a configuração da economia mundial da atualidade, é bastante diferente em relação ao período do imediato pós-guerra. Esta teve um crescimento marcadamente extensivo, seja pela reconstrução das economias européia e japonesa, seja pela industrialização acelerada de algumas economias da periferia capitalista. Hoje em dia, além das primeiras já terem completado seus respectivos aparelhos industriais, as últimas se encontram pesadamente endividadas.

Isto, por sua vez, aponta para a retomada do crescimento do centro do capitalismo mundial, de uma forma ainda mais intensiva, onde a tendência é dada pela constituição de mercados cada vez mais de substituição e, conseqüentemente para uma aceleração nos tempos de rotação do capital. Este é um terreno amplamente propício à queima de capital ( introdução acelerada de inovações tecnológicas, as quais requerem prazos de maturação cada vez mais encurtados ). E portanto todo o processo de planificação da acumulação precisa se dar em novas bases.

E a planificação da acumulação capitalista nesta fase do desenvolvimento das forças produtivas necessita de um outro aparato institucional. Um que possa garantir uma maior e mais prolongada intensificação do trabalho. Esta é a questão colocada por este trabalho.

A exposição que se segue é composta de cinco capítulos. O primeiro se ocupa de uma caracterização da crise fordista do final dos anos 60, enquanto expressão recente da crise de acumulação do pós-guerra, assim como da reprodução social do trabalho.

O segundo capítulo representa um esforço de sistematização de uma crítica às insuficiências teórico-metodológicas quando da discussão da crise fordista dos anos 60, apenas enquanto crise nas relações sociais de produção. Ou seja, a discussão da crise de valorização, na verdade, deixa de ser discutida, de acordo com os enfoques teórico-metodológicos que estamos criticando. Estes discutem a crise dos anos 60 apenas como crise do processo de trabalho. Neste mesmo capítulo, também abrimos a discussão para a crítica das alternativas "pós-fordistas", nomeadamente, o "Just-in-Time" (produção em tempo real) e a chamada "Especialização Flexível" (denominada assim para se diferenciar da suposta "rigidez" produtiva da especialização fordista), as quais discutiremos nos capítulos III e IV, respectivamente.

No capítulo III, tratamos do "Just-in-Time" como modelo de reestruturação produtiva, descrevendo sua gênese histórica, sua interrelação e suas limitações recentes em relação à sociedade japonesa contemporânea.

No quarto capítulo, discutimos a "Especialização Flexível" como método produtivo para um suposto modelo "pós-fordista", destacando suas conseqüências em termos de precarização do estatuto do trabalho e caracterizando-o enquanto expressão de uma ofensiva ideológica a serviço do patronato.

E no quinto e último capítulo, fazemos um balanço crítico final a respeito do que já se fez até o momento, em termos de reestruturação produtiva, tomando por base alguns elementos significativos. Também ressaltamos aqui, as representações deste movimento para os setores organizados das classes trabalhadoras, através da manifestação a este respeito, de lideranças expressivas do movimento operário brasileiro.

CAPÍTULO I

A CRISE FORDISTA DO FINAL DOS ANOS 60

## CAPÍTULO I

### APRESENTAÇÃO

Neste primeiro capítulo, vamos discutir a atual crise fordista enquanto expressão recente das crises de acumulação. Dentro do contexto destas últimas, vamos também discutir as crises do processo de trabalho capitalista em suas múltiplas determinações, tanto nos aspectos que as deflagram, como naqueles que apontam para a sua superação, preservando-se as condições essenciais que dão coerência ao modo de produção capitalista.

Nos interessa mostrar aqui como as grandes reestruturações do processo de acumulação capitalista que tiveram lugar neste século, passaram, sob diversos aspectos, pela recomposição das relações de poder entre grupos dirigentes e classes trabalhadoras, ao se tomarem as reestruturações da base produtiva como pré-condição indispensável para o exercício da hegemonia burguesa, em seus vários momentos, sobre o restante da sociedade.

Discutiremos primeiramente os contornos mais gerais que dão inteligibilidade à crise atual de acumulação, vivida a partir de meados da década de 60. Em segundo lugar, centraremos nossa análise sobre as condições estruturais que se formaram historicamente e estão na raiz do esgotamento do padrão de acumulação capitalista intensiva, expressando a supra-mencionada crise.

O propósito deste capítulo é balizar as discussões subseqüentes a respeito das transformações tecnológicas presentemente em curso, à luz de sua inserção no processo de valorização de capitais no momento atual.

## I.1. Ondas Longas e crise de acumulação

MANDEL (1985) busca ligar o surto de crescimento da economia capitalista mundial do pós-guerra com o movimento das Ondas Longas do desenvolvimento capitalista. Na fase expansiva da presente Onda Longa ( 1940/45 a 1966/67 ), a acumulação de capitais se acelera, atingindo em meados dos anos 60, seu ponto culminante. A partir de então, as taxas de retorno dos investimentos produtivos passam a responder mais lentamente. Vejamos, segundo o autor, o processo a partir de suas origens:

"O enfraquecimento (e atomização parcial) da classe operária, determinado pelo fascismo e pela Segunda Guerra Mundial permitiu uma alta maciça na taxa de lucros, o que favorece a acumulação de capital . De início, este é lançado na produção de armamentos e a seguir nas inovações da terceira revolução tecnológica\*, o que barateia consideravelmente o capital constante e assim promove uma elevação, a longo prazo, na taxa de lucros. O mercado mundial se constrói através da autarquia, da guerra mundial e da ampliação das zonas não-capitalistas (Europa Oriental, China, Coreia do Norte, Vietnã do Norte e Cuba), mas a seguir, é bastante ampliado pela intensificação da divisão internacional do trabalho nos países imperialistas e pelo início da industrialização das semi-colônias." (1)

---

(1) MANDEL, E., 'O Capitalismo Tardio', Nova Cultural, São Paulo, 1985, p. 93.

\* Segundo o autor, a terceira revolução tecnológica marca o advento da energia nuclear, da automação de processos industriais contínuos, do computador eletrônico, na utilização civil.

Assim, de 1940/45 até 1966, a grosso modo, a Onda Longa se caracteriza por uma tonalidade expansiva; a taxa de lucros cresce até atingir seu máximo e, a partir de então, começa a cair. Esta desaceleração do ritmo da acumulação é determinada, segundo ainda o autor, pela própria massa de capitais acumulados durante o período de auge, pelo fato de não encontrarem agora, as mesmas condições de remuneração que no período imediatamente anterior. (2)

De 1967 em diante, fica ainda mais evidente o enfraquecimento no ritmo de acumulação de capitais a nível mundial porque:

"A lenta absorção do "exército industrial de reserva" nos países imperialistas age como obstáculo a um aumento adicional na taxa de mais-valia, apesar da automação crescente. A intensificação da concorrência internacional e a crise monetária mundial trabalham no mesmo sentido. Resulta daí uma diminuição no ritmo de expansão do comércio internacional." (3)

Ainda de acordo com o autor acima mencionado, as fases de auge e de crise da Onda Longa do pós-guerra, estão diretamente ligadas aos movimentos da taxa de lucros. Deste modo, os fatores que determinam basicamente um período de acumulação prolongada, ou uma Onda Longa, decorrem de:

---

(2) *IBID*, pp. 75 - 6.

(3) *IBID*, p. 93.

(a) Baixa na composição orgânica do capital e/ou;

(b) Elevação da taxa de mais-valia.

Deste modo ainda, quando a elevação da taxa de mais-valia não pode ser conseguida, a não ser por uma elevação brutal na composição orgânica do capital (conforme é o caso do período que estamos tratando), abre-se a possibilidade de uma inibição ao crescimento da taxa de lucros. No caso, tanto a intensificação da exploração encontra limites na resistência operária, como o estoque tecnológico disponível então, não justificava economicamente (ainda) uma maior automação da produção. Estes impasses são relativamente comuns na história do desenvolvimento das forças produtivas sob o capital, entendido como relação social de produção. Segundo GALVAN (1989):

"...No desenvolvimento do modo de produção capitalista - ou seja, quando o capital subsume progressivamente o trabalho- esse movimento acaba por travar o próprio motor do capital, fazendo baixar a taxa de lucro e, ao mesmo tempo, desenvolve mecanismos que, de novo, amplificam a mesma taxa. O capital desata um movimento que, simultaneamente, o estimula e o embota." (4)

Daí decorre, portanto, o fato de que, após cada período de auge na acumulação de capitais, segue-se um outro de

---

(4) GALVAN, C.G., 'Capital, Tecnologia & Questionamentos', SHORIN, João Pessoa, 1989, p. 73.

estagnação, pela impossibilidade de se repetir em escala ampliada, o mesmo desempenho que no período anterior. É a situação típica, a qual SCHUMPETER, em sua obra "Teoria do Desenvolvimento Econômico", chama de "fluxo circular". A retomada da acumulação a taxas crescentes, se dá portanto, pelo rompimento com os fatores que impedem simultaneamente a desvalorização do capital produtivo e da mercadoria força de trabalho. Ou seja, a solução das crises capitalistas dificilmente deixará de ser traumática, por meio de choques. Tais choques, gradualmente se dissipam no interior do próprio processo de acumulação. A este respeito, DAY (1976) comenta:

"Trotsky, tal como Kondratiev, acreditava que as crises capitalistas devem ser analisadas primeiro entendendo-se seu equilíbrio. Seu tratamento a respeito do assunto foi, de muitas maneiras, semelhante ao de Kondratiev: "O equilíbrio capitalista é um fenômeno extremamente complexo. O capitalismo produz seu equilíbrio, o destrói, o restaura novamente, para em seguida destruí-lo mais uma vez. Ao mesmo tempo em que estende os limites de sua dominação. Na esfera econômica estas constantes destruições e restaurações do equilíbrio assumem a forma de crises e de auge de crescimento... O capitalismo possui, portanto, um equilíbrio dinâmico, o qual está sempre em processo de destruição ou de restauração.""(5)

A crise, é portanto, parte integrante da compreensão de como desenvolve-se o capitalismo. Mas as determinações que conduzem à crise permanente do capitalismo são múltiplas,

---

(5) DAY, R.B., "The Theory of the Long Cycle: Kondratiev, Trotsky, Mandel", New Left Review 99, 1976, p. 70. A citação intermediária in DAY (1976), e do próprio Trotsky ("The First Five Years of the Communist International", Nova Iorque, 1945, vol.1, p. 174).

assim sendo, passaremos a considerá-las mais detalhadamente.

### I.1.1. As múltiplas determinações do caráter cíclico das crises capitalistas

MANDEL (1981) trabalha com a hipótese de que a origem das crises capitalistas recentes deve ser procurada tanto dentro como fora da esfera imediatamente econômica. A este último tipo de causalidade, mereceria, segundo o autor, uma maior atenção, principalmente a partir da experiência concreta vivida neste século. É a questão do "choque externo" à economia, capaz de romper com os impasses a que chega a acumulação capitalista, depois de ter passado por um período de auge de crescimento econômico. Diferentemente de SCHUMPETER, o qual centra o papel de rompedor do impasse criado, na figura do empresário inovador, o autor acima citado (1981) prefere salientar o papel desempenhado pela correlação de forças no embate entre as classes sociais antagônicas.

Esta é uma crítica dirigida a determinadas explicações do caráter cíclico da acumulação capitalista que se pautam pela monocausalidade. Entre elas, destacamos a questão dos

efeitos das inovações tecnológicas no processo de acumulação.

Muito embora a existência de um determinado estoque de inovações tecnológicas à disposição do capital ( primordialmente do grande capital ) seja uma importante condição para colocá-lo a serviço da acumulação, esta existência (e possibilidade de mobilização) ainda não é suficiente para sustentar a acumulação a longo prazo. E por que?

Porque a tecnologia, como instrumento de intensificação do trabalho, precisa ser mobilizada prolongadamente, para o processo de valorização possa se sustentar. E em muitos casos, a correlação de forças entre capital e trabalho determina o momento de se mobilizar ou não as inovações tecnológicas. (6)

MANDEL (1981) argumenta a respeito de fatores não-diretamente econômicos, causadores de um processo que se traduz no caráter cíclico da acumulação capitalista. Entre os quais, o papel desempenhado por grandes blocos de inovações tecnológicas posteriormente mobilizados pelo capital. No caso das Ondas Longas, o autor salienta que é preciso contextualizar os dados empíricos que estabelecem uma correlação entre as chamadas revoluções tecnológicas e as primeiras. Da seguinte maneira:

---

(6) MANDEL, E., " Explaining Long Waves of Capitalist Development", FUTURES , agosto de 1981, pp. 332 - 8.

" A idéia segundo a qual a inovação (tecnológica) cria mais ou menos automaticamente uma Onda Longa de tonalidade expansiva, no caso de ser suficientemente ampla e sustentada, é completamente equivocada. A inovação (tecnológica) em grande escala somente cria uma Onda Longa de crescimento sustentado e ascendente se houver simultaneamente uma ampliação significativa do mercado, assim como uma taxa de crescimento econômico que conduza a um alto nível de emprego." (7)

A passagem acima nos dá uma medida do significado de uma Onda Longa de acumulação capitalista. Não é apenas o trabalho intensificado, mas deve também haver um respaldo em termos do prolongamento de tal movimento de intensificação da exploração do trabalho. Para tanto, o processo de introdução de inovações tecnológicas se liga organicamente ao crescimento da atividade econômica como um todo. É o caso de se considerar, por exemplo, quando a taxa de lucros se apresenta estagnante ou mesmo em declínio, indicando o desempenho geral da atividade econômica. Neste caso, os investimentos necessários à renovação de determinadas matrizes tecnológicas podem não se pagar, agravando, ao invés de encaminhar solução para a crise econômica. O capital prefere esperar, então, para ter certeza ( ou quase isso ) de que haverá retorno seguro e acima da média para os investimentos necessários à renovação da estrutura de exploração do trabalho. MANDEL (1981) aponta portanto, para um hiato existente entre inovações tecnológicas e o momento que o capital as mobiliza. (8)

---

(7) IBID, p. 334.

(8) IBID, pp. 335 - 8.

### I.1.2. Os fatores extra-econômicos da acumulação capitalista

O hiato temporal mencionado no fim do último ítem, por sua vez, aponta para as flutuações da taxa de lucros. E cabe aqui levar em conta o que causa tal movimento, com especial relevância, os chamados fatores extra-econômicos da acumulação capitalista. O desfecho de guerras, revoluções e contra-revoluções, do acirramento do conflito de classes, a ampliação do mercado mundial, a descoberta de novas jazidas auríferas, etc., contribuem fortemente na mudança de tonalidade da Onda Longa. (9)

Na mesma linha de raciocínio, MANDEL (1981) estabelece as causas extra-econômicas que contribuíram para precipitar a Onda Longa de acumulação capitalista do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Ele diz o seguinte:

" Seria, de fato, difícil de ignorar que a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria que se sucedeu, nada tiveram a ver com a fase de auge entre 1948 e 1968 na Europa Ocidental e no Japão; do mesmo modo que seria difícil também negar as óbvias relações existentes entre a Revolução de 1848, ou ainda, o descobrimento completo da Era Imperialista depois de 1893, por um lado, e as conseqüentes fases longas de auge que sucederam tais pontos de inflexão, por um outro lado." (10)

---

(9) IBID, p. 335.

(10) IBID, p. 335.

Em outras palavras, existem algumas pré-condições para o pleno crescimento da acumulação capitalista, as quais não dependem deste ou daquele capital mobilizarem -se para tanto separadamente. Mas dependem do desfecho histórico dado a determinados impasses à acumulação. E isto está completamente fora do controle dos capitais, considerados singularmente. Tampouco as condições de sucesso da introdução de determinadas inovações tecnológicas pode ser deduzido com segurança de tentativas bem-sucedidas passadas. Porque as condições de apoio eram outras. Há portanto sempre um componente de incerteza muito grande para cada variável do problema tomada em particular.

E a componente de incerteza, merece, por esta razão, um maior destaque de análise. Só quando as incertezas são minimizadas é que se pode argumentar favoravelmente a respeito da mobilização de inovações tecnológicas para a acumulação de capitais. E no que consistem, basicamente, tais incertezas? Elas representam os pontos de impasse nas relações entre capital e trabalho e somente se resolvem quando as classes em conflito finalmente medem suas forças acumuladas:

"... (o) fascismo, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria implicaram num repentino e agudo crescimento da taxa de mais-valia, somente explicável por um clímax de derrotas históricas da classe trabalhadora após episódios decisivos da luta de classes. Uma tal e repentina subida na taxa de exploração da classe trabalhadora - resultando essencialmente, não da lógica interna de ciclos de acumulação prévios, mas de uma transformação do ambiente sócio-político no qual opera o sistema (destruição dos sindicatos, eliminação da democracia burguesa, atomização da classe trabalhadora, impossibilidade de venda coletiva da força de trabalho, etc.) - pode, se colocada e mantida em movimento, reverter radicalmente a tendência de queda da taxa de lucros média e, da mesma maneira, colocar e manter em movimento uma tendência crescente de acumulação crescente a longo prazo, vale dizer, de crescimento econômico." (11)

Portanto, é por aí que caminha a discussão materialista a respeito das Ondas Longas do desenvolvimento capitalista. A multiplicidade de fatores arrolados acima pode, entretanto, ser desdobrada e ordenada, para fins de compreensão, em duas grandes vertentes. A saber, a mobilização de meios materiais que levam à intensificação do trabalho/desvalorização da mercadoria força de trabalho e as condições que permitem a continuidade deste processo.

Esta última, as condições que permitem a exploração do trabalho, reflete como se exerce o poder político de uma classe sobre a outra, o que nos dá uma medida de como se constrói socialmente a hegemonia de classe.

---

(11) IBID, p. 336.

## I.2. Em torno das origens do fordismo

Conforme a argumentação precedente, a acumulação capitalista se dá em meio a uma relação social de exercício do poder de uma classe de detentores dos meios de produção sobre outra classe de possuidores da capacidade de realizar trabalho. Isto é, esta última vende sua mercadoria sob os termos impostos pela outra. O conflito nesta relação social é portanto inerente à mesma e pode se manifestar de duas maneiras: aberto ou em potencial.

Mas a manifestação do conflito em potencial é bem mais freqüente que a do conflito aberto de classes. É, o que se pode dizer, o cotidiano do relacionamento entre as duas classes sociais antagônicas. Por esta razão é mais permanente e duradouro. E é em cima desta situação de conflito permanente e potencial que se constrói a hegemonia burguesa característica desta fase de acumulação intensiva de capitais.

Deste modo, o conflito em potencial deve ser visto tanto no tocante às relações na produção, como também das relações sociais de produção. Em outras palavras, as crises do processo de trabalho estão intimamente ligadas às crises do processo mais geral de valorização capitalista.

Aqui não nos deteremos, portanto, nas fases mais agudas do conflito de classes, mas sim na construção histórica de sua "normalidade". O que nos interessa mais de perto, é como a grande produção mecanizada se estabeleceu neste século a partir de relações capitalistas de produção e como a organização do trabalho em tais condições, colocou uma nova pauta na agenda do conflito de classes, expressa pelas transformações políticas e sociais que acarretou. A esta complexa interação, convencionou-se chamar de período fordista da acumulação capitalista, ou simplesmente "fordismo".

AGLIETTA (1979) entende o fordismo na medida em que, partindo de um pressuposto de uma análise rigorosa das leis de movimento do desenvolvimento capitalista nos EUA, este poderia fornecer elementos para a explicação de estruturas capitalistas formadas semelhantemente. Buscando com isto, compreender a internacionalização de tal padrão de acumulação intensiva de capitais, que se origina ao término da Segunda Guerra Mundial. E que, portanto, nos dá uma boa medida da razão pela qual todo o processo de acumulação de capitais, a nível mundial, entra em crise em meados da década de 60 e, de certa maneira, se prolonga até os dias de hoje.

O autor procura então estabelecer uma diferença entre dois momentos da história da acumulação capitalista nos EUA, os quais estão na origem da reprodução ampliada de capitais daquele país. Para tanto, ele lança mão do conceito de

"regime de acumulação", a partir de padrões empíricos extraídos da história do capitalismo nos EUA. Ou seja, a partir das principais fases do desenvolvimento das forças produtivas naquele país. Estas fases se bipartem em regime de acumulação extensiva e regime de acumulação intensiva. Dos regimes de acumulação, o autor apreende que cada um deles desenvolve formas peculiares capazes de garantir as suas reproduções ampliadas. Estas formas peculiares, são na verdade de caráter institucional e se criam histórica e socialmente, garantindo a estabilização dos conflitos e a reprodução ampliada do capital. Tais "estabilizadores" dos regimes de acumulação operam aquilo que ele denomina "a regulação" dos referidos regimes de acumulação (12). Como se vê, o autor também fez recurso à noção de "sistemas"... Mas concentremo-nos, por ora, na definição dos regimes de acumulação mencionados.

Segundo ainda o mesmo autor, o regime de acumulação extensiva se relaciona com o primeiro estágio de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Isto é, o crescimento do processo de acumulação se faz pela extensão tanto da jornada de trabalho, como pela incorporação crescente de trabalhadores ao processo produtivo, assim como pela incorporação crescente de espaços para a valorização. É o que poderíamos denominar "capitalismo de fronteira", conforme veremos a seguir.

---

(12) AGLIETTA, M., "Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos", ( trad. Juan Bueno), Siglo Veintiuno de España, Madrid,

Em linhas gerais, podemos adiantar que, nos EUA, o crescimento da atividade econômica se dá mais intensamente com o fim da Guerra Civil, quando a burguesia industrial e financeira finalmente assumem a direção do Estado norte-americano, impondo seu projeto de classe sobre o restante da sociedade. Começa aí uma grande expansão naquela economia, iniciada com o esforço de guerra ( demanda provocada pelo abastecimento das tropas, fim do comércio independente dos estados confederados ), que sinaliza com um imenso incentivo à ocupação das fronteiras do país ( crescimento da malha ferroviária), o que por sua vez, se traduz em incentivo à produção industrial como um todo. É também um momento de consolidação de relações sociais de produção especificamente capitalistas. Tanto se desvaloriza a mercadoria força de trabalho pela incorporação de contingentes crescentes de trabalhadores ao proletariado, como também se promove a transferência de renda, de forma mais acelerada, dos setores mais atrasados para aqueles mais dinâmicos da economia. (13)

De início, pode-se dizer então, que o "regime de acumulação extensiva" não possui uma "regulação", pelo menos no sentido formal do termo. Mas informalmente, ainda persistem formas de estabilização da reprodução social do trabalho ainda não totalmente assimiladas pela reprodução do capital.

---

(13) IBID, pp. 55 - 6.

É que uma parte ainda considerável da reprodução social da força de trabalho ainda é de inteira responsabilidade da mesma. Longas jornadas de trabalho e baixos salários podem desta forma, garantir o processo continuado de acumulação capitalista. Em outras palavras, o padrão de consumo dos trabalhadores ainda é suplementado pela auto-produção, pelo auto-consumo e pela família extensa. Ou ainda, a mercantilização da vida social ainda é incipiente. Enquanto o capital pode se valer desta forma de estabilização da reprodução social do trabalho, é possível um crescimento extensivo da acumulação. Mas as fronteiras a serem ocupadas, por maiores que sejam, não são infinitas.

À medida que o padrão extensivo de acumulação de capitais se desenvolve, ocorre um fenômeno contraditório: começam a surgir os limites às oportunidades de valorização. E até que surjam novas oportunidades, vai se instaurando uma situação de crise. A intensificação do trabalho encontra a resistência operária, por um lado porque o crescimento numérico do proletariado diminui, por outro, porque a crescente urbanização deste último, intensifica a mercantilização de sua reprodução social. Há uma pressão, portanto, para se redividir o produto social. Ao mesmo tempo em que o padrão anterior de acumulação de capitais "ainda não enxerga uma saída".

Esta, obviamente, não acontece de imediato. Até que

se perceba socialmente que são as condições mais gerais para a reprodução ampliada do capital que se encontram em crise.

A saída para a crise do momento é pontilhada por um processo de tentativas e erros ( mais erros ). Entretanto, os erros também ensinam. Por exemplo, que o prosseguimento do regime de acumulação extensiva possui seus limites objetivos. Isto é, insistir em baixos salários e jornadas mais longas de trabalho vão demonstrando-se em termos de resultados ineficazes para o processo de acumulação mais geral. Isto porque, no limite, é a própria venda coletiva da mercadoria força de trabalho que está ameaçada, ao se deteriorarem as condições para a reprodução social da mesma e, por isso mesmo, os trabalhadores resistem a vendê-la pelos padrões anteriormente vigentes.

Esta crise se prolonga até que no final do século passado encarrega-se de resolver a disputa a nível inter-capitalista: consolida-se um movimento de concentração e centralização de capitais, o qual vai lançar as bases para o advento da grande produção capitalista altamente tecnificada. Este é um movimento que aponta para a intensificação da exploração do trabalho e, conseqüentemente de intensificação da acumulação capitalista. Mas a simples intensificação do trabalho não se constitui em condição suficiente para a retomada da acumulação, a menos que se possa prolongá-la, conforme se perceberá mais tarde.

E o que significa prolongar a intensificação do trabalho? Trata-se de apresentar ao capital, um trabalhador capaz de produzir muito mais valor que o mesmo trabalhador do período precedente, caracterizado como regime de acumulação extensiva. Mas não é produzir maior valor somente num instante; é produzi-lo de forma contínua, de modo a atender as novas exigências de valorização.

Somente os trabalhadores que tiverem asseguradas as suas condições de reprodução social estarão aptos a fornecerem ao capital o que lhes é agora exigido. Entretanto, as novas condições de reprodução social do trabalho estão também colocadas em novos parâmetros. A crescente urbanização e a difusão da relação salarial fazem com que, conforme salienta AGLIETTA (1979), a reprodução do trabalho passe cada vez mais pelo atendimento via mercado da mesma (14). Ou seja, o período de acumulação precedente criou as condições para a crescente mercantilização daquela.

Isto por sua vez, coloca em questão a própria divisão do produto social, na medida em que a demanda por maiores salários reais cresce. Para o capital, a saída é intensificar a exploração do trabalho. Não tanto pelo prolongamento da jornada, e sim pela diminuição dos tempos mortos, já que a intensificação do trabalho pelos parâmetros do período precedente

---

(14) *IBID*, p. 56.

esbarraria na resistência dos trabalhadores.

O novo período está a pedir, portanto, formas igualmente novas de estabilização dos conflitos decorrentes das condições de valorização que agora se apresentam. Mas tampouco existe ainda um referencial acabado para tanto. A remissão mais imediata, por enquanto, continua sendo aquela das formas de estabilização do conflito de classes, consolidadas a partir do desenvolvimento do regime de acumulação extensiva.

Contudo, lembrando o que foi afirmado anteriormente, o regime de acumulação extensiva destruiu paulatinamente as condições objetivas, que garantiam em última instância, a capacidade de conferir efetivamente "regulação" às condições mais gerais de reprodução de capitais. O regime de acumulação intensiva, que por sua vez sucede aquele, vê-se num primeiro instante, desprovido do que se poderia chamar de norma social de estabilização da reprodução do trabalho. Sem esta, são as próprias condições de reprodução ampliada do capital que são colocadas em questão. Daí então, se pensar o fordismo enquanto expressão mais acabada daquela nova norma social, adequada ao novo regime de acumulação intensiva. (15)

---

(15) IEID, pp. 88 - 99.

### I.2.1. O fordismo enquanto norma de regulação social

CLARKE (1990) faz um interessante apanhado da obra de Gramsci, ao estudar a crise contemporânea do fordismo. Gramsci, em "Americanismo e Fordismo", enxerga este último para além de sua dimensão mais imediata no tocante ao âmbito da simples produção de mercadorias. Ao mesmo tempo que é a produção capitalista de mercadorias o tema aglutinador, o autor italiano procura dar coerência às partes constituintes de um todo maior, a saber, como se explica a permanência no dia a dia das condições sociais que garantem a possibilidade de se transacionar a principal mercadoria para a valorização do capital, ou seja, a força de trabalho.

Nesta medida, o fordismo é visto como algo além de uma forma de organização da produção na fábrica. Ao mesmo tempo que se trata de uma questão de como se organiza a produção dentro da fábrica, também é o caso de como vai-se organizando a sociedade, composta em sua maioria por trabalhadores, fora do nexos mais imediato da produção, mas com vistas a este. O que demonstra como o grande capital vai aprendendo a administrar o conflito de classes, de forma a atender seus interesses de valorização. (16)

---

(16) CLARKE, S., 'New Utopias For Old: Fordist Dreams And Post-Fordist Fantasies', CAPITAL&CLASS 42, 1990, pp. 141 - 6.

Gramsci, segundo CLARKE (1990), trata o fordismo como forma de organização da estabilidade social da mercadoria força de trabalho, em "Americanismo e Fordismo". Mais do que isso: é como o capitalismo plenamente desenvolvido vai estabelecendo os meios de planificação da produção e da acumulação em geral. Neste sentido, a intervenção no mercado de trabalho, vai se tornando um aspecto cada vez mais importante para a continuidade do processo de acumulação. E por qual razão?

Porque à medida que as forças produtivas se desenvolvem nos EUA, a passagem do regime de acumulação extensiva para aquele intensivo, não é uma transição suave, conforme bem nos lembra AGLIETTA (1979). Pelo contrário, neste processo de transformação das forças produtivas, também ocorre uma transformação na organização da sociedade como um todo. No período de transição acima mencionado há todo um legado de condições caóticas, no que se refere à reprodução social da mercadoria força de trabalho. A consolidação das relações sociais de produção capitalistas e o triunfo absoluto da lei do valor por todas as esferas da reprodução social, destroem as formas de regulação/estabilização social, as quais anteriormente conferiam condições de apoio para a valorização capitalista. E, num primeiro momento, há uma espécie de vácuo em relação a esta questão. Pois ainda não havia se formado um consenso social a respeito da mesma.

Ao mesmo tempo que se inicia o regime de acumulação intensiva, já não há mais lugar para formações sociais estabilizadoras, semelhantes àquelas do período precedente. Ou, o que vai agora ocupar o lugar da pequena produção mercantil, do auto-consumo e da família extensa, é a crescente favelização de grandes contingentes do proletariado, com uma perda de referência em relação a antigos padrões morais de comportamento. Para o capital, isto significa uma "maré montante" de indisciplina social, o que coloca diretamente em questão as suas novas exigências de valorização.

Daí que Gramsci rebate a crítica bolchevique, segundo a qual, "o fordismo seria uma forma passageira de puritanismo hipócrita"(17). Não: o que à primeira vista pareceria mera "excentricidade norte-americana", vai aos poucos se revelando, na verdade, como tentativa de intervenção direta do capital na esfera extra-econômica da reprodução social do trabalho, visando assegurar a própria acumulação. Ou, ainda o reconhecimento tácito de uma "vanguarda" da burguesia, de se planificar a acumulação de capitais em todos os seus aspectos.

Novamente, em "Americanismo e Fordismo", o objeto privilegiado de análise é o descompasso entre a racionalida-

---

(17) Aqui Gramsci está entrando em polémica com a esquerda bolchevique, cujo grande expoente à época (início dos anos 20) ainda era Leon Trotsky. Gramsci então argumentava que as iniciativas de Ford nada tinham de filantrópicas e sim com a necessidade de se preservar o trabalhador para as novas exigências de valorização. Para mais detalhes, ver GRAMSCI, A., "Antologia" (trad. Manuel Sacristán), Siglo XXI, México, 1977, pp. 475 - 80.

de dos imperativos de uma produção mecanizada e a não-presença de uma contrapartida de racionalidade equivalente, em termos sociais, junto à maior parte do proletariado recém-incorporado ao processo produtivo. Para o pragmático H. Ford, a racionalidade em questão, precisava ser estendida também para fora da fábrica para que, segundo GRAMSCI (1977):

"...o trabalhador possa conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psico-físico, expresso pelo novo método produtivo. Esse equilíbrio não pode ser simplesmente algo externo e mecânico, mas algo dependente da própria vontade do trabalhador... O industrial norte-americano se preocupa em manter a continuidade da eficácia física do trabalhador; sua eficácia muscular e nervosa: é seu interesse contar com um pessoal estável, homogeneizado permanentemente, porque também o complexo humano ( o trabalhador coletivo ) de uma empresa é uma máquina que não se deve desmantelar com frequência e que não pode ser renovada em suas peças singulares, sem que se sofram perdas significativas." (18)

Daí a necessidade de uma intervenção patronal, não só a nível pontual, mas sobre grandes parcelas, para não se dizer sobre o conjunto do proletariado. Conseqüentemente, a necessidade de se construir de uma hegemonia patronal sintonizada com as novas exigências de valorização. Vale dizer, estabelecer uma nova hegemonia burguesa sobre a sociedade. É a modernização conservadora, auto-revolucionária, mas para garantir que sua dominação permaneça e se reproduza.

---

(18) GRAMSCI, A., op. cit., pp. 476 -7.

Mas, antes da emergência do fordismo enquanto racionalidade produtiva destinada à valorização capitalista, AGLIETTA (1979) discute um pouco o taylorismo como resposta patronal à luta de classes no local da produção (19). Estamos situando esta discussão no final do século passado, quando a história da acumulação capitalista passa por um momento de inflexão. Concomitantemente, tal período também marca uma transição tecnológica importante, que é representada pela generalização da força motriz de origem elétrica nas fábricas. Por um lado, há o esgotamento relativo do padrão de acumulação extensivo e da crise do mesmo, advém um grande movimento de concentração e centralização de capitais. Tem início neste período também, uma expansão do mercado mundial. Por outro lado, uma série de inovações tecnológicas, como a eletricidade, por exemplo, se mostram maduras o suficiente para serem mobilizadas para os propósitos da valorização. E o que tem o surgimento do taylorismo a ver com tudo isso neste momento? É o que veremos a seguir.

O taylorismo faz parte deste movimento, na medida em que, primeiramente, responde a uma demanda de intensificação do processo de trabalho capitalista. A nível mais detalhado, significa uma percepção mais precisa do processo de

---

(19) AGLIETTA, M., op. cit., pp. 90-3.

trabalho em seus vários trechos constituintes. A forma encontrada por F.W. Taylor de se aumentar a produtividade é dividir o trabalho em trechos e ter um conhecimento mais preciso de suas partes constituintes, para em seguida prescrevê-lo aos trabalhadores. Trata-se, na verdade, de se apropriar do saber operário, para sobrepujar a resistência coletiva destes. No entanto, a parcelização das tarefas, por si só, não garante que a inter-conexão das tarefas parcelizadas aconteça espontaneamente. E é importante salientar a possibilidade de se juntar as várias partes do trabalho racionalizado, pois isto vai garantir ganhos de produtividade muito maiores que a simples soma das partes constituintes, uma espécie de efeito sinérgico. Pela tecnologia do vapor, característica do período de acumulação precedente, esta junção de trechos racionalizados do trabalho é pouco viável. Já pela adoção da força motriz elétrica, abre-se a possibilidade de se pensar numa cadeia de produção; pode-se racionalizar não apenas as tarefas isoladas, como também juntar todos esses trechos num todo maior.

O fordismo, neste sentido, vai subsumir o taylorismo, ampliando ainda mais o movimento de desqualificação (quebra da resistência operária à intensificação do trabalho) operária de imensos setores da força de trabalho. Reforça,

portanto, o taylorismo, no sentido da criação de tarefas parcelares e passíveis de prescrição e contribui para acelerar a tendência à criação do trabalhador-máquina, isto é, substituível a qualquer momento.(20)

Entretanto, a substituição do trabalho não pode ser feita sem limites, mesmo numa economia em expansão, como é o caso da economia norte-americana do início deste século. Os limites à expansão da racionalidade taylorista e da linha de montagem são dados não tanto pelo esgotamento das qualificações profissionais relativamente simples, mas pela relativa escassez de qualificações disciplinares, adequadas às novas exigências de valorização capitalista. Daí que H. Ford, se adianta ao restante do patronato e percebe que, cada vez mais, se torna necessário prolongar a racionalização do trabalho. Não é tanto "taylorizar" ainda mais a produção: esta já está relativamente equacionada. É prolongar para fora do trabalho, ou seja, a nível da esfera da reprodução social, os elementos racionalizadores da esfera produtiva, de modo a se criar uma "bacia" de qualificações operárias convenientemente disciplinadas.

Assim, podemos pensar o fordismo, não tanto como invenção pessoal do Sr. H. Ford, mas como racionalidade emergente de um novo período na história da acumulação de capitais. Embasando esta racionalidade emergente, destacamos dois pontos:

---

(20) AGLIETTA, M., op. cit., pp.90 - 93.

- (a) O crescimento da produtividade se dava em várias indústrias, rebaixando, portanto o valor da força de trabalho, por conta da desvalorização dos custos de sua reprodução;
- (b) Em função deste crescimento da produtividade em geral, se tornou possível, inclusive o pagamento de salários nominais mais elevados, sem que isso compromettesse o processo de acumulação em geral. Primeiro, porque mais facilitava a escolha de trabalhadores mais propensos a se submeterem ao ritmo de trabalho exigido, além de dividir os trabalhadores enquanto coletivo(21). E, em segundo lugar, enquanto tal prática ainda não se generalizou entre os outros patrões, a escolha dos melhores trabalhadores possibilita aos empresários que pagam mais, também ganhar mais e manter sua posição de vantagem em relação aos concorrentes.

Mas, H. Ford não pagava um salário maior indistintamente a seus empregados. Da mesma maneira que não oferecia participação nos lucros sem que certas pré-condições fossem primeiro satisfeitas. Segundo BEYNON (1984):

---

(21) O notório "five dollar day" instituído por H. Ford, por exemplo.

"Quando o dia de cinco dólares foi implantado, fez-se grande alarido em torno do mesmo, e do fato da companhia "Ford" estar contratando mais quatro ou cinco mil trabalhadores. Na primeira segunda-feira, bateram às portas da referida empresa, situada em Highland Park, trabalhadores vindos de todo o estado de Michigan. Alguns trazendo a insígnia da "Ford" se sentiram contentes ao serem admitidos dentro da fábrica. Uns recém-chegados foram selecionados." (22)

Mais adiante, em outra passagem, BEYNON (1984) também relata os efeitos que a inovação de H. Ford implicou, em termos de aumento de produtividade e maior controle sobre a força de trabalho:

"Se foi planejado ou não, o dia de cinco dólares foi lucrativo ... Embora os salários tenham dobrado e a duração da jornada de trabalho tenha sido encurtada, os custos salariais unitários cresceram só um terço e o custo médio unitário caiu. Trabalhando oito, ao invés de nove horas por dia, uma força de trabalho de tamanho equivalente produziu 17 por cento mais motores e 70 por cento mais radiadores. ... Se em 1913, o departamento de pessoal da "Ford" chegou a substituir até 60.000 trabalhadores, em 1914 somente 2.000 homens deixaram o emprego na linha de montagem. O absentismo caiu de 10 para menos de meio por cento." (23)

H. Ford, conforme foi dito anteriormente, não pagava salários mais elevados, nem diminuía a jornada de trabalho sem a contrapartida da intervenção de seu "Sociological Department" na vida privada de seus empregados. Nem prescindia de uma espécie de polícia privada, destinada a vigiar e reprimir,

---

(22) BEYNON, H., "Working for Ford", Pelican Books, Reading, 1984, p.37.

(23) IBID, p.38.

quando quer que necessário. Esta polícia privada, o chamado "Service Department", acionada quando a vigilância do "Sociological Department" já não se mostrava suficiente para controlar os trabalhadores, era recrutada entre "os piores gangsters da cidade" (sic) e era o que ajudava a manter a disciplina operária, em última instância (24). A passagem da espionagem para a violência contra os trabalhadores, é produto da concorrência intercapitalista e da intensificação do trabalho: à medida que outros patrões adotam as inovações trabalhistas de H. Ford, este procura contrarrestar este fato, intensificando a exploração, ao mesmo tempo que os operários retomam a resistência tanto por conta da intensificação da exploração, como pelo fato de perceberem a concorrência entre os patrões.

Mas a repressão pura e simples, mesmo o recurso de se valer da espionagem da vida particular, logo desabaria por terra caso não houvesse uma contra-partida material, como é o fato da emergência de uma nova norma social de consumo para servir de compensação. Não adiantaria fazer apelos de caráter moral ( e mesmo forçá-los ), se nada houvesse para referendá-los na prática. Vastas massas de camponeses recém proletarizados se constituíam na principal fonte de trabalho assalariado. Incorporá-los ao emergente mercado de

---

(24) IBID, p. 43.

consumo serve para apartá-los de uma possível identidade coletiva, que não seja aquela que interessa à valorização de capital naquele momento. É o mesmo que "americanizar" vastos contingentes. Isto é, induzi-los a uma visão social de mundo de acordo com os ditames do grande capital. O subjetivismo pequeno-burguês norte-americano também possuía em si mesmo, atrativo para as vastas massas de imigrantes recém-saídos de sociedades política e economicamente atrasadas, na medida em que propiciava um contraste com as, por vezes traumáticas, experiências pessoais sofridas sob formações sociais atrasadas(25).

A Primeira Guerra Mundial acelera o crescimento da economia norte-americana por ampliar a capacidade de investimento do Departamento I e promover, por exemplo, a maturação de certas inovações tecnológicas, como novos processos industriais e até novos produtos. Com o fim da Guerra, a economia dos EUA se torna a primeira do mundo. Além do mais, é a única neste momento a contar com uma integração interdepartamental. A primeira metade dos anos 20 vai então assistir a um crescimento vertiginoso do Departamento II. Mas o movimento de acumulação se vê limitado pelo sub-consumo, a partir de 1926, chegando ao seu ponto de mínimo com o "crash" de 1929. (26)

---

(25) AGLIETTA, M, op. cit., p.60.

(26) IBID, p.64.

A solução para o impasse desta crise só viria mais tarde com o "New Deal" e o estabelecimento da instituição do "collective bargaining", que após a Segunda Guerra Mundial, evitou que possíveis correlações de força pendendo para o lado patronal, viessem porventura deprimir um processo de acumulação bem mais vigoroso, como o que se abriu após a IIª Guerra Mundial(27).

De qualquer maneira, a conclusão que podemos tirar a respeito do "boom" econômico da primeira metade dos anos 20, é que este foi limitado, apesar do efeito destrutivo que as práticas fordistas de produção tiveram sobre as antigas estruturas de organização operária. O que a Grande Depressão realmente promove é o encerramento definitivo de resquícios do regime de acumulação anterior, dito extensivo: as últimas fronteiras industriais e agrícolas ainda não totalmente integradas à lógica de acumulação monopolista de capital. ( 28)

---

(27) IBID, p. 64.

(28) IBID, pp. 131 - 3.

### I.2.2. Capital monopolista e consolidação do fordismo

De 1920 a 1930, a indústria automobilística norte-americana se reduz a apenas três grandes companhias principais. A "Ford" sofria com a concorrência crescente e respondia a este movimento intensificando o ritmo de exploração e promovendo cortes nos salários. Até que, durante a primeira metade dos anos 30, na esteira da Grande Depressão, a resistência do movimento operário passa a se intensificar. A contra-ofensiva patronal recorre então inclusive à violência oficial ( aparelhos repressivos de Estado ) e à violência extra-oficial ( recrutada nas fileiras do lumpen-proletariado ) contra os trabalhadores reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho. Mas apesar disso, logo a contestação operária se alastra por toda a indústria. As ações dos trabalhadores, entretanto, não param: elas vão se articulando e chegam a ponto de ameaçar com a paralização de toda a produção. Só aí a indústria ( entenda-se o patronato ), que anteriormente não reconhecia a legitimidade das organizações autônomas dos trabalhadores e que resistiu o quanto pôde às mesmas, de todas as maneiras, se viu obrigada a reconhecer a organização dos trabalhadores, a "United Auto Workers" e sentar-se à mesa de negociações com a mesma, na segunda metade da década de 30. (29)

---

(29) BEYNON, H., op. cit. pp. 39 - 50.

Os anos 30, que são marcados pela Grande Depressão, expressam profundas transformações na distribuição da renda global entre os capitalistas e o período também presencia uma ascensão do movimento operário. Em outras palavras, se antes via que as condições gerais de acumulação estavam seriamente ameaçadas. As formas estruturais de se conduzir o processo de acumulação do início do século até os anos 20, já se mostravam, de certa maneira, esgotadas, pelo agravamento da crise financeira. Deste modo, mesmo o "New Deal" deve ser entendido como tentativa apenas limitada de se romper com o círculo vicioso engendrado pela crise do regime de acumulação intensiva. Segundo AGLIETTA (1979):

"A luta de classes pode então, num clima político e ideológico que não questione o capitalismo, provocar as transformações mais importantes da organização social do trabalho, que constituem a única condição de uma nova acumulação duradoura." (30)

Na ausência de outra alternativa para o momento, o patronato norte-americano se vê obrigado a aceitar a normatização mediada pelo Estado do que é legítimo ou não de ser reivindicado pelos trabalhadores, tendo por base contratos coletivos de trabalho entre patrões e trabalhadores. O autor ainda questiona se tal "trégua" nas lutas de classe do perío-

---

(30) AGLIETTA, M., op. cit., p.322.

do poderia contribuir em grande medida para a retomada do crescimento econômico e com isso resolver a crise do modelo do tipo "regime de acumulação intensiva". De acordo com o autor:

"Em 1937 a produtividade aparente do trabalho era só 15 por cento acima daquela de 1929, enquanto que o consumo de bens não-duráveis era apenas 10 por cento superior, a construção de moradias 40 por cento e a de fábricas 50 por cento inferior aos níveis de 1929. Além disso, no ponto mais alto do perfil conjuntural, em 1937, havia, a despeito de tudo mais, 7,5 milhões de desempregados, e em 1938-1939 irrompe uma nova recessão. Fica difícil aqui conjecturar que peripécias poderia realizar o regime de acumulação intensiva para vencer a crise então instaurada, se não fosse o desencadear da Segunda Guerra Mundial. Então deixemos bem claro que, é importante se compreender que não há mecanismo automático que permita romper com uma crise global do regime de acumulação." (31)

De acordo com a "demarche" que adotamos, vai ficando cada vez mais evidente o papel desempenhado pelos fatores operando "de fora" do nexó mais estrito da acumulação. Neste caso, a entrada dos EUA na guerra é algo de significativo para que o impasse na acumulação de capitais seja resolvido objetivamente. Em primeiro lugar, pelo fato do esforço de guerra exigir um aumento da capacidade produtiva, sinalizando com isso um aumento dos investimentos, reforçados por um processo inflacionário exigido pelo momento. Em segundo lugar, cria-se aí uma oportunidade ímpar de se acelerar o processo

---

(31) IBID, p. 323.

de inovação tecnológica. E, em terceiro lugar, há uma diminuição sensível do desemprego. Todos estes fatores vão se combinando para que, posteriormente ao término do conflito, se encontrem na base de um novo período da história da acumulação intensiva de capitais. E o desenvolvimento deste processo é o que veremos logo a seguir.

### I.3. Expansão e limites do fordismo no pós-guerra

O regime de acumulação intensiva do pós-guerra vai exibir até a metade da década de 60, um concatenamento razoavelmente bem equilibrado entre os dois departamentos da economia. Os salários reais também acompanham os ganhos de produtividade. Mas tenhamos algumas considerações a respeito desses fatos, a partir do que discutimos até aqui.

Durante os anos trinta, foram lançados os fundamentos para a negociação coletiva da venda de força de trabalho. E é exatamente esta normatização do conflito de classes, a saber, o estabelecimento dos limites das reivindicações dos trabalhadores, baseado em contratos coletivos de trabalho, que vai paulatinamente estabelecendo ( fruto de ascensos e refluxos do movimento operário ) as novas fontes de estabilização ou regulação do capitalismo monopolista norte-americano

do pós-guerra. Nesses acordos coletivos, há por assim dizer, uma seletividade das reivindicações operárias, excisando das mesmas aquelas que representem uma ameaça direta à acumulação de capitais, conforme as exigências de valorização do momento considerado. Neste sentido, o aprofundamento e a extensão da norma social de consumo que se convencionou chamar "fordista", assume um papel de destaque, ao ocupar materialmente o lugar daquelas reivindicações de cunho mais notadamente político por parte dos trabalhadores. O que também não deixa de se constituir em instrumental poderoso para a administração do conflito de classes.

Em outras palavras, o conflito de classes se torna mais "seletivo", na medida em que, diferentemente do período anterior à Segunda Guerra Mundial, não é qualquer tipo de organização operária que se combate, mas somente aquelas decididamente ameaçadoras ao capitalismo. Isto é reforçado ainda mais depois da guerra, por conta do anti-comunismo exacerbado que se sucedeu.(32)

A crescente colaboração das burocracias sindicais vai, por sua vez, permitindo o estabelecimento de acordos salariais que incluem benefícios indiretos, por exemplo. Muitos sindicatos vão deixando, tacitamente, de questionar práticas

---

(32) IBID, pp. 166 - 170.

que se relacionam ao conteúdo das tarefas no trabalho, emprego futuro e segurança no local de trabalho, em troca de prêmios por produtividade, planos de saúde, participação em fundos privados de pensão e saúde, os quais vão também constituindo uma nova forma de reprodução social do trabalho. Por outro lado, estas novas formas de complementação da seguridade social provida pelo Estado (reconhecida a partir das conquistas do movimento operário durante o ascenso dos anos 30), representam uma parte considerável da mais-valia destinada a financiar o nascente sistema de crédito para o consumo de bens duráveis. (33)

Mas já na primeira metade dos anos 50, apareceram os primeiros sinais de descompasso para a distribuição do produto social. De certa maneira, os ganhos de produtividade não vinham sendo suficientes para as exigências de valorização. Desta maneira, os capitalistas entenderam que se fazia necessário alterar a distribuição do produto através de uma intensificação na extração de mais-valia. Evidentemente, por uma série de razões, isto deveria se dar pela intensificação na extração de mais-valia relativa. E o que se dispunha à mão, naquele momento, era a experiência acumulada das práticas fordistas, amadurecidas mais intensamente du-

---

(33) IBID, pp. 156 - 163.

rante os anos 30 e o período da Segunda Guerra Mundial. Isto é, tratava-se da intensificação do processo de trabalho fordista, com todas as implicações que este acarreta em termos de desgaste físico e mental para os trabalhadores. O grande risco para os patrões era saber até que ponto as formas estabelecidas de regulação social do trabalho responderiam às suas renovadas exigências de valorização(34). Obviamente, não podiam responder, de forma efetiva, a esta questão, tanto é que durante a primeira metade dos anos 60, é intensificada a exploração. Mas a exacerbação do princípio eletro-mecânico fordista aplicado ao processo de trabalho/processo de valorização, como que "bate no teto". De acordo com AGLIETTA(1979):

"A partir de 1966 cresce a rejeição aos convênios por parte dos trabalhadores. Tal rejeição se viu acompanhada de ações espontâneas dos trabalhadores, ações estas que se expandem no final da década de 60, especialmente naquelas indústrias em que os convênios coletivos de trabalho eram aparentemente mais harmônicos e refinados ( com destaque, a indústria automobilística, a siderurgia e a construção elétrica ). Tais movimentos esporádicos visaram principalmente as condições de trabalho que os mencionados convênios coletivos haviam eliminado de suas agendas." (35)

Para efeito de comparação, MANDEL(1985) argumenta o seguinte a respeito da automação fordista levada ao seu ponto de saturação:

---

(34) IBID, pp. 170 - 4.

(35) IBID, p. 175.

"...com a automação cada vez mais difundida, o aumento da composição orgânica do capital e o início de uma queda no total de homens-hora despendidos pelos trabalhadores produtivos, é impossível a longo prazo continuar seriamente a aumentar os salários reais e ao mesmo tempo conservar um volume constante de mais-valia. Uma das duas quantidades deverá diminuir. Uma vez que sob condições normais, isto é, sem o fascismo ou a guerra, pode-se excluir um declínio considerável nos salários reais, manifesta-se uma crise histórica da valorização do capital e um declínio inevitável, primeiro na massa de mais-valia e a seguir também na taxa de mais-valia, e em consequência ocorre uma queda abrupta na taxa média de lucros." (36)

E o autor acima mencionado ainda nos mostra os seguintes dados para confirmar suas afirmações:

Número de homens-hora trabalhados na indústria de transformação dos Estados Unidos\*

---

1947	.....	24,3 bilhões
1959	.....	23,7 bilhões
1954	.....	24,3 bilhões
1958	.....	22,7 bilhões
1963	.....	24,5 bilhões
1966	.....	28,2 bilhões
1970	.....	27,6 bilhões

---

\* Statistical Abstract of the United States, 1966, pp. 717-9, para os anos até 1966 (inclusive). Para 1970, calculado por nós com base nas cifras norte-americanas publicadas em Monthly Labour Review dos Estados Unidos, publicação oficial do Departamento do Trabalho ( número de maio de 1971 ). Cf. MANDEL (1985). (37)

Em contraposição, ele também nos apresenta o mesmo quadro acima para a Alemanha Ocidental, ressaltando a diminui-

---

(36) MANDEL, E., op. cit., p. 148. ( 1985 )

(37) IBID, p. 148.

ção do total de horas trabalhadas naquele país, de uma maneira ainda mais clara, evidenciando a defasagem dos ciclos econômicos entre os dois países considerados:

Número de homens-hora trabalhados na indústria de transformação na Alemanha Ocidental\*

---

1950 .....	8,10 bilhões
1956 .....	11,70 bilhões
1958 .....	11,20 bilhões
1960 .....	12,37 bilhões
1961 .....	12,44 bilhões
1962 .....	12,11 bilhões
1964 .....	11,81 bilhões
1966 .....	11,57 bilhões
1968 .....	10,83 bilhões
1969 .....	11,48 bilhões
1970 .....	11,80 bilhões
1971 .....	11,30 bilhões
1972 .....	10,80 bilhões
1973 .....	10,80 bilhões

---

\* "Sachverständigenrat". In: Jahresgutachten 1974, Bonn, 1974. Cf. MANDEL (1985) (38)

Mas vejamos agora o que ocorre com a taxa de lucros nos Estados Unidos, no período considerado, refletindo a queda e/ou estabilização na taxa de mais-valia, descontados os efeitos da inflação, ainda segundo MANDEL (1985):

---

(38) IBID, p. 149.

## Taxas Efetivas de Retorno Sobre o Capital Aberto não Financeiro (39)

Anos	Antes do Imposto	Depois do Imposto
1948/50	16,2 %	8,6 %
1951/55	14,3 %	6,4 %
1956/60	12,2 %	6,2 %
1961/65	14,1 %	8,3 %
1966/70	12,9 %	7,7 %
1970	9,1 %	5,3 %
1971	9,6 %	5,7 %
1972	9,9 %	5,6 %
1973	10,5 %	5,4 %

Fica evidenciado assim que o descompasso no processo de acumulação, na época, não poderia ser resolvido através da intensificação do trabalho, como foi tentado. AGLIETTA(1979) considera então algumas razões pelas quais ocorreu o impasse do fordismo no final da década de 60.

A primeira delas é o fato de que existem limites à intensificação do processo de trabalho, ao se atingir um determinado limiar máximo suportável em termos da saúde física e mental dos trabalhadores, os quais se aproveitaram da correlação de forças favorável para eles e resistiram efetivamente, chegando mesmo a recusar o trabalho tal como se lhes era exigido em muitas oportunidades.

---

(39) IBID, p. 150.

Em segundo lugar, a generalização das relações mercantis\* tende a elevar os custos sociais de reprodução da força de trabalho:

"Uma série de países capitalistas, a socialização insuficiente do consumo que forma parte integrante da crise fordista, se traduziu em deterioração do equilíbrio financeiro do sistema de reservas de seguridade. Tal degradação provoca uma diminuição das prestações devidas, agravando a crise. Nos Estados Unidos, o leque heteróclito de sistemas privados, nos quais os compromissos dos patrões são apenas condicionais, acaba gerando uma crise particularmente grave. No período de auge do consumo de massas, a direção das grandes empresas promoveu a negociação de tais planos de seguridade como compensação aos sindicatos, pelo abandono à resistência à transformação do trabalho, o qual visava reestabelecer a disciplina operária. Este debilitamento da atuação da classe trabalhadora desempenhou um importante papel na aceleração do ritmo de acumulação na primeira metade dos anos 60. Mediante a capitalização da sua poupança contratual, a classe trabalhadora concedeu um enorme crédito a longo prazo à classe capitalista." (40)

De acordo com o autor, essa concessão de crédito a longo prazo, da classe trabalhadora à classe patronal, operada pela miopia das burocracias sindicais, causou uma grande erosão nos ativos dos trabalhadores, capitalizados em fundos de pensão, por conta da inflação. E não apenas em termos de valor real, mas até em termos de valor nominal. A elevação dos custos sociais de reprodução da força de trabalho acontece, portanto, por causa desta transferência de renda. (41)

---

(40) AGLIETTA, M., op. cit., pp. 162 - 3.

(41) IBID, p. 163.

\* Nota : Não estamos tratando aqui do mesmo fenômeno acontecido na primeira metade do século. Trata-se da fase culminante da expansão do sistema de crédito ao consumo.

E, finalmente, deve ser levado em conta, o efeito inflacionário que as grandes empresas provocam ao buscarem proteger seus capitais da desvalorização. O autor coloca a questão nos seguintes termos:

"Tanto em concorrência perfeita, como em concorrência monopolista, os capitais individuais só podem repartir o produto advindo da exploração da força de trabalho social. A competição só se torna possível graças ao desenvolvimento desigual, provocado pela incompatibilidade entre a evolução da macro-estrutura de produção e a distribuição global da renda, que não põe em risco a formação da taxa geral de retorno. As modalidades de competição monopolista, sem sombra de dúvida, promovem as forças que tendem a desatar o desenvolvimento desigual." (42)

No caso, "desenvolvimento desigual" pode ser entendido como a capacidade dos setores monopolistas imporem perdas a seus concorrentes. A consolidação da concorrência monopolista, aliada à centralização do capital, com especial atenção a seu aspecto financeiro, possibilita novas formas de desvalorização de capital(43). Isto ocorre pela capacidade que as grandes empresas possuem em manipular a seu favor, as leis de amortização, criando fundos financeiros aparentemente de acordo com os procedimentos contábeis.(44)

---

(42) IBID, p. 272.

(43) IBID, p. 271.

(44) IBID, p. 272.

Desta maneira, a manipulação dos fundos de amortização tende a distorcer a remuneração devida a investimentos passados. Na verdade, o seu desvio para "a ciranda financeira" cria uma falsa impressão de dinamismo econômico, sinalizando uma demanda inexistente, em grande medida, ao setor de bens de capital. Por outro lado, a incorporação dos fundos financeiros aos custos correntes e a capacidade das empresas do setor monopolista em transferirem as perdas para o restante da sociedade só faz aumentar a inflação, cujo efeito direto sobre os salários é notório. Há portanto um "bombeamento" de renda não só entre empresas, mas sobretudo dos trabalhadores para, em última instância, o grande capital. Conseqüentemente, o consumo não pode continuar crescendo. Ou ainda, a capacidade de se promover a realização da mais-valia do D II se vê limitada. Estes efeitos fazem parte de uma cadeia que começa na própria forma concorrencial assumida pelo capital monopolista contemporâneo. Para AGLIETTA(1979):

"Os métodos concorrenciais dos monopólios são tais, portanto, que provocam uma divergência no desenvolvimento dos setores produtivos. É impossível de se eliminar os limites sociais impostos pela lei da acumulação; só é possível deslocá-la e postergá-la no tempo ao preço da acentuação dos desequilíbrios. Ao tentarem fugir da desvalorização de capital, inerente à produção privada de mercadorias, as grandes empresas acabaram por provocar uma desvalorização geral que a erosão monetária já não pode continuar absorvendo. Esta é a raiz do processo inflacionário e de suas contradições." (45)

---

(45) IBID, p. 273.

Então podemos adiantar que, a crise fordista se caracteriza pela impossibilidade a longo prazo, de se adequar as exigências de valorização do capital monopolista, aos ganhos de produtividade do trabalho social. O que fica evidente, são os limites que estão colocados à tentativa de se forçar este último. Significa a criação de custos sociais ausentes dos cálculos capitalistas. E para agravar a situação, as condições estruturais para a expansão do consumo de massas estão fragilizadas pela não-correspondência da contra-partida estatal. Isto é, o Estado teria que transferir renda, de modo a alterar a presente distribuição da mesma. Mas está impossibilitado de fazê-lo devido às contradições provenientes da própria construção social do fordismo que o atravessam ainda.

#### I.4. A título de um primeiro balanço intermediário

A partir deste primeiro capítulo, podemos concluir que a crise fordista possui múltiplas raízes, as quais combinadas a partir de certo momento ( meados dos anos 60 ) vão aprofundá-la ainda mais. Entretanto, fica claro que o esgotamento do paradigma tecnológico de base eletro-mecânica, característico do fordismo, é uma contradição secundária. Isto é, o desenvolvimento da tecnologia caracteristicamente fordista não pode ser entendido separadamente do desenvolvimento mais geral das forças produtivas.

AGLIETTA (1979) argumenta no final de seu trabalho, que novos ganhos de produtividade do trabalho social, provenientes da adoção de tecnologias de base informática à valorização de capitais e uma certa ruptura com o processo de trabalho especificamente fordista, como a difusão de grupos de trabalho semi-autônomos, necessita da criação de um novo arranjo das forças produtivas, por ele denominadas de "neo-fordismo", numa articulação que preserve a "invariabilidade do modo de produção capitalista em seu princípio" (sic). Isto, segundo o autor, pressuporia transformações estruturais, capazes de, a longo prazo, promoverem um novo rebaixamento nos custos da reprodução social da força de trabalho, para a retomada da acu-

mulação intensiva a longo prazo(46). Todavia, a tendência atual ainda não aponta para a solução de compromisso discutida pelo autor acima.

O que ainda está em discussão, isso sim, é a reconstrução da hegemonia patronal, erodida pela contestação dos trabalhadores em grandes países capitalistas centrais, no final da década de 60 e começo dos anos 70. Aí é que entra na discussão, o papel da adesão das classes trabalhadoras no projeto capitalista de modernização tecnológica.

Esta é, a nosso ver, a linha de força dominante no debate político que está por trás da questão tecnológica, cuja direção vem sendo dada pelo enfoque patronal da mesma. Este é um momento histórico da acumulação intensiva de capitais, marcado, por um lado pelo acirramento da concorrência internacional e, por outro, pelo esgotamento das economias nacionais que mais se valeram da antiga ordem fordista em enfrentar tal concorrência crescente, mobilizando uma intensificação do trabalho tal e qual no período precedente.

Portanto, a grande questão para a superação da crise fordista é como promover a desvalorização da mercadoria força de trabalho/ rebaixamento da composição orgânica do capital, de modo a lançar os padrões de acumulação a patamares mais altos.

---

(46) *IBID*, pp. 337 - 44.

CAPÍTULO II

A CRISE DO PROCESSO DE TRABALHO FORDISTA

## CAPÍTULO II

### APRESENTAÇÃO

Este capítulo visa discutir as premissas teórico-metodológicas a respeito da discussão da crise fordista, entendida apenas enquanto crise do processo de trabalho. A nosso ver, a crise das relações na produção fordista deve ser desdobrada em dois momentos: na crise mais geral de acumulação e na sua expressão mais visível de crise do processo de trabalho. Neste sentido, não é possível desvincular o processo de trabalho do processo de valorização de capitais. Conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a crise do processo de trabalho/processo de valorização, provoca transformações também a nível de conteúdo de classe, promovendo a recomposição das classes trabalhadoras.

A organização do trabalho na indústria capitalista, fundamentada na parcialização das tarefas e na organização centralizada da empresa, não foi adotada, conforme argumenta MARGLIN (1973), por razões de superioridade tecnológica. Mas sim porque permite ao capitalista garantir o controle da produção e daí poder melhor explorar seus trabalhadores, alienando-os do controle direto sobre o conteúdo do trabalho e estabe-

lecendo, a partir daí, os fundamentos para a acumulação de capital(1). Não é portanto a tecnologia que impõe um determinado tipo de organização do trabalho, mas são as necessidades de acumulação que impõe o mesmo. E vão, desta maneira, conduzindo determinadas formas de progresso tecnológico que alienam o trabalhador.(2)

Também a partir do enfoque da centralidade do processo de trabalho capitalista, passamos a discutir até que ponto o advento de uma nova base tecnológica que se pretende superior àquela do fordismo, poderia contribuir para a solução do impasse colocado pela crise fordista do final dos anos 60. Já estabelecemos, desde o primeiro capítulo deste trabalho, que a atual crise tecnológica fordista é manifestação de uma crise mais profunda de valorização. Portanto, passaremos à crítica da postulação do fordismo (e sua superação) apenas enquanto dimensão tecnológica.(3)

---

(1) MARGLIN, S., "Origines et fonctions de la parcellisation des tâches", in GORZ, A. (org), " Critique de la Division du Travail ", Seuil, Paris, 1973.

(2) As formas de progresso tecnológico cristalizadas na fábrica capitalista tiram do trabalhador a decisão do que e de como produzir, submetendo-o às condições do patrão. Este último, por sua vez, pode a partir deste controle, estabelecer as condições de acumulação. Cf. MARGLIN, S., op. cit., 1973.

(3) Para além das considerações a respeito do fordismo, considerado apenas como um processo de transformações da base tecnológica de produção, há que se considerar também, e sobretudo, o processo de valorização. Neste sentido, passamos a compreender melhor as transformações ocorridas no interior do próprio modo de produção capitalista. Ou seja, entender o capital como relação social de produção, onde a base material é organizada segundo relações sociais de trabalho e propriedade que se fundam em relações abertas ou dissimuladas de opressão e de dominação.

Ainda que o advento da maquinaria e da grande indústria no século passado tenha servido para que se teorizasse sobre a produção da mais-valia relativa(4), é somente no século 20 que se pode pensar o pleno desenvolvimento da produção mecanizada a serviço da valorização capitalista. A culminação deste momento é representada pelo advento da produção e do consumo de massa neste século, a qual marca não apenas a forma especificamente capitalista de exploração da mão de obra, através da imposição e da intensificação do trabalho, numa escala até então desconhecida, mas também a sua vinculação paulatina ao consumo salarial(5). Aqui o papel do crescente consumo de massa é duplo; no sentido de se estabilizar e, portanto, preservar uma parcela do operariado para as renovadas exigências de valorização capitalista, e também, no sentido de se internalizar gradualmente uma parte importante do próprio espaço de realização do valor. Isto é, o consumo operário também vai sendo incorporado cada vez mais à reprodução capitalista como um todo.

Caso deixássemos de lado a articulação exposta acima, poderíamos continuar pensando o fordismo apenas enquanto a sua configuração tecnológica e, portanto, pensarmos sua cri-

---

(4) MARX, K., "Capital", The Random House, Nova Iorque, 1906, pp. 342 - 53.

(5) BOYER, R., MISIRAL, J., "La crise actuelle: d'une analyse historique à une vue prospective", CEPREMAP, Paris, 1983, pp. 8 - 9.

se enquanto esgotamento da mesma ao processo de trabalho. Mas ressaltamos, em diversas passagens, a adjetivação do processo de trabalho(6).

Daqui para diante, vamos analisar a base tecnológica engendrada pelo fordismo no que se refere à sua rigidez produtiva em questão(7), para criticarmos as contribuições ao debate que entendem a superação da crise fordista como superação da mencionada rigidez.

## II.1. A rigidez tecnológica do fordismo

Para efeito de comparação, exporemos o pensamento de alguns autores que estabelecem a produção fordista a uma configuração essencialmente de caráter tecnológico. MISSIKA, PASTRÉ et Allí (1981), argumentam que o taylorismo busca acelerar a cadência da produção, através do controle individualizado dos trabalhadores no processo de trabalho. Segundo os mesmos autores, no fordismo o objetivo é o mesmo, só que os elementos de controle individualizado próprios do taylorismo estão agora subsumidos no maquinário, o qual impõe uma determinada "fluidez" dos produtos em transformação. Isto é,

---

(6) O processo de trabalho relaciona-se com a produção de valores de uso, com a divisão técnica do trabalho, com a base técnica e organizacional, ao passo que o processo de valorização opera uma passagem "do concreto ao abstrato"; produção de valores de troca, produtividade, concepção e controle das tarefas e gestão da força de trabalho.

(7) Sempre é bom lembrar que a rigidez advinda da resistência operária à organização do trabalho é anterior ao surgimento da indústria mecanizada em larga escala.

uma dada velocidade de execução do trabalho. (8)

Taylorismo e fordismo, neste sentido, apontam para o exercício do controle do processo de trabalho por meio da hierarquização formal e conseqüente (re)ordenação e separação das tarefas de concepção e execução, desdobrando assim o processo produtivo em etapas simplificadas. As "virtudes" de tal empreendimento, em termos de ganhos de produtividade, são notórias, desde que Adam Smith as popularizou em sua referência bem conhecida a respeito da manufatura de alfinetes. Seguindo o raciocínio acima exposto, tendemos a uma visão unidimensional do problema, em que o taylorismo é subsumido pelo fordismo através da inscrição dos princípios do primeiro, na produção mecanizada do último.(9)

KAPLINSKY (1988), por exemplo, se equivoca ao adotar tal visão unidimensional. Por um lado, ele está correto em afirmar a centralidade do processo de trabalho no movimento de transformação das forças produtivas. Por outro, deixa de estabelecer a qualificação do processo de trabalho, enquanto especificamente capitalista e não outro qualquer. É o que lhe permite, por assim dizer, compreender a transição da manufatura para a maquinofatura e daí para a produção mecaniza-

---

(8) MESSIKA, J.L., PASTRÉ, O. et AllI, "Informatisation et emploi: menace ou mutation?", Informatisation et société 11, Paris, 1981, pp. 31 - 135.

(9) Não que o raciocínio esteja errado e seja inverdadeiro. Mas ele só dá conta de metade do problema, na medida em que pode induzir a pensar que uma suposta "destaylorização", ou mesmo "desfordização" do processo de trabalho capitalista possa se constituir em matriz para a resolução das crises periódicas vividas por este último. O que, em última instância, reflete a própria e permanente crise do modo de produção capitalista.

da tipicamente fordista e para possíveis sucedâneas atuais da mesma, como um processo evolutivo, cuja dinâmica é dada pela transformação do processo de trabalho, sem referência ao processo de valorização(10). Ou, em citação explícita a PIORE e SABEL (1984), o autor por nós mencionado, segue afirmando que a transformação do processo de trabalho ( tomado assim em abstrato ) pode ser "o divisor de águas", representado pela superação da produção em massa de estilo fordista, agora em crise, para um suposto estágio superior, denominado pelo autor de "sistemofatura".(11)

SHAIKEN (1985) se refere ao que KAPLINSKY (1988) denomina "sistemofatura" como "super-automação" ( portanto como uma espécie de hipertrofia da automação fordista ), ressaltando que , se no fordismo ( entendido como "taylorismo mecanizado"), o controle rígido dos tempos de execução das tarefas está implícito à "fluidez" da produção, na "super-automação" ( ou "sistemofatura", conforme KAPLINSKY (1988) ), a busca incessante dos padrões é ainda maior em termos de se fechar as chamadas "porosidades" da jornada de trabalho. Is-

---

(10) KAPLINSKY, R., "RESTRUCTURING THE CAPITALIST LABOUR PROCESS: SOME LESSONS FROM THE AUTOMOBILE INDUSTRY", IDS (mimeo.), Brighton, 1988, pp. 2 - 5.

(11) É preciso reiterar que KAPLINSKY (1988) não articula o processo de trabalho ao processo de valorização de maneira explícita, o que pode levar a pensar que um é desvinculado do outro. Quando na verdade, conforme o que já se discutiu acima, o processo de trabalho capitalista só é explicável no contexto do processo de valorização. Se tal descontextualização fosse possível, então o desenvolvimento histórico das forças produtivas poderia ser entendido como um processo desprovido de rupturas mais sérias no próprio modo de produção!

Para mais referências sobre a origem etimológica do termo "sistemofatura", ver a nota (26) deste capítulo.

to é, em termos de metas, tanto uma como outra buscam racionalizar e prescrever o que faltava na automação fordista. Evidentemente, a questão principal aí é como contornar o limite colocado pela presença do fator humano no trabalho. O movimento neste sentido rumo para a aplicação crescente do princípio informacional à produção mecanizada.

Esta necessidade de reestruturação produtiva, colocada a partir dos anos 70, vai provocar, por sua vez, uma nova recomposição na divisão do trabalho produtivo, causando uma certa desvalorização do trabalho de concepção e supervisão, antes de domínio de operários especializados e engenheiros, ao serem codificados nas novas máquinas e novos processos produtivos.(12)

Não queremos afirmar aqui que está configurada uma tendência à desvalorização absoluta do trabalho, face à automação crescente em diversas indústrias, mesmo porque o grau de integração entre muitas delas ainda é relativamente pequeno. Mas o que está em movimento é uma redefinição do trabalho em muitas indústrias, sob a pressão da concorrência inter-capitalista. (13)

---

(12) SHAIKEN, H., "Work Transformed: Automation and Labour in the Computer Age", Holt, Rinehart & Winston, Nova Iorque, 1985.

(13) Em SHAIKEN (1985) e MISSIKA, PASINÉ et ALII (1981), existem esboços explicativos quanto à natureza "para-sistêmica" dos métodos de fabricação automatizados, que se valem de equipamentos de base micro-eletrônica; dotados de capacidade de comunicação entre si. O que parece consensual nesses autores é a afirmação segundo a qual, os métodos japoneses de fabricação se mostram superiores em termos de produtividade e adaptabilidade em relação a flutuações da demanda, quando comparados com os tradicionais "fordistas". Quanto à automação de base micro-eletrônica, ver também, CORIAT, B., in "Autômatos, Robôs e Classe Operária", Novos Estudos CEBRAP, julho de 1983, pp. 31 - 8.

### II.1.1. Em busca de uma outra organização da produção capitalista

Na caracterização das chamadas "sistemofaturas", a descentralização dos locais de produção decorre da possibilidade de uma maior exteriorização de determinadas parcelas da força de trabalho\*. Há aí também uma certa distinção com relação à forma taylorista/fordista de se organizar o trabalho, baseada na tendência à centralização do local de produção, assim como no "enrijecimento" das estruturas funcionais e hierárquicas. Vamos nos deter um pouco mais nas questões aqui levantadas.

MORAIS NETO (1989) analisa a articulação taylor/fordista no quadro evolutivo das forças produtivas capitalistas, da seguinte maneira:

" O fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalhador individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva; ou seja, a administração pelo capital das formas de execução das tarefas individuais se dá de um modo coletivo, pela via da esteira. A colocação de Marx de que, a partir da introdução da maquinaria, o trabalho vivo se submete ao trabalho morto, ou seja, que a questão da qualidade e do ritmo do processo se desloca do trabalho para a máquina, aparentemente se aplica também à linha de montagem (fordismo). Mas só na aparência, sendo todavia esta a forma de sua manifestação ao nível da consciência do trabalhador individual. Para esse trabalhador individual, colocado num determinado posto de trabalho de uma indústria de grande porte, o caminho da esteira, e portanto, a intensidade do trabalho, parece algo imanente à própria esteira, como se brotasse mesmo da materialidade da esteira. Isto acontece com o sistema de máquinas, na medida em que, através da ciência se lhe confere

---

\* Infra capítulos III e IV deste trabalho.

um movimento próprio de transformação do objeto de trabalho (daí a superfluidez do trabalhador).

Já no caso da esteira, se pensarmos no conjunto da linha em analogia com a máquina, as ferramentas dessa máquina são os trabalhadores com as ferramentas de trabalho. O ritmo do processo de trabalho não é uma propriedade técnica da esteira, mas sim algo a ser posto em discussão a cada momento pelo trabalhador coletivo (posto que se supere a nível do trabalhador coletivo a limitação antes apontada pelo trabalhador individual)". (14)

Na necessidade de extrair um maior excedente, o capital reforça sua posição nas relações com o trabalho assalariado, exercendo diversas formas de controle sobre o mesmo. Se no taylorismo o controle capitalista é exercido a nível mais pessoal, no fordismo este está subsumido na maquinaria mobilizada pelo capital(15). O que, conforme salienta o autor acima, não é suficiente para se eludir a conflituosidade inerente às relações capital-trabalho. Isto também significa que o incentivo capitalista ao desenvolvimento das forças produtivas (ciência e tecnologia inclusive), não é um processo desprovido de resultados contraditórios. (16)

---

(14) MORAES NETO, B.N., "Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão", Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 36.

(15) Ver MARX, K., op. cit., pp. 457 - 66.

(16) Novamente no capítulo XV d'0 Capital, Marx nos fornece um extenso relato de como o emprego massivo da maquinaria afetou a existência dos trabalhadores ingleses, por conta não apenas da intensificação da jornada laboral, como também pelo fato dos capitalistas empregarem mulheres e crianças para trabalharem em lugar onde antes trabalhavam homens. A força mecânica, ao substituir aquela física, proporciona então ao capital uma tremenda possibilidade de desvalorizar a mercadoria força de trabalho. Ver MARX, K., op. cit., pp. 457 - 542.

Mas o surgimento do fordismo enquanto formalmente maquinofatura é incapaz de explicar o "antes" e o "depois" da organização produtiva, dentro e fora da fábrica. Portanto, o aspecto puramente técnico do fordismo traz à luz apenas uma dimensão a respeito de um fenômeno mais complexo, também representado pelo fordismo enquanto criador de uma nova forma de estabilização da reprodução social do trabalho, de uma nova norma social de consumo (20). Podemos então ponderar que o capital, ao transformar sua base produtiva, assim o faz respondendo aos desafios colocados pela valorização e pelas classes trabalhadoras, que resistem cotidianamente às exigências cada vez maiores por parte dos patrões.

Antes que se tornasse finalmente hegemônico, o fordismo enquanto processo de trabalho capitalista, teve que ser imposto aos trabalhadores em nome de uma racionalidade supostamente consensual, porque denominada "científica"(21), a qual foi estendida para fora do local de produção (22). É a generalização da mesma na sociedade norte-americana, a princípio, que abre caminho para a substituição de tentativas de coerção para o consentimento da maioria dos trabalhadores.

---

(20) AGLIETTA, M., op. cit., pp. 131 - 146.

(21) BEYNON, H., op. cit., p.32.

(22) *IBID*, pp. 39 - 50.

Das crises derivadas das relações de produção capitalistas, emergem aquelas de autoridade no local de produção(17). Estas crises colocam em questão o controle das relações hierárquicas a nível da produção, o que se traduz em emperramento, e até paralisia, durante algum tempo, do trabalho e um questionamento, ainda que difuso, das relações de poder estabelecidas(18). Deste modo, podemos então reafirmar que a permanente crise de controle do capital sobre o trabalho, tem perpassado as transformações da organização do processo de trabalho capitalista. Assim, falando sobre o surgimento do fordismo, MORAES NETO (1989) ainda afirma:

"O que queremos marcar é que o fordismo fundamenta-se num desenvolvimento brutal das características próprias do trabalho sob a forma manufatureira. Há, porém, uma diferença fundamental que deve ser enfatizada: a manufatura representa uma fase de desenvolvimento do trabalho sob a forma burguesa, caracterizando-se, portanto, como uma etapa necessária desse desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento da manufatura levou à sua negação, à maquinaria como a forma mais desenvolvida do trabalho. A recriação da manufatura no século 20, o fordismo, apresenta um caráter radicalmente diverso." (19)

---

(17) A respeito da passagem do controle despótico para formas de controle técnico, ver, por exemplo, EDWARDS, R., "The social relations of production at the point of production", The Insurgent Sociologist, vol. VIII, nºs II & III, 1978, pp. 109 - 25.

(18) Ver, em BEYNON (1984), op. cit., o capítulo denominado "Parity", pp. 289 - 312.

(19) MORAES NETO, B.N., op. cit., p. 59.

Entretanto, se é porque existe consentimento por parte de grandes contingentes de trabalhadores para que a maquinofatura fordista funcione a contento, isto não quer dizer que o mesmo seja estável. Pelo contrário, ele está permanentemente tensionado por contradições prestes a explodir a qualquer momento. O período do pós guerra , nos EUA, é uma prova disso, por exemplo.(23)

Adicionalmente, pode-se dizer que além das estruturas transformadas de consumo, também emergem condições como nunca vistas de acumulação de capitais. Estas vão se tornando paulatinamente mais abrangentes, abarcando uma gama muito vasta de bens produzidos e consumidos em massa, como também um consumo de serviços socializados e coletivos(24), como por exemplo, a seguridade social ( num momento posterior à IIª Guerra Mundial ) nos EUA e em alguns países europeus.

É portanto toda esta complexidade de fatores em interação que dá coerência ao fordismo. Inclusive a nível de intervenção direta na reprodução social do trabalho(25). E não apenas o fordismo em sua instância produtiva, técnica.

---

(23) AGLIETTA, M., op. cit., pp. 166 - 175.

(24) IBID, pp. 139 - 144.

(25) Marx, escrevendo num outro contexto, também discute esta questão da seguinte maneira: "O capital, ao penetrar profundamente no âmbito da reprodução privada da força de trabalho, a desestrutura, por assim dizer, colocando em risco sua própria sobrevivência. Por esta razão, se vê obrigado a criar um arremedo mais ou menos bem-sucedido daqueles "bens e serviços" tradicionalmente fornecidos no interior da família extensa de cada trabalhador." Ver MARX, K., op. cit., pp. 619 - 35.

Mas, ao que nos parece, o fordismo na visão de KAPLINSKY (1988), se reduz à organização da produção industrial. E portanto, a crise do mesmo, também é entendida como crise desta última. Para o autor, parece que as formas de estabilização da reprodução social do trabalho decorrem automaticamente do desempenho econômico e não, conforme vimos anteriormente, se desenvolvem por tentativas e erros durante o decorrer do processo de acumulação. Daí sua menção à chamada "teoria dos sistemas"(26), quando ele propõe a simples mudança da base técnica, como solução à crise fordista.

Para o autor, então, a crise recente de acumulação capitalista, se reduz a uma mera disfunção na organização da produção ( a "rigidez" fordista ). Entretanto, a definição de "rigidez" fordista aí é um tanto quanto vaga: parece que decorre única e exclusivamente da base técnica. Assim, a "sistemofatura" viria para remover este impedimento à continuidade do processo de acumulação.(27)

Discutamos um pouco mais o que se encontra nas entrelinhas de tais propostas de reestruturação produtiva.

---

(26) A supra-mencionada incorporação da " teoria dos sistemas " à proposta de reestruturação produtiva em discussão, provém, a nosso ver, de um entendimento extremamente parcial das relações sociais de produção, informado por visões sociais de mundo que poderíamos considerar reacionárias. Trata-se de uma visão " biologizante " das relações sociais de produção capitalistas. Para se ter uma idéia de onde provém tal visão, ver por exemplo, a filosofia biológica e o conceito de "sistema aberto" em BERTALLANFY, L. v., " Teoria dos Sistemas ", Vozes, Petrópolis, 1968. Ou ainda, sobre a formulação de cibernética, ver p. ex., WIENER, N., "Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos", Cultrix, São Paulo, 1968.

(27) KAPLINSKY, R., op. cit., pp. 6 - 9.

Uma outra consideração importante a se fazer a respeito da redução da discussão das forças produtivas a uma discussão do trabalho morto (tecnologia), é o seu esvaziamento político. Abre-se deste modo, a possibilidade do debate ser conduzido por um enfoque liberal-produtivista(28), onde a participação dos trabalhadores é subordinada aos ditames da valorização capitalista disfarçada de racionalidade técnica.

Por esta razão, não corroboramos com as afirmativas de superação da presente crise de acumulação, simplesmente através de um projeto capitalista de renovação tecnológica, isto é, através de ganhos crescentes de produtividade que levam em conta apenas os interesses do capital. Existem ainda questões em aberto, que dizem respeito às condições mais gerais de se equacionar a reprodução social do trabalho. A grande questão é se os mecanismos de mercado implícitos nestas propostas essencialmente produtivistas que estamos discutindo, são suficientes para se estabelecer a planificação a longo prazo da acumulação. Queiramos ou não, a fase atual da acumulação capitalista depende mais do que nunca da planifi-

---

(28) A respeito do "liberal-produtivismo", enquanto estratégia pró-capitalista de resolução da crise de acumulação atual, LIPIETZ (1989) comenta: "Esta estratégia procura dar conta da crise no interesse do capital. Se reestrutura o processo produtivo pela introdução de novas tecnologias e pela divisão da força de trabalho em trabalhadores centrais e periféricos. O Estado deixa de garantir o consumo de massa através de leis que regulamentem o salário mínimo e do Estado de Bem-Estar Social ( Welfare State ). Este é o "pós-fordismo" ( aspas nossas ) de Estados que pretendem se transformar numa espécie de Japão, mas que podem acabar como o Brasil." LIPIETZ, A., "Conferência proferida na "Polytechnic of Central London", em janeiro de 1989, in BAREFOOT, R., "MISTRANSLATIONS: Lipietz in London and Paris", Science as Culture 8, Free Association Books, Londres, 1990, p. 103.

cação da produção(29), tanto a nível dos capitais individuais, como a nível dos capitais tomados em seu conjunto.

## II.2. A organização pós-fordista do trabalho

A crise fordista, entendida como crise da produção industrial "rígida" e padronizada, acabou suscitando especulações em torno de organizações produtivas que espelhassem o contrário. Isto é, métodos produtivos capazes de incorporar tanto as recentes inovações tecnológicas, como formas de organização do trabalho provenientes de contextos histórico-sociais, diferentes daqueles que engendraram o fordismo. O princípio orientador das alternativas produtivas ao fordismo e ao taylorismo clássicos é a adequação da produção às flutuações da demanda de mercado. Daí a ênfase na flexibilidade produtiva, pois o que é de certa forma consensual, é a compreensão de que a demanda relativamente estável e crescente justificava o investimento na produção de grandes séries relativamente indiferenciadas, em grande escala produtiva.

KAPLINSKY (1988) comenta que no fordismo, a demanda estável e crescente orienta a planificação da produção. Isto é, justifica os grandes investimentos na automação "rígida"

---

(29) A este respeito, ver MANDEL, E., "In Defense of Socialist Planning", *New Left Review* 159, 1986. Ver especificamente o item "Socialização Objetiva do Trabalho", onde o autor afirma: "Com a emergência do capitalismo monopolista, a planificação da produção se estende da fábrica à firma ... Com o desenvolvimento das multinacionais, atinge um alcance multi-firmas."

dos métodos produtivos fordistas. Então, a sinalização para a mesma é dada pelo lado da oferta(30). Conseqüentemente, há uma relativa certeza de que a produção será realizada, correspondendo às expectativas. Para se enfrentar eventuais flutuações na demanda, no caso da chamada produção fordista, recorre-se a estoques reguladores de produtos acabados e semi-acabados(31). Se tais estoques reguladores existem para o trabalho já cristalizado, também existem para determinadas qualificações profissionais. Este é justamente o principal fator que o capital procura preservar e ampliar, visando a sua desvalorização(32).

Se a crise do fordismo é postulada somente como crise nas relações sociais de produção, isto é, uma perda do controle patronal sobre a subjetividade do trabalho, então pode-se supor que a remoção das condições de trabalho que levaram a tal impasse, seria favorável tanto aos patrões, como aos trabalhadores. Para os primeiros porque permitiria recuperar o controle perdido sobre o trabalho, e para os segundos, porque seriam requalificados superiormente.

---

(31) Faz sentido, do ponto de vista da acumulação a longo prazo, planificar a produção acima da demanda corrente. Por esta razão, trabalha-se normalmente com uma certa capacidade ociosa. Ou, de outro modo, na impossibilidade de se prever com certeza as expectativas da demanda futura, é melhor poder-se dispor de uma capacidade produtiva adicional para o atendimento de eventualidades futuras. KAPLINSKY (1988), argumenta que o fordismo se valeu demais deste expediente e o denomina "just-in-case", ao compará-lo com a prática japonesa do "just-in-time". KAPLINSKY, R., op. cit., p. 7.

(32) A este respeito, ver novamente BEMON, H., op. cit., p.35.

(30) KAPLINSKY, R. op. cit., p. 7.

Mas esta recomposição das tarefas, levando à requalificação profissional, deve passar antes por um movimento de fragmentação das antigas práticas fordistas de organização do trabalho. É, na verdade, uma prática permanente do capital em recriar o trabalhador coletivo adequado às suas necessidades, como nota MARX (1973):

"Na cooperação simples, e ainda, naquela baseada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador isolado pelo trabalhador coletivo parece todavia mais ou menos accidental. A maquinaria, com poucas exceções que mencionaremos mais adiante, só funciona como meio de trabalho socializado ou comum. O caráter cooperativo do trabalho se converte numa necessidade técnica ditada pela própria natureza técnica de seu meio." (33)

É portanto ilusório, para os trabalhadores, considerar que os ganhos destas transformações serão distribuídos equitativamente. Não há nada que garanta que a "sistemofatura pós-fordista" vá eliminar, para o conjunto dos trabalhadores, as conseqüências advindas do trabalho fordista. Pelo contrário, como observa CORIAT (1984):

"Existe só uma situação em que a rentabilidade das novas tecnologias pode ser assegurada: quando permitem intensificar o ritmo de trabalho na fábrica, ou torná-lo ainda mais rígido." (34)

Os elementos referenciais para a versão pós-fordis-

---

(33) MARX, K., "El Capital" (trad. Floreal Mazín), Cartago, Buenos Aires, 1973, p. 373.

(34) CORIAT, B., "Revolución Tecnológica y Proceso de Trabajo", in "Efectos sobre la división internacional del trabajo", SIPS - FNUD/OIT vol.1, sem data, p. 71.

ta de reestruturação produtiva defendida por KAPLINSKY (1988), são o "Just-in-Time" japonês e a "Especialização Flexível" do Centro-Norte italiano, principalmente. Ambos os casos são exemplos típicos de organização produtiva, provenientes de formações econômico-sociais que não vivenciaram a experiência do fordismo. Eles são apontados como possíveis matrizes produtivas de um movimento de reestruturação industrial mais imunes, por assim dizer, às flutuações econômicas características da acumulação capitalista. Trataremos, nos capítulos III e IV, respectivamente, de cada um deles.

CAPÍTULO III

ENTENDENDO O FUNCIONAMENTO DO "JUST-IN-TIME"

### CAPÍTULO III

#### APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, queremos demonstrar a insuficiência de se tratar o "Just-in-Time" (JIT) apenas enquanto uma "dimensão técnica" dos métodos produtivos japoneses. Procuraremos discutir aqui seus aspectos políticos específicos, os quais não são geralmente apreensíveis numa primeira observação. A questão de fundo, a saber aqui, não é como funciona o JIT, mas por que ele passou à existência enquanto tal.

O JIT não decorre apenas de peculiaridades culturais japonesas, isto é, de aspectos ideológicos daquela sociedade. Tampouco decorre de qualquer lógica inexorável e pré-determinada do desenvolvimento capitalista. Entretanto, trata-se de uma singular combinação de fatores econômicos e extra-econômicos que fundamentam o desenvolvimento das forças produtivas no Japão do pós-guerra.

O que é importante reter desta discussão são os limites que começam a ser impostos ao JIT. Em primeiro lugar, pela própria sociedade japonesa da atualidade e, em segundo lugar, pelas dificuldades dele ser reproduzido no resto do mundo, por conta da multiplicidade de condicionantes envolvidos.

### III.1. O "Just-in-Time" como alternativa japonesa ao fordismo: gênese histórica

KAPLINSKY (1988) observa que os limites do processo de trabalho fordista foram logo reconhecidos pela empresa "Toyota" ao final da década de 40. A primeira razão alegada foi a escala de produção inadequada, pois era super-dimensionada para o atendimento do mercado interno japonês daquela época. Naquele contexto, supunha-se que a capacidade produtiva mínima de uma única linha de montagem de tipo "fordista" teria a mesma capacidade produtiva que a totalidade do mercado japonês da época considerada. A segunda razão, de acordo com o referido autor, seria a necessidade da "Toyota" reduzir seus estoques ao mínimo indispensável, por dificuldades financeiras do momento. Deste modo, durante os anos 50 e 60, a empresa em questão trilhou este caminho alternativo. E seu relativo sucesso incentivou a difusão de seus métodos produtivos entre firmas da indústria automobilística e mesmo entre firmas de outras indústrias, como por exemplo, a eletrônica de consumo(1). Mas o autor citado passa rapidamente sobre a questão, fazendo uma abordagem mais descritiva do JIT (2). Trataremos também da mesma, considerando as condições históricas em que o JIT foi gestado.

---

(1) KAPLINSKY, R., op. cit., p.9.

(2) Para mais detalhes, ver IBID, p.10.

GINSBOURGER, no prefácio da obra de SATOSHI (1985) compara o discurso vulgarizado a respeito do sucesso econômico japonês, no pós-guerra, com as reais condições que permitiram o crescimento daquela economia, a taxas tão elevadas. Segundo o primeiro autor, a ocupação do país pelas tropas norte-americanas ao final dos anos 40, serviu de forte inibidor aos movimentos grevistas e de apoio efetivo ao patronato japonês na intimidação de partidos de esquerda e de organizações operárias que se mostrassem mais combativas.(3)

Além do mais, a forma peculiar de organização do grande capital japonês - organizado em torno de uns 20 "trusts", também conhecidos por ZAIBATSU ou SOGO SHOSHA - impulsionou(4) o crescimento de setores industriais cuidadosamente selecionados, com a intervenção direta do Estado(5), como o têxtil, a química pesada, a siderurgia-metal-mecânica e a eletro-eletrônica. O que distingue os "trusts" japoneses de outros é o

---

(3) GINSBURGER, F., in SAIOGHI, K., "Japão: a outra face do milagre" (trad. C.N. Coutinho), Brasiliense, São Paulo, 1985, p. 14.

(4) Para uma boa descrição da expansão do capital monopolista japonês no pós-guerra, ver NAKASE, T., "Some Characteristics of Japanese-Type Multinational Enterprises Today", CAPITAL&CLASS 13, 1981, pp. 60 - 98.

(5) No caso dos chamados "Tigres Asiáticos" também ocorre uma semelhança com o padrão japonês de intervenção estatal, concentrada em poucas firmas de indústrias selecionadas, onde aquela favorece alguns grandes grupos econômicos, visando a criação e o fortalecimento estruturas industriais integradas. A este respeito, ver EVANS, P., "Class, State and Dependence in East Asia: Lessons for Latin Americanists", Brown University (mimeo.), 1984. Ver também, AMSDEN, A., "Third World Industrialization: Global Fordism or a New Model?", NEW LEFT REVIEW 182, 1990, pp. 5 - 31.

encadeamento, tanto à montante, quanto à jusante, entre as indústrias. Como por exemplo, a siderurgia, a metal-mecânica e a automobilística de um mesmo conglomerado, ligadas entre si(6). Isto propicia a cada "trust", uma enorme capacidade de se fazer frente à concorrência estrangeira nos mercados internos, assim como capacita-o de modo inigualável, a apoiar algumas de suas indústrias na conquista sistemática de mercados externos. Assim, a economia japonesa é planificada no sentido do crescimento rápido e em grande escala. Conforme veremos a seguir, tal crescimento também é importante para a estabilização da reprodução social do trabalho.

Adicionalmente, vale lembrar aqui, que a expansão industrial japonesa se inicia\* num momento extremamente favorável do pós-guerra, para o capital japonês em geral. Como é um período de reconstrução nacional e também um período de auge da Guerra Fria, existe uma enorme demanda à indústria como um todo, em virtude de:

- (a) Recuperação dos efeitos da IIª Guerra Mundial;
- (b) A Guerra da Coreia, no início dos anos 50, cria um grande mercado para a economia japonesa, na medida em que esta abastece parcialmente tanto as tropas norte-americanas estacionadas em seu território e em trânsito para o teatro de guerra, como até supre parte da demanda dos aliados.(7)

---

(6) NAKASE, T., op. cit., p.96. Aqui o autor apresenta a organização de alguns conglomerados japoneses, reproduzidos no ANEXO deste trabalho, pp. 167 - 71.

(7) GINSEURGER, F., in SATOSHI, K., op. cit., p. 14.

\* Isto é, a expansão industrial recente do Japão.

Conforme o mencionado acima, o detalhe que nos interessa mais de perto, no tocante à presença de tropas de ocupação no Japão daquela época, é a garantia "em última instância" do monopólio da violência ( já que o país havia sido derrotado militarmente e suas forças armadas se encontravam desorganizadas naquele momento ), do qual o patronato poderia ter-se valido, caso tivesse que enfrentar lutas com os sindicatos operários. Contudo, a principal estratégia patronal de enfrentamento, foi o fortalecimento da organização sindical por empresas, de modo a esvaziar as possibilidades de surgimento de organizações operárias mais combativas. Tais sindicatos por empresa, têm-se constituído em um instrumento de manipulação patronal dos mais significativos no Japão contemporâneo. (8)

É por essa razão, que mesmo a possibilidade do recurso à violência, não é o bastante para que se expliquem as condições peculiares que dão sustentação às relações trabalhistas japonesas. É preciso que sejam levados em consideração, antes de mais nada, certos fatores estruturais de relevância, que possam dar coerência à acumulação a longo prazo. Neste sentido, o grande fiador para a retomada do crescimento econômico japonês, foi o amálgama de interesses político-econômicos entre a "Pax Americana" e o grande capital japo-

---

(8) IBID, p. 14.

nês. Por conta da guerra da Coréia e das reparações de guerra impostas ao Japão, o capital e o Estado nacional daquele país puderam alavancar uma série de investimentos nos setores-chave da economia e ensaiar as primeiras exportações de capital para o sudeste asiático(9). Isto foi um importante incentivo ao crescimento econômico, propiciando um cacife seguro para o patronato japonês ir gradativamente conquistando a adesão de parcelas crescentes do proletariado aos seus propósitos.

### III.1.1. O JIT como dimensão técnica da organização produtiva

SAYER (1986), trata o JIT como algo revolucionário (tal como KAPLINSKY (1988)) em termos de estratégia produtiva. E faz uma descrição comparativa entre o JIT e o fordismo (por ele também chamado de "Just-in-Case"\*) e propõe que a consideração crítica do modelo, em vista de seus resultados práticos(10). Mas tais resultados práticos, que à primeira vista pareceriam reproduzíveis, devem ser ponderados à luz da especificidade das condições que os tornam possíveis. Entre as mesmas, deve-se também perguntar por que os trabalhadores consentem. Vejamos.

---

(9) NAKASE, T., op. cit., pp. 65 - 70.

(10) SAYER, A., "New developments in manufacturing: the just-in-time system", CAPITAL & CLASS 30, 1986, pp. 43 - 96.

\* Literalmente, "apenas em caso de".

A adesão operária às estratégias produtivas do patronato japonês é obtida através de um misto de voluntarismo e de várias formas de pressão. Se por um lado, o patronato é capaz de fazer determinadas concessões materiais a certas parcelas do proletariado - tanto por conta do crescimento econômico vigoroso e sustentado, como pelo aumento da exploração de outros segmentos deste mesmo proletariado -, por outro lado, ele se vale de vários expedientes sutis de pressão, que finalmente levam à obtenção do consentimento.

### III.1.1.A. Por que os trabalhadores consentem

HIRATA e FREYSSENET (1985) nos relatam como o consentimento dos trabalhadores é obtido via "Círculos de Controle de Qualidade", os CCQ's:

"A participação nos CCQ's serve de instrumento de avaliação dos trabalhadores e constitui um critério para a promoção e seleção de chefes."

Um pouco mais adiante, os autores ainda afirmam:

"Contrariamente, a não-participação nos círculos e a passividade são considerados indícios de má-vontade para com a empresa, e, por isso, punidas." (11)

Como se vê, ninguém está formalmente obrigado a participar. Mas reflete uma situação que dificilmente poderia existir, a contar com a memória das lutas operárias em várias situações concretas, caso as condições de apoio do denomina-

---

(11) HIRATA, H. e FREYSSENET, M., 'Os CCQ's no Japão', RAE 25, vol. 3, 1985, p. 6.

do "consenso japonês" não fossem:

- (a) Uma ausência quase total de um sindicalismo combativo, além (ou até por causa) de uma atomização muito intensa, sofrida pelo proletariado japonês; divididos entre trabalhadores estáveis e precários. Sem contar outras divisões internas da sociedade japonesa que também pesam na divisão das classes trabalhadoras daquele país;
- (b) Em função de (a), existe uma relativa imobilidade quanto ao fato dos trabalhadores escolherem para quem trabalhar;
- (c) Uma previdência social precária, onde a intervenção do Estado é mínima. Isto, por sua vez, induz as famílias a manterem um elevado nível de poupança, o que é notório a nível mundial. Grande parte desta poupança, por sua vez, é recanalizada para os investimentos produtivos.

GINSBOURGER in SATOSHI (1985), nos relata, por ex., o caso de um operário japonês, a quem se perguntou o que acontecia com os companheiros que eventualmente adoecessem:

" É um escândalo. Os operários da Toyota, quando estão muito mal para ir ao trabalho, pedem licença. É verdade. Pedem licença porque perdem muito dinheiro se passarem a viver do auxílio-doença. Os três primeiros dias não são indenizados. Os dias seguintes são pagos pela previdência, mas cobrem apenas 80% do salário-base. Ora, o salário-base não inclui nem os prêmios, nem as horas-extras, nem as bonifica-

ções. Isso tudo representa entre 35 e 40% do salário real médio de um operário. As pessoas, então, preferem tomar licença paga, em vez de receberem indenizações ridículas e ouvir dizer que estão fazendo "corpo mole". (12)

O medo permanente dos operários é, deste modo, um componente estrutural, constantemente presente nas formas japonesas de gestão do trabalho. Para as grandes companhias de construção naval e siderurgia, HIRATA e FREYSSENET (1985) citam que apenas 0,1 a 0,2% do total dos efetivos não se do-  
bram às exigências patronais de participação nos CCQ's, o que nos informa a respeito das conseqüências para os trabalhadores, caso estes decidam enfrentar o patronato japonês mais decididamente. Os autores acima citados ainda nos fornecem o relato de um operário japonês decidido a não participar do CCQ de sua empresa:

" Eu não participo do C C Q. Para isso é preciso muita coragem. Há a solicitação do patrão. O salário diminui. Quem procede assim é marginalizado (HAZUREU), excluído das atividades de lazer e se sente só." (13)

O relato acima também nos dá uma medida do papel desempenhado pela coesão de grupo (14), na formação da identidade cultural japonesa. Também isso é objeto de manipulação

---

(12) GINSBURGER, F. in SAITOH, K., op. cit., p. 12.

(13) HIRATA, H. e FREYSSENET, M., op. cit., p. 13.

(14) Ver a esse respeito, NAKANE, C., " Japanese Society ", University of California Press, Berkeley, 1970.

patronal contra os trabalhadores, para a obtenção do consentimento dos mesmos. (15)

### III.1.1.B. Capitalismo à japonesa

A "cooperação" dos trabalhadores japoneses deve ser vista, sobretudo, a partir de um ângulo mais crítico, como parte integrante de um todo voltado à valorização de capitais, para sermos mais enfáticos. (16)

TURNBULL (1987) (in TOMANEY (1990) ) define o JIT do seguinte modo:

"Uma forma altamente desenvolvida de intensificação do trabalho, a qual desmente qualquer noção de enriquecimento de tarefas por meio do trabalho em equipes, da flexibilidade e da rotação de postos de trabalho, reivindicado pelos defensores do JIT. Na verdade, a rotação de postos de trabalho, o trabalho em equipe e coisas semelhantes, são as próprias ferramentas de intensificação do trabalho no sistema JIT." (17)

A noção de totalidade da (e na) forma japonesa de gestão do trabalho aparece em TURNBULL (1987) (in TOMANEY (1990) ), para quem "o sistema JIT é um todo orgânico, no qual a apropriação de economias temporais no circuito do capital e o aumento da produtividade do trabalho se comple-

---

(15) HIRATA, H. e FREYSSENET. M., op. cit., pp. 15 - 16.

(16) TOMANEY, J., " The Reality of Workplace Flexibility ", CAPITAL & CLASS 40, 1990, p. 35

(17) TURNBULL, P., " The Limits of Japanisation - just in time, labour relations and the UK automotive industry ", in "New Technology, Work and Employment 3,1", 1987, in TOMANEY, J., op. cit., 1990, p. 35.

mentam indissolúvelmente" (sic). O ritmo da produção se dá na suposição da total previsibilidade (eliminação das "aleatoriedades do processo de trabalho"). Mais que suposição, esta é a justificativa para a minimização de "tampões", pois eles encobririam falhas, que, de acordo com os princípios do JIT, são elimináveis ... caso os trabalhadores se esforcem nesse sentido(18). Esta parece, então, ser a origem dos CCQ's. Daí também a justificativa pela qual o patronato japonês tem todo o interesse em promovê-los.

A preocupação com a qualidade da produção possui um trajeto gradual, dividido em vários níveis ou círculos de controle, até ser atingido um máximo socialmente aceito de perfeição ou controle total de qualidade(19). Estes procedimentos, de fato evitam muitos dos "gargalos", comuns na fábrica fordista típica. E o resultado final, é de fato uma aceleração na cadência produtiva(20). A partir daí, não é difícil imaginar que conseqüências isso tem, em termos de desvalorização da mercadoria força de trabalho.

TOMANEY (1990), ao citar TURNBULL(1987), afirma que a redução dos "estoques-tampão" e o controle total da quali-

---

(18) IBID, p. 35.

(19) SAYER, A., op. cit., pp. 66 -9.

(20) O problema de fundo aqui para os que defendem a superioridade do JIT sobre os métodos fordistas de produção, é a redução e o controle da aleatoriedade nos processos de fabricação. Daí a necessidade de um maior comprometimento operário, em que os trabalhadores diretamente produtivos devem evitar ao máximo as disfunções, quebras e paralizações dos equipamentos.

dade da produção são peças fundamentais do JIT:

"Mas o JIT busca eliminar todos os custos extras, relativos ao processo produtivo ... de igual importância são os elementos improdutivos e desperdiçadores na execução das tarefas pelos trabalhadores, tais como os tempos de espera e os ajustes excessivos." (21)

TURNBULL (1987)(in TOMANEY (1990) ) diz que no JIT há uma alteração fundamental, relativa à linha de montagem tradicional: não apenas o produto em fabricação é movido através da fábrica, como também o é, o próprio trabalhador, do qual se espera que execute uma multiplicidade de tarefas em diferentes máquinas.(22)

SAYER (1986) faz o levantamento de uma série de implicações decorrentes do funcionamento do JIT em relação aos trabalhadores:

1. Aumenta a produção por trabalhador, sendo que os efeitos sobre o emprego, tanto direto, como indireto, tendem a ser negativos, todo o restante permanecendo igual;
2. A redução das "porosidades do dia de trabalho", pela eliminação dos tempos

---

(21) TOMANEY, J., op. cit., p. 35.

(22) TURNBULL, P., op. cit. (1987), in TOMANEY, J., op. cit., (1990), p. 35.

ociosos e da necessidade dos trabalhadores mudarem continuamente de tarefas, mais a internalização da pressão disciplinar dentro dos grupos de trabalho ou das equipes de produção, o que contribui para intensificar o ritmo do trabalho e o desgaste psíquico daí decorrente;

3. A ênfase na flexibilidade implica em multivalência de qualificações e na eliminação da demarcação, redução ou abolição das prescrições do trabalho. Para que isso seja facilitado, se os sindicatos forem ao menos aceitos, só um deles deve ter o reconhecimento patronal. Os métodos burocráticos de controle cedem lugar àqueles mais informais, difusos e paternalistas;
4. Pagamentos por mérito, discretionários e individualizados, ao invés de "por tarefas", de maneira a facilitar a flexibilidade;

5. Os trabalhadores aprendem no próprio local de trabalho, de modo a que o tempo e o conteúdo do aprendizado sejam maximizados, para desenvolver a flexibilidade; por exemplo, a capacidade de fazer a manutenção e consertos, além de operar as máquinas. Ainda assim, o treinamento em "habilidades comportamentais" deve ser, provavelmente, mais importante que as habilidades técnicas. Pois espera-se que o trabalhador exerça seu discernimento, muito mais que sob métodos tayloristas. O JIT também necessita de uma força de trabalho mais instruída (incluindo aí a chefia) para protegê-lo de colapsos;
  
6. A necessidade de longos períodos de treinamento no próprio emprego, o maior número de qualificações profissionais adquiridas em, e específicas de, cada empresa e a falta <sup>de</sup> "espaço para se errar", torna importante para as firmas a minimização da rotatividade do trabalho, assim como do pagamento muito freqüente de horas

extras para os empregados, ao contrário das triviais firmas fordistas. As flutuações na demanda são equacionadas pelas empresas JIT, através das horas extras de seus próprios efetivos (muitas das quais não são remuneradas, como p. ex., a participação nos CCQ's), como também pelo recurso à sub-contratação de trabalho temporário, provido por outras empresas que gravitam em torno das maiores. O que se verifica então, é uma estabilidade relativamente maior do emprego nas empresas-mãe e uma instabilidade, por outro lado, nas empresas de sub-contratação, a qual tende a aumentar nos períodos mais agudos de crise. Isto representa um imenso desafio à organização das classes trabalhadoras, consideradas em toda a sua heterogeneidade e articulação em relação ao capital em geral, pois fica bem mais difícil, diante de tal situação, para os trabalhadores venderem coletivamente a mercadoria força de trabalho. Assim mesmo, a maior segurança no emprego para uma parcela bastante selecionada do

proletariado japonês, é condicionada por outras exigências patronais, tais como, a predisposição dos trabalhadores em serem transferidos para onde a empresa julgar conveniente. Emprego temporário no Japão tende realmente a ser emprego "vitalício". Mas isso só se aplica a uma parcela reduzida do proletariado. P. ex., só os trabalhadores do sexo masculino, são em princípio, candidatos a tais empregos. Um outro aspecto desse caso, é a desconfiança com que são tratados aqueles que, possuidores do estatuto do emprego "vitalício", se disponham a procurar um outro empregador. Assim os trabalhadores "estáveis" são desencorajados a trocar de empregador;

7. Há uma maior percepção de que a lucratividade pode depender significativamente do desempenho daqueles trabalhadores considerados tecnicamente pouco qualificados, mas que em termos comportamentais, são bastante habilitados. À diferença das tradicionais firmas fordistas, a definição de "trabalhadores centrais" (para diferenciá-

los dos "periféricos", segundo uma analogia mais ou menos livre com um modelo "centro-periferia"), dotados de melhor segurança empregatícia, se vê ampliada de modo a incluir aí, uma "fração selecionada entre os periféricos", isto é, periféricos internos à própria empresa; trabalhadores jovens e outros que ainda não passaram pelo aprendizado de todas as qualificações exigidas internamente pela empresa (Cf. MORGAN & SAYER, 1984);

8. A necessidade de baixo nível de absentismo e trabalhadores comportamentalmente qualificados como "responsáveis", conduz a um grande rigor nos critérios para a seleção de novos empregados, para se ter a garantia de que os mesmos se desviarão minimamente da vida doméstica, que num contexto patriarcal, é importante para os trabalhadores homens. Os empregadores JIT também evitam o recrutamento de trabalhadores e gerentes experientes de outras empresas a todo custo. Este fato e a

ênfase na adaptabilidade condiciona fortemente as empresas a contratarem trabalhadores mais jovens, freqüentemente egres-  
sos das escolas secundárias e das universi-  
dades;

9. Como o JIT é um sistema de "alta confian-  
ça mútua", é necessário que se encontrem  
maneiras de se motivar os trabalhadores a  
fazer uso de suas capacidades de discerni-  
mento na produção. Métodos individualizados  
de comunicação entre chefias e trabalhado-  
res - em contraste com o uso de contra-  
mestres ou representantes sindicais como  
intermediários - ou mesmo o sindicalismo  
de empresa, são, deste modo, preferíveis.  
Tentativas muito mais abrangentes são feitas  
no sentido de se encorajar uma identifica-  
ção com a empresa na sua luta competitiva  
com as demais e, para este fim, os traba-  
lhadores recebem mais informações a respei-  
to da lucratividade e desempenho geral das  
concorrentes do mesmo ramo ( KAMATA, 1982;

ICHIYO, 1984). Condições especiais de emprego para solteiros dentro das empresas também ajudam a manter e a motivar os trabalhadores. Muitas vezes, até casamentos são organizados pelas empresas entre seus funcionários... Portanto, não é de causar espanto, que as práticas japonesas de gestão do trabalho se tornem objeto de interpretações polêmicas, conforme o engajamento político de quem as analisa. Resta ainda explicar, todavia, como o consentimento é obtido em condições de trabalho tão diversas, como no caso das grandes empresas que dão estabilidade no emprego e nas outras, que formam uma extensa rede de sub-contratação, organicamente articuladas às primeiras;

10. As estruturas hierárquicas, dentro das fábricas, são "achatadas" pela eliminação de certas carreiras gerenciais inferiores e de nível intermediário, especialmente aquelas que estão envolvidas com a supervisão, o con-

trole de qualidade e o planejamento e controle da atividade produtiva;

11. A formação de equipes de trabalho ou círculos de controle de qualidade desempenha um papel importante na redução de custos, assim como na motivação da força de trabalho. Entretanto, a obtenção do consentimento dos trabalhadores, através dos métodos japoneses de gestão do trabalho, ainda permanece um assunto polêmico. Num certo sentido, os CCQ's representam uma reversão da ortodoxia taylorista. E ainda, conforme bem observa ICHIYO (1984, p.46), aos mesmos se poderia atribuir a internacionalização dos princípios tayloristas pelos próprios trabalhadores, quando estes são levados - quase sempre a troco de pagamentos simbólicos - a se dedicar ao estudo e à proposta de soluções de questões relativas ao trabalho e à organização do mesmo na empresa.(23)

---

(23) SAYER, A., op. cit., pp. 66 - 8. As demais referências aludidas pelo autor encontram-se listadas na bibliografia citada deste trabalho.

As implicações acima listadas a respeito do JIT, no que tange aos trabalhadores, conduzem, conforme podemos constatar, a uma intensificação do ritmo com que a produção, como um todo, é levada a efeito. A intensificação do trabalho aqui adquire uma dimensão qualitativa e quantitativa, de fato, distinta daquela proveniente do quadro referencial fordista: é muito superior. Assim é o capitalismo à japonesa...

### III.2. O JIT e o processo de trabalho capitalista

TOMANEY (1990) também argumenta que, no tocante ao conceito amplo de "qualidade", cabem considerações de otimização do capital constante (fixo e circulante). É importante destacar este fato, pois ele pode ajudar a rebaixar a composição orgânica do capital, a qual, juntamente com a desvalorização do trabalho, representa a base para a acumulação a longo prazo. De acordo com o autor, no caso da economia de capital (constante) circulante, os CCQ's buscam primeiro evitar desperdícios na produção(24), antes de se concentrarem em questões de inovação de produtos e processos.(25)

Convalidando o autor acima, HIRATA e FREYSSINET(1985)

---

(24) A título de curiosidade, nos referimos à revista "Scientific American", de setembro de 1990, a qual apresenta quadros que demonstram que o consumo energético japonês, tanto em termos absolutos "per capita", como em termos relativos por unidade de PNB, está entre os mais baixos em relação às economias capitalistas\*. Vale a pena indagar até que ponto, isto não deveria ser atribuído aos trabalhadores japoneses... Ver Scientific American 263:3, 1990, p. 23 / p. 32.

(25) TOMANEY, J., op. cit., p. 36.

também ressaltam a questão da transcodificação do saber operário, expresso na participação nos CCQ's, para o jargão dos engenheiros, o que demonstra o limitado grau de autonomia desses grupos de trabalho, organizados paralelamente à organização e à hierarquia formal das empresas. Eles discutem, propõe idéias e sugestões, além de solucionar problemas do cotidiano na produção. Tudo isso, por muitas vezes resulta em soluções de baixo custo para as empresas, a partir da experiência concreta dos trabalhadores. Além do que, há o benefício, para os patrões, do disciplinamento operário.(26)

Portanto, tendo acesso direto ao saber operário, os patrões podem dispor de informações muito mais precisas do que aquelas provenientes dos habituais departamentos de métodos. Assim como podem reduzir, ou até mesmo eliminar, o trabalho improdutivo dos supervisores/contramestres: cada trabalhador acaba se transformando automaticamente em avaliador do desempenho de seus companheiros.(27)

Para o JIT, a grande questão é a manutenção de um certo grau de "visibilidade" da totalidade do processo produtivo em sua articulação interna global. A questão dos estoques-tampão, a sua minimização (ou mesmo eliminação) possibilita ao capital um alto grau de "visibilidade" sobre o trabalho diretamente produtivo, na medida em que as demandas ao mesmo passam a vir de todos os lados do processo de trabalho. Não há o que dissimular:

"A determinação de tornar todos problemas visíveis não é fortuita. Ela oferece a expectativa de operações integralmen-

---

(26) HIRATA, H. e FREYSSINET, M., op. cit., pp. 5 - 13.

(27) TOMANEY, J., op. cit., p. 36.

te eficientes, através de um aumento substancial nos custos sociais e num aumento proporcional dos custos do fracasso. A redução dos níveis de estoques pressiona crescentemente chefias e operários a resolverem qualquer problema remanescente ... ao se arrochar a força de trabalho até o limite de sua capacidade ... é de se surpreender como o medo e o perigo estimulam a mente." (28)

Neste sentido, podemos concluir que o patronato japonês está à procura da "flexibilidade total": a estrutura formal da organização do trabalho se vê duplicada pela estrutura operária informal dos CCQ's, dentro e fora dos locais de trabalho. Nos CCQ's, a criação artificial de uma identidade de interesses entre patrões e empregados (29) colabora muito para se ocultar as contradições intrínsecas às relações inter-classes. Tanto é que se procura inibir qualquer manifestação de uma identidade mais genuinamente operária em todos os momentos. Procurando-se inclusive este controle, a nível da consciência do operariado enquanto sujeito social de um processo histórico.

Deste modo, procura-se também carrear toda a sublimação operária para a realização da vontade patronal. O que, em outras palavras, significa uma permanente tentativa de preparação dos trabalhadores, a nível psicológico, para a aceitação da intensificação, da duração, do desgaste físico e mental do trabalho como fatos consumados. (30)

---

(28) SHAIKEN, H. et Alli, 1986: 176 in ABERNATHY et Alli (1983), in TOMANEY, J., op. cit., p. 36.

(29) Esta identidade é construída de forma problemática e, portanto sempre tensa, na medida em que se fundamenta no exercício cotidiano do constrangimento patronal sobre o trabalho.

(30) HIRATA, H. e FREYSSINET, M., op. cit., p. 6.

### III.2.A. Crítica da visão "impressionista" do JIT

O JIT possui algumas características em relação ao fordismo, que o definiriam superiormente enquanto vantagens(31) "competitivas", segundo o raciocínio de KAPLINSKY (1988):

- (a) A produção é orientada pela demanda;
- (b) A flexibilidade da produção e do produto;
- (c) A produção JIT em si mesma;
- (d) A polivalência das qualificações do trabalho;
- (e) As estratégias de qualidade;
- (f) A re-atribuição da responsabilidade ao operário de linha;
- (g) O envolvimento do operário nas melhorias técnicas.(32)

Entretanto, ele enfatiza demais os aspectos econômicos e tecnológicos do problema, se detendo muito pouco nas considerações a respeito das condições que tornam possíveis o capitalismo japonês se constituir dessa maneira:

" as relações sociais mais abrangentes, subjacentes ao processo de acumulação industrial no Japão, não são lá muito atraentes." (33)

Isto é, não reconhece, de fato, que em função de tais "relações sociais mais abrangentes" no Japão, pode o capita-

---

(31) Isto é, desconsiderando-se todos os aspectos por nós levantados.

(32) KAPLINSKY, R., op.cit., pp. 10 - 19.

(33) IBID, p. 31.

lismo japonês, experimentar e inovar em termos de organização do trabalho e da produção. O que o autor levanta, na verdade, é a consideração de se separar os efeitos e as causas do JIT, e mesmo propor normativamente tais métodos produtivos para outras economias industrializadas, e principalmente para aquelas em processo de industrialização. Estas últimas poderiam, segundo o autor, se valer de métodos produtivos mais recentemente testados (mais "competitivos"), como maneira de abreviar o processo de industrialização.

O autor acena com várias possibilidades ao mesmo tempo. Por exemplo, se algumas economias adotassem a estratégia do JIT, poderiam até passar ao largo da recessão mundial, ao se relançarem "competitivamente" no mercado internacional... Outra delas, propõe o JIT como uma grande "escola profissionalizante", ensinando os trabalhadores a se aperfeiçoarem profissionalmente... e uma sociedade que passasse a contar com trabalhadores melhor qualificados poderia se tornar "mais competitiva no mercado internacional (do que outra que não adotasse um modelo JIT qualquer)... poderia então se tornar mais próspera... E assim segue seu raciocínio circular. Mas ressalva que tais sociedades que porventura viessem a adotar o JIT, o fizessem segundo "um arcabouço político-social mais democrático"(34). ... Para se evitar os "efeitos colaterais indesejáveis" do caso japonês!?!...

---

(34) IBID, p. 31.

Contudo, é bom lembrar que o Japão não carece de estruturas democrático-burguesas formalmente constituídas. Entretanto, a existência das mesmas, não tem impedido uma maior exploração do trabalho, advinda do "estilo japonês de gerenciamento" do trabalho. Na verdade, o que está realmente em questão, não é esta ou aquela forma de se organizar o trabalho, mas sim as exigências de valorização capitalista, as quais engendram crises permanentes, cujas manifestações podem se diferenciar entre si em diversos contextos, mas a origem das mesmas é comum.

SHIMADA (1986) também questiona a visão "impressionista" a respeito do relativo sucesso da economia japonesa recente. Para ele, o estilo japonês de administração do trabalho não explica por si só o desempenho industrial daquele país, tanto em termos metodológicos, como de política de industrialização:

" As deficiências metodológicas são:

- O estilo gerencial das firmas bem-sucedidas é equivocadamente interpretado como a causa de seu sucesso;
- Outros fatores, freqüentemente independentes entre si, que contribuem para o sucesso industrial das empresas japonesas, são negligenciados;
- Os muitos casos de empresas japonesas que fracassaram usando o típico estilo gerencial japonês, retira do observador a oportunidade de identificar os fatores reais capazes de diferenciar os casos bem-sucedidos daqueles mal-sucedidos;
- Falta uma compreensão da dinâmica do processo evolutivo das indústrias e das empresas japonesas.

Quaisquer implicações de políticas (policies) que poderiam ser derivadas de uma análise incompleta do estilo gerencial japonês, seriam errôneas por, pelo menos, duas razões. A primeira delas, a qual se reporta à idéia segundo a qual deve haver algum tipo de "fórmula", que, se aplicada corretamente, traria resultados exitosos às empresas norte-americanas, é no mínimo problemática. O estilo gerencial japonês é resultado do sucesso e não a causa do mesmo. No mínimo, uma tal causalidade é espúria.

A segunda, que se refere à idéia de que os japoneses são bem-sucedidos enquanto mantêm o decantado "estilo gerencial japonês" (o que ocorrerá porque eles são japoneses), é totalmente irrealista. Apesar da predominância do estilo gerencial japonês, as indústrias do Japão não eram bem-sucedidas há algumas décadas atrás, e inumeráveis empresas japonesas mal-sucedidas e problemáticas existem e sempre existiram em vários segmentos da economia.

Por que então, esta visão impressionista do gerenciamento à japonesa é veiculada com tanta frequência, e por que vem ganhando tamanha popularidade? Suspeito que a explicação deva ser atribuída à ausência de informações ponderadas e abrangentes a respeito de aspectos relevantes da totalidade do complexo, representado pelo sistema japonês de relações industriais. Enquanto muito foi escrito a respeito das relações entre chefias e força de trabalho, muito pouco se conhece a respeito do setor público, das trabalhadoras, ou das pequenas empresas, por exemplo - nem tais áreas foram investigadas até agora com a maior profundidade que merecem.

Uma outra deficiência séria é a precariedade de informações e a falta de uma compreensão adequada a respeito da história e da dinâmica do processo de desenvolvimento, especialmente durante a década de 50, quando os alicerces para o subsequente crescimento industrial foram lançados. Uma discussão que ilumine apenas esta fase poderia sugerir um enfoque alternativo com relação às causas do sucesso industrial do Japão e, conseqüentemente com implicações de políticas acentuatadamente diferentes." (35)

### III.2.B. Limites estruturais do JIT: balanço intermediário

Após a citação acima, estamos melhor informados de

---

(35) SHIMADA, H., " International impact of Japan's labor practices ", SCIENCE & PUBLIC POLICY, vol. 13, nº 1, 1986, p. 21.

que os elementos ideológicos\* do JIT, aos quais KAPLINSKY (1988) se refere, isto é, enquanto passíveis de reprodução(36), não se limitam a uma questão de "barreiras culturais"; deve-se considerar também o caráter orgânico entre o JIT e a sociedade japonesa. Deste modo, o JIT não pode ser pensado sem que se leve em conta a história das lutas de classe no Japão.(37)

Também deve-se levar em consideração, a forte vinculação orgânica entre relações de trabalho/emprego e a introdução permanente de inovações tecnológicas(38).

Desta maneira, o JIT que se encontra intimamente ligado aos princípios de qualidade total e de "zeros" (minimização de defeitos, atrasos e desperdícios), vem se apresentar como a parte mais visível de uma dupla estratégia, tanto em termos daquilo que se refere ao papel da gestão da força de

---

(36) KAPLINSKY, R., op. cit., p. 29.

(37) TOMANEY, J., op. cit., p. 38.

(38) "É preciso que se reconheça a inteligência do patronato japonês em haver percebido que poderia tirar vantagem de:  
-uma associação estreita entre tecnologia e desempenho no trabalho: não bastava a concepção de novas técnicas, precisava-se utilizá-las da melhor maneira possível nos processos industriais concretos." HIRATA, H. e ZARIFIAN, P., "Strength and Fragility of the Japanese Model", Paper presented to the symposium on "New Technologies and Societal Trends" (Session IV) at the XII World Congress of Sociology, Madrid, July, 1990, p. 2.

\* Aqui o termo "ideológico" designa concepção/visão de mundo, que nos remete à noção de "ideologias constituidoras do real".

trabalho, como - a partir da experiência profissional dos operários, transmitida ao patronato - de uma maior sensibilidade na avaliação do processo de inovação tecnológica.(39)

---

(39) " A redução de " tampões " , portanto, não apenas reduz o capital inativo, como estimula um processo de aprendizado contínuo, de fato, idealmente, o processo produtivo nunca se torna completamente padronizado e as " economias de tempo ao longo da curva de aprendizado continuam muito depois que as curvas de aprendizado das " empresas ortodoxas " tiverem se horizontalizado. Por tais razões, o JIT não é apenas um sistema de produção, contando com baixos estoques, conforme alguns autores vêm afirmando ( p. ex., Estall, R.C., in " Stock control in manufacturing: the just-in-time system and its locational implications ", AREA, 17:2, 1985, pp. 129 - 33. ), mas trata-se, na verdade, de um método particular e sofisticado de " Learning by Doing ". E esta é a principal razão pela qual as empresas japonesas vêm obtendo sucesso na ultrapassagem de suas concorrentes ocidentais, as quais trataram muitas de suas indústrias como "amadurecidas", e para as quais a realocação industrial em países cuja mão de obra era relativamente barata, era vista como a única maneira de se garantir a competitividade. Daí que, quando as "curvas de aprendizado" das empresas ocidentais - nos ramos da eletrônica de consumo, ar condicionado, automóveis e equipamento de escritório - tinham se horizontalizado, aquelas referentes às empresas japonesas continuavam a se aperfeiçoar ( Abernathy, W.J. et Alli, in "Industrial Renaissance: Producing a Competitive Future for America", Basic Books, 1984 e Rosenbloom, R.S. e Abernathy, W.J., in "The Climate for Innovation in Industry: The Role of Management Attitudes and Practices in Consumer Electronics", RESEARCH POLICY 11:4, pp. 209 - 225.) ( Todavia ainda resta ser verificado se as empresas japonesas ou quaisquer outras ainda podem se apropriar de economias ulteriores de produção, através da utilização de tais métodos inovadores, em combinação com a mão de obra barata no exterior)." SAYER, A., op. cit., p. 53.

HIRATA e ZARIFIAN (1990) ainda assinalam, a relação que existe entre a prática japonesa de emprego vitalício (isto é, apenas para trabalhadores do sexo masculino e contratadas pelas grandes empresas) e a permanente introdução de inovações tecnológicas. De acordo com os autores, fica eliminado assim um provável foco de tensões, que adviriam da insegurança provocada pela instabilidade em relação ao emprego, por conta da constante mudança das tecnologias empregadas na produção(40). As carreiras profissionais não são determinadas exclusivamente pelas competências individuais dos profissionais, mas também pelo tempo de serviço prestado à empresa (senioridade)(41), o que contribui para limitar a mobilidade destes trabalhadores entre outras empresas. E quando, porventura, houver eliminação tecnológica de postos de trabalho, os titulares dos mesmos ainda podem ser transferidos de ocupação ou de unidade produtiva, já que "os interesses da empresa se colocam acima dos interesses individuais".(42)

Entretanto, o modelo japonês de relações trabalhistas não é imune às contradições surgidas em seu interior. Para HIRATA e ZARIFIAN (1990), já começam a surgir os primeiros indícios de esgotamento. Isto é, a grande divisão do proletariado japonês parece ter atingido seu limite máximo para que o patronato japonês ainda possa manipulá-lo. Prova disso é que o

---

(40) HIRATA, H. e ZARIFIAN, P., op. cit., pp. 3 - 5.

(41) *IBID*, pp. 7 - 8.

(42) *IBID*, p. 7.

patronato japonês vem recorrendo crescentemente à contratação de estrangeiros, para que estes trabalhem em território japonês (na verdade, trata-se de sub-contratação, mas de qualquer modo, sugere um esgotamento crescente dos padrões anteriores de gestão da força de trabalho nacional). Assim como, vem se internacionalizando na região, ao transferir parte da produção para diversos países da bacia do Pacífico.(43)

Estes sinais de esgotamento do espaço interno para a valorização, também podem ser encontrados em outros autores japoneses, abordando a questão por um ângulo distinto, como por exemplo, MASUZOE (1986):

"As nações industrializadas foram bem-sucedidas em assegurar certos padrões básicos de vida para suas populações. Todavia, o que se lhes reservou foi uma certa perda de vitalidade social, exemplificada por uma menor disposição ao trabalho e pelo envelhecimento da população. Este tipo de fenômeno parece se manifestar num país onde a renda per capita já passou dos US \$ 10.000, como já é o caso do Japão, a exemplo dos países industrializados de situação semelhante. Assim é possível que haja um senso menor de identificação, ou lealdade ao grupo denominado empresa. Esta é uma tendência já manifestada com mais ênfase entre os jovens. É necessário continuar seguindo esta tendência cuidadosamente, no caso dela eclipsar o dinamismo da economia japonesa no futuro." (44)

A produtividade da indústria japonesa como um todo, que já é relativamente elevada, pode ainda até crescer mais um pouco para tentar neutralizar os movimentos contra-tendências. Mas também é duvidoso que tal fato não provoque um aumento nas tensões sociais daquele país. Isto a dinâmica das lutas de classe poderá definir melhor.

---

(43) IBID, pp. 8 - 9.

(44) MASUZOE, Y., " Japanese Society and The Outside World ", SCIENCE & PUBLIC POLICY 13:1 .

## CAPÍTULO IV

O QUE É A ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL

## CAPÍTULO IV

### APRESENTAÇÃO

A Especialização Flexível (EF) é um fenômeno basicamente centro-norte italiano, cuja gênese pode também ser traçada a partir do desdobramento da crise de autoridade patronal, ao final da década de 60. A articulação produtiva entre várias unidades descentralizadas (que no entanto, permanecem sob controle centralizado), vale-se de modernas tecnologias microeletrônicas, tanto no próprio local de produção, como na coordenação de vários destes mesmos locais. Isto vai de encontro aos propósitos patronais de reestabelecimento da autoridade mais permanente sobre o processo de trabalho e, portanto sobre o processo de valorização.(1)

HIRST e ZEITLIN (1989) - propondo uma reestruturação produtiva para a economia britânica - enxergam pontos de contato com o sucedido à economia italiana e a presente estagnação da economia britânica. Para os autores, ambos os casos possuem em comum, a insubordinação operária como causa da crise recente. Em virtude da reestruturação produtiva, a Itália teria conseguido se recuperar, mas no caso britânico, o que tem havido é uma perda crônica da competitividade(2). Deste modo, a retomada do

---

(1) MURRAY, F., " The decentralisation of production - the decline of the mass-collective worker? ", CAPITAL&CLASS 19, 1983, pp. 74 - 5.

(2) HIRST, P. e ZEITLIN, J., " Flexible Specialisation and The Competitive Failure of UK Manufacturing ", The Political Quarterly 60:2, 1989, pp. 174 - 8.

crescimento econômico, e por conseguinte, da produção industrial, deveria se dar em meio à adoção maciça de tecnologias de base microeletrônica, por causa do potencial que estas apresentam em termos de sua difusão pelo conjunto do tecido produtivo. E conseqüentemente, pela possibilidade de controle sobre a força de trabalho empregada na produção. Entretanto, o tipo de relacionamento capital-trabalho exigido, deve ser necessariamente distinto daquele desenvolvido sob o fordismo.(3)

O estabelecimento de um compromisso consensual entre patrões e trabalhadores deveria estar na base de um esquema de planificação produtiva "ad hoc" por regiões industriais especializadas em determinados tipos de produção, os chamados distritos industriais. Isto, de acordo com HIRST e ZEITLIN (1989), poderia levar a uma maior integração entre políticas estatais descentralizadas e interesses capitalistas localizados. De modo que se pudesse repartir equitativamente os supostos benefícios entre as partes envolvidas (patrões, trabalhadores e Estado), assim como os custos diretos e indiretos da inovação

---

(3) " Antes de se estabelecer a noção de especialização flexível enquanto uma categoria teórica de análise, consolidada, é necessário ressaltar que existe uma lacuna bastante considerável quanto à compreensão da interrelação a nível micro e macro do ambiente econômico, no qual as empresas envolvidas operam." Para mais detalhes desta crítica, ver HYMAN, R., " Flexible Specialisation: Miracle or Myth? ", New Technology & Industrial Relations, Basil Blackwell, Oxford, UK, 1988, p. 57.

tecnológica acelerada, assim como garantir uma certa adequação à transição da produção em massa aos mercados organizados em "nichos". Isto reflete a relativa instabilidade da acumulação de capitais na atualidade.(4)

HYMAN (1988), por sua vez, contesta os pressupostos da chamada especialização flexível, colocando em questão a visão idealizada que seus propagandistas possuem das relações capitalistas de produção e considerando-os, portanto, mistificadores. Ironizando PIORE e SABEL (1984) (5), ele afirma que:

" A tecnologia microeletrônica é exemplar (em termos da dinâmica de concentração e centralização de capitais e do aprofundamento da divisão do trabalho) (sic): a produção de componentes microeletrônicos básicos depende consideravelmente do trabalho de mulheres jovens nas ZPE's do Terceiro Mundo." (6)

A especialização flexível é, na verdade, uma sistematização empírica, relacionada a um processo mais abrangente de reestruturação produtiva, a qual procura dar conta da presente crise de acumulação a nível da economia mundial. Esta crise, por sua vez, se expressa pelo aumento da concorrência inter-capitalista e por vezes, pela recusa operária à intensificação do trabalho. E são as expressões orgânicas da crise (e não suas causas), os objetos de preocupação da EF.

---

(4) HIRST, P. e ZETILIN, J., op. cit., pp. 166 - 174.

(5) PIORE, M.J. e SABEL, C.F., " The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity", Basic Books, Nova Iorque, 1984.

(6) HYMAN, R., op. cit., p. 57.

O que se destaca na literatura da EF é a subordinação das relações capital-trabalho - para a retomada do crescimento da economia = dos salários e lucros - à questão da competitividade no mercado internacional. Como se este último fosse independente da interação das diversas economias nacionais. Isto, segundo a reflexão de GRAHL (1983), é o que se poderia chamar de voluntarismo da EF, pois tais argumentações se respaldam muito pouco em evidências mais concretas.(7)

POLLERT (1988) elabora uma crítica mais consistente e abrangente da EF, para daí tentar uma formulação mais "positiva" (8) da mesma, conforme o que se segue abaixo.

O primeiro ponto levantado diz respeito à relativa imprecisão conceitual e substantiva do termo "flexibilidade".(9) Este pode estar se referindo separada ou simultaneamente à flexibilidade técnica, organizacional, de processo de trabalho, de tempo, de salários, financeira e mercadológica. Mas o ponto de convergência situa-se, na realidade, no trabalho assalariado, pois, sem o consentimento do qual, tais estratégias/alternativas de reestruturação produtiva se esvaziam. Este é também, em nossa opinião, o filão rico a ser explorado. Mas, invertamos a perspectiva de classe e procedamos de acordo com o enfoque dado por POLLERT (1988).

---

(7) GRAHL, J., "Restructuring in West European Industry", CAPITAL&CLASS 19, 1983, p. 138.

(8) Tal qual a sistematização empírica a respeito de "sistemofatura" (infra cap. II deste trabalho), tenta-se definir a EF também de maneira "negativa" em relação ao fordismo. Isto é, tudo que a EF não é em relação ao fordismo, o que se mostra precário em termos explicativos.

(9) POLLERT, A., "Dismantling Flexibility", CAPITAL&CLASS 34, 1988, p. 43.

#### IV.1. A EF e o mercado dual de trabalho

Para se entender a EF como instrumento de dominação capitalista, é preciso primeiro que se atente para as contradições que estão a se desenvolver no interior deste modo de produção, quando se coloca em discussão a crise fordista e as alternativas respaldadas pelo capital para a superação da mesma.

Na impossibilidade de discutir a sua própria crise, o capital procura discutir a sua reestruturação "em tempo de crise", através da reestruturação do trabalho(10). Também não seria demais lembrar aqui, a necessidade do capital em readquirir o controle sobre o desenrolar do conflito de classes, aberto ao final da década de 60 por significativas conquistas históricas do proletariado europeu e norte-americano no pós-guerra.

Na verdade, a EF lançada com o respaldo patronal como alternativa à crise fordista, vai de encontro às recentes conquistas operárias em termos de salários diretos e indiretos, onde a redução das jornadas de trabalho e as políticas de intervenção estatal neste sentido, tiveram importante papel. Isto é, tais conquistas serviram para estabilizar os conflitos de classe de então, e presentemente são consideradas empecilhos para a acumulação. O que abre uma outra frente na "guerra de posições" entre capital e trabalho, a nível internacional.(11)

---

(10) De acordo com MURRAY (1983), a descentralização produtiva na Itália, a partir dos anos 70, visa obstruir a reação coletiva do trabalho contra o capital. MURRAY, F., op. cit., p. 96.

(11) Em "Mudança da Guerra de Movimento (e do ataque frontal) à Guerra de Posições também no campo político", Gramsci nos lembra que: "Na política o cerco é recíproco, apesar de todas as aparências, e o mero fato de que o dominante recorre a todos os seus expedientes, prova o cálculo feito a respeito do adversário." GRAMSCI, A., "Antologia", Siglo XXI, México, 1977, p. 292.

RUGGIERO (1987), salienta que a reestruturação produtiva por meio da EF assume implicitamente o desemprego estrutural, ou a legitimação da economia dual como um fato - e até prova em contrário - consumado(12). Para apoiar tal afirmação, o autor nos relata a experiência recente do norte industrial italiano, no que diz respeito às políticas de intervenção estatal para a estabilização da reprodução social de um crescente exército industrial de reserva, ampliado ainda mais pelo atual processo de reestruturação do grande capital italiano.

As conseqüências deste processo desagüam concretamente numa espécie de agenciamento das condições de apoio, necessárias ao estabelecimento de uma economia ( gestão do trabalho ) "flexível". A região de Turim, à qual o autor se refere, concentra o ramo industrial automobilístico. Do mesmo modo que foi o palco por excelência dos enfrentamentos de classes na virada da década de 60.

Ele ainda afirma que o atual sucesso econômico atribuível à região, ocorre em meio a um processo de crescente desemprego. E este vem adquirindo um caráter cada vez mais estrutural (perdendo efetivamente, portanto, qualquer atribuição de "friccionalidade"), por conta de um processo cada vez mais

---

(12) A recomposição do proletariado vem criando, segundo RUGGIERO (1987), novas categorias de segmentação das classes trabalhadoras/relações de produção, tais como "os expelidos", "a economia informal", "o nicho do trabalho industrial" e o "bezar persa pós-industrial", das quais, "a economia de mercado", por si só, não consegue, definitivamente, dar conta sozinha. Portanto faz-se necessária a intervenção estatal (do poder local, na maioria das vezes), para que os conflitos latentes não se tornem abertos. Para mais detalhes, ver, RUGGIERO, V., "Turin Today: pre-modern society or post-industrial beazar?",

amplo de fragmentação da organização do trabalho, nos moldes da grande produção em massa fordista, num primeiro momento. E num segundo momento, há uma recomposição do trabalho fragmentado, de acordo com uma intenção patronal de se impedir as reivindicações colocadas coletivamente pelos trabalhadores. O que configura, a nosso ver, uma tentativa de reconstrução da hegemonia patronal (e portanto burguesa) em bases renovadas.(13)

Redefine-se,então, o trabalho e o emprego em nome de uma "inadiável" necessidade de "flexibilidade":

" O concernimento a respeito de ambas as formas de flexibilidade não é novo. É a flexibilidade do trabalho humano que cria a mercadoria elástica da capacidade de se realizar trabalho e propicia sua extensão e intensificação na extração de valor excedente. O capital sempre precisou da flexibilidade do trabalho; a luta sobre seu controle, estrutura o desenvolvimento das práticas gerenciais, o processo capitalista de trabalho e as formas de organização do mesmo." (14)

Mas o capital possui todo um arsenal de argumentos a favor da "flexibilização" do trabalho e do estatuto do emprego, para que as classes trabalhadoras abandonem o terreno das lutas e reivindicações coletivas, de modo que assim possa haver um "consenso" em termos de "cooperação" entre as

---

(13) Isto é bem ilustrativo a respeito da "guerra de posições" entre capital e trabalho, aludida anteriormente ( Cf. nota (11) deste capítulo).

(14) FOLLERT, A., op. cit., p. 45.

classes sociais antagônicas. Por outro lado, o novo consentimento operário também passa pela intermediação do Partido Comunista Italiano (PCI), o qual, baseado em análises próprias do desenvolvimento das forças produtivas(15), entende que a atual crise - como tantas outras crises industriais - não só pode, como também deve ser superada através da união das forças que eles consideram "progressistas" na sociedade. Estas incluem setores da burguesia e do proletariado, que segundo o comentário sardônico de RUGGIERO (1987), são definidas pelo PCI como "a unificação das energias produtivas mais salutaras" (16). De acordo com as propostas na avaliação acima ex-

---

(15) Tais análises se aproximam bastante dos princípios contidos na chamada Revolução Técnico-Científica (RTC) elaborados por intelectuais da Tchecoslováquia, cujo expoente é R. Richta. HOURANI (1987), faz uma excelente síntese das idéias de RICHTA, R., veiculadas em " A Civilização na Encruzilhada " (Civilization at the Crossroads, International Arts and Sciences Press, Praga, 1968), conforme o que se segue:

"O que realmente distingue o avanço vindouro, conferindo ao mesmo novas dimensões de uma revolução científica e tecnológica, é a primazia de seu desenvolvimento na transformação universal de todas as forças produtivas, cuja estrutura elementar começa a ser colocada em movimento e conseqüentemente altera o lugar do ser humano na sociedade.

Na medida em que a produção com base na ciência "ganha força total", a maior parte do trabalho humano fica por conta de técnicos e engenheiros altamente qualificados, que se postam ao lado da corrente produtiva", liberando o trabalhador para tarefas criativas. " O fator humano então se coloca ao lado do processo produtivo (transformação industrial), ao passo que, anteriormente se colocava como seu agente direto ". Na medida em que a transformação se completa, pensa RICHTA, ela geraria uma estrutura social mais de acordo com as aspirações de ordem social."

HOURANI, B.T., " Towards the 21st century: the organization of power in post-industrial society ", SCIENCE & PUBLIC POLICY 14:4, 1987, p. 219.

(16) RUGGIERO, V., op. cit., p. 26.

posta, estariam sendo preparadas, supostamente, pré-condições de construção das bases materiais de uma futura e hipotética sociedade sem classes, ainda que sob as relações capitalistas de produção, pois a transição ao socialismo (na ótica dos partidos comunistas "oficiais") só se faz depois de esgotadas todas as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo.

O grande problema do determinismo tecnológico acima exposto é que o mesmo legitima as transformações sociais, feitas "por cima", deslegitimando automaticamente a luta política proveniente diretamente das bases das classes trabalhadoras. Também os adeptos tchecoslovacos da RTC (e seus seguidores), possuíam uma espécie de "fé" no mito da infalibilidade do Partido ou de uma suposta extração social de dirigentes intelectuais: "Os problemas eventualmente decorrentes da RTC são solucionáveis sob o socialismo ".(17)

O PCI, enquanto participante ativo da atual divisão do poder político na Itália, ao esposar teses semelhantes às expostas acima, se coloca como fiador da iniciativa patronal de reestruturação produtiva, mesmo sob o risco de desunir ainda mais os trabalhadores, diante da crescente dualização do mercado de trabalho.

RUGGIERO (1987) afirma que aqueles afastados temporariamente da FIAT, foram de fato despedidos, no início dos anos 80. Trabalhadores homens e bem qualificados foram valorizados e houve também, uma eliminação generalizada de empregos menos qua-

---

(17) HURANI, B.T., op. cit., p. 219.

lificados em relação às novas demandas de caráter tecnológico, assim como uma "razzia" generalizada em relação aos trabalhadores menos identificados com o novo perfil exigido pela empresa. Por exemplo, o caso de trabalhadores deficientes físicos, anteriormente contratados em massa, por conta de uma legislação específica favorecendo o acesso dos mesmos ao mercado de trabalho. Outros casos se referem às mulheres, aos mais jovens e a todos aqueles politicamente mais combativos.(18)

Aqui começa a aparecer mais claramente, a necessidade de se cotejar as análises da reestruturação do aparelho industrial (processos, fluxos e métodos de organização do trabalho) com aqueles sobre os padrões de relações industriais ( as relações empresas/patronato com os sindicatos operários). Vale dizer que vão ficando mais claros, os laços entre produção imediata/ relações de apropriação real das forças produtivas e superestruturas político-culturais.(\*)

O "pós Outono Quente" também demarcou a correlação de forças existente entre patronato e classes trabalhadoras. No sentido em que a situação marca um descolamento entre lideranças políticas e sindicais e suas bases. Estas últimas se adiantaram às primeiras, as quais não conseguiram dar direção ao movimento. Em conseqüência, após sucessivas derro-

---

(18) RUGGIERO, V., *op. cit.*, p. 26.

(\*) Segundo observações feitas por TUDE de SOUZA, A., na revisão final deste trabalho.

tas, o movimento operário entra em refluxo e as lideranças políticas e sindicais passam a adotar posições cada vez mais defensivas. ( Cf. SABEL, C., op. cit.(1982)(Infra cap.IV,nota (23) deste trabalho) )

O desemprego associado à reestruturação industrial dos anos 70/80 tem, portanto, raízes fundadas nos eventos acima relacionados. RUGGIERO (1987), comenta que, aos desempregados — ainda que temporariamente — restam poucas alternativas. E tal situação é vista pelos mesmos como o primeiro passo rumo à "via crucis" descrita abaixo.

A assistência social garante 90% do salário anterior, na condição que o(a) desempregado(a) procure outra atividade profissional durante o período de desemprego. Caso não aceitem a alternativa de emprego ( no mercado formal de trabalho) que lhes é oferecida, acabam perdendo definitivamente o direito de receber o seguro-desemprego. Isto significa, frequentemente, que tais alternativas envolvem o deslocamento de longas distâncias em relação à moradia. Por esta razão, muitos trabalhadores e trabalhadoras não as aceitam. Restam ao desempregado(a), portanto, aceitar a oferta do mercado formal de trabalho disponível, ou, como é freqüente, então

deixar de aceitá-la, pelo fato da mesma possuir mais desvantagens implícitas, em relação aos eventuais benefícios.

Deste modo, até por questões de sobrevivência, tais trabalhadores acabam se inserindo na chamada "outra economia", ou seja, uma plêiade de pequenas e médias empresas (legalizadas e outras, como dizem os italianos, "sommerse"), as quais formam uma extensa e difusa rede de sub-contratação.(19)

De acordo com MURRAY (1983), é preciso que se qualifique bem o fenômeno da descentralização produtiva italiana. Uma coisa é o agrupamento de pequenas empresas independentes em distritos industriais. Outra são as grandes empresas que se desmembram em unidades produtivas menores (mas que, estatutariamente, ainda pertencem à mesma empresa). E uma outra ainda, é a descentralização da produção, apoiada numa ampla rede de sub-contratação (formada de empresas formalmente distintas entre si, em termos jurídicos). Estas últimas dão suporte, de fato, à descentralização produtiva.(20)

---

(19) IBID, p. 27.

(20) De acordo com MURRAY (1983), o fenômeno da descentralização produtiva na Itália, no que tange à dispersão geográfica e à difusão e fragmentação do trabalho, se enquadra nas seguintes categorias:

- (i) Expulsão do trabalho das grandes unidades fabris para uma rede de pequenas empresas, artesãos ou trabalho domiciliar;
- (ii) A divisão de grandes unidades fabris em unidades especializadas menores;
- (iii) O desenvolvimento de uma densa economia de pequenas empresas em certas regiões italianas, tais como o Vêneto e a Emília Romagna."

Nos interessa de perto, analisar principalmente o caso da descentralização "externa", a nosso ver, mais de acordo com a tentativa de conceituação da EF. Isto é, um tecido industrial complexo, formado por pequenas e médias empresas, algumas das quais estimuladas pelos capitais mais hegemônicos, no sentido de se proceder a uma divisão "mais eficiente" do trabalho. E por que também não dizer, de uma divisão "mais eficiente" da própria organização do proletariado?

HYMAN (1988) salienta que parte do sucesso da EF pode ser atribuída ao rebaixamento dos custos advindos de operações indiretas ao processo produtivo, para o qual, uma parte considerável da mão de obra é contratada fora da empresa principal. De acordo com o autor, isto ainda é válido para operações que concernem diretamente a produção, em alguns casos. O resultado é que se cria um aumento na tensão dos segmentos de uma força de trabalho já há algum tempo, diríamos, intimidada por sucessivos refluxos do movimento operário: a "flexibilização" ataca frontalmente as conquistas anteriores dos movimentos operário e social (21). Ou ainda, de acordo com a pertinente observação de TUDE de SOUZA, os supra-citados movimentos são enfraquecidos no caso, pela "transferência para fora da "fontes" de obtenção do consentimento e de legitimidade social (política e ideológica) da acumulação capitalista." (\*)

---

(21) HYMAN, R., op. cit., p. 56.

(\*) TUDE de SOUZA, A., comentário feito na revisão final deste trabalho.

#### IV.1.1. EF e a questão da disciplina operária

Não existe ainda um consenso a respeito da EF(22). Vamos, entretanto, alimentar um pouco mais essa polêmica. SABEL (1982), por exemplo, também não entende a "flexibilização" como uma ofensiva unilateral dos patrões italianos contra o proletariado. É o caso quando pequenas empresas se unem voluntariamente, de modo a obterem ganhos de escala muito maiores daquilo que obteriam individualmente:

"O exemplo italiano, portanto, mostra que os trabalhadores não estão fadados a ficarem divididos pela defesa de visões de mundo não-comprovadas e articuladas pela metade. Na medida em que os trabalhadores são colocados em conflito, as premissas e implicações de suas visões de mundo apartadas podem ser explicitadas e transformadas, unindo grupos de trabalho ao invés de dividi-los. É sobretudo, o processo de politização que liga e torna possíveis tais desenlaces."(23)

Mas a citação acima só traduz parte da realidade. É verdade que muitos operários italianos qualificados montam pequenas empresas individual ou associadamente. E até que muitas delas chegam mesmo a crescer. Assim como também é empiricamente comprovável que as pequenas empresas (em qualquer país), nascem e morrem "como os cogumelos". Contudo, a questão aqui é tratar do cultivo de um mínimo de disciplina operária, produtiva, a qual se perderia na reestruturação industrial. Tanto é que as grandes e o poder público local estimu-

---

(22) Ver, por exemplo, a nota (3) deste capítulo novamente.

(23) SABEL, C., "Work and Politics", Cambridge University Press, Cambridge, 1982, p. 17.

lam muitas pequenas empresas. Não tanto para se solucionar, pelo menos parcialmente, o problema de um crescente desemprego, o qual vai se tornando estrutural. Mas para se intervir no bolsão de qualificações operárias positivamente. Isto é, para se preservar para o capital, as condições subjetivas elementares do trabalho, necessárias ao processo de acumulação, através de um cultivo e ampliação de determinadas culturas industriais, em meio à fragmentação espacial e estatutária do proletariado. (24)

A respeito de se cultivar determinadas culturas produtivas entre o proletariado segmentado, tendo em vista a sua importância para a reprodução capitalista, RUGGIERO (1987) diz o seguinte:

"Elas (as pequenas oficinas, nota de nossa autoria) mantêm viva a velha cultura industrial de produção; ainda assim, para competir e sobreviver, elas são forçadas, por exemplo, a contratar trabalhadores "informalmente", a pagar baixos salários e a manter um vínculo com a "economia subterrânea". Somente aquelas firmas mais competitivas no corte de custos (tanto em dispêndios com capital constante, como em salários) podem manter uma conexão viva com o principal circuito industrial de produção. Assim, "a pequena classe trabalhadora empresarial", acaba, na prática, caindo naquelas categorias definidas na Itália como economia informal, paralela e subterrânea." (25)

Mas a segmentação no interior do proletariado, se desdobra ainda mais, num sentido de monopolização de deter-

---

(24) RUGGIERO, V., op. cit., p. 28.

(25) IBID, p. 29.

minadas qualificações profissionais, de uma fração selecionada do proletariado. Nesse sentido, também o crescimento numérico de tal fração mencionada do proletariado fica mais restrito. Esta segmentação reforça ainda mais o tipo de cultura produtiva que interessa às grandes empresas, assim como contribui fortemente para a "dualização" do mercado de trabalho. Segundo ainda o que relata RUGGIERO (1987):

" É de tradição profundamente arraigada nos trabalhadores da FIAT, devotar de duas a três horas de trabalho, por dia, em um outro local de trabalho, fabricando componentes destinados à própria FIAT. O que parece realmente novo no cenário atual, é o que podemos chamar de " crescente cercamento " do mercado industrial de trabalho. Longe de mobilizar novas forças produtivas, este mercado de trabalho está se tornando inacessível às pessoas que não passaram pelo " treinamento cultural " em seu interior. O centro e a periferia da produção industrial estão ambos ocupados por trabalhadores de comprovada experiência e disciplina, de maneira que as esferas do duplo emprego e do desemprego não se misturam." (26)

Mas o central em toda essa discussão, é a nova configuração das relações de poder na produção, conforme exemplifica o exposto acima. Existem portanto, configurações diferenciadas entre o processo de trabalho capitalista e as renovadas formas de exercício hegemonia burguesa. Em termos estratégicos, a EF busca obter o consentimento de parcelas das classes trabalhadoras envolvidas. A reconfiguração das forças

---

(26) IBID, p. 31.

produtivas também se articula com a reprodução das relações sociais de produção, o que significa, portanto, uma reconfiguração das relações de poder na sociedade.(27)

Toda esta discussão aponta para uma questão central, a nosso ver, mas que ainda carece de respostas: a EF pode se constituir em solução, mesmo que parcial, à crise fordista? E ainda que possa, é satisfatória para o conjunto das classes trabalhadoras, na medida — ao que tudo indica — em que aprofunda-se a exploração do trabalho?(28)

#### IV.1.2. O papel das novas tecnologias de automação na EF

Conforme salientamos ao longo desta exposição, a questão dos novos métodos produtivos não se limita à tecnologia e às instituições, consideradas separadamente das condições mais gerais de reprodução do trabalho assalariado. No capitalismo, a renovação permanente da base tecnológica visa, em última instância, à desvalorização da mercadoria força de trabalho. AGUIRRE ROJAS (1988) afirma que a EF é uma deri-

---

(27) "É através do conceito de "reprodução social" como parte integrante da reprodução econômica que é proposta a subordinação do "resto ao econômico". " Cf. PALLOIX, C., " Les Formes Contemporaines de la Socialisation et la Question d'une Alternative ", Seminaire "Socialisation et Tiers Monde", CRMSI, (mimeo.), (sem data), Paris, p. 8.

(28) Para AGLIETTA (1979), a superação da crise fordista passa tanto por uma reestruturação do aparelho produtivo, como por uma nova norma de estabilização da reprodução da força de trabalho, por meio de uma maior socialização do consumo social mediado pelo Estado: um "neo-fordismo". Mas na proposta "pós-fordista" da EF, o Estado tem um papel secundário na reprodução social da força de trabalho. Ao invés, "o mercado" daria, supostamente, conta deste "detalhe"... Cf. AGLIETTA, M., op. cit., 1979.

vação da racionalização do trabalho fordista, na medida em que:

1. O fordismo se apresenta como hiper-racionalização do trabalho individual (da mesma maneira que o taylorismo é definido como hiper-racionalização do saber-fazer individual do operário), conduzindo à uma intensificação do ritmo do trabalho; o que implica num desgaste mais rápido do capital fixo. Em outras palavras, uma redução no tempo de rotação do capital fixo. Conseqüentemente, o tempo reduzido de produção do artigo conduz a um corte significativo no tempo de rotação do capital como um todo, contrarrestando a queda tendencial da taxa de lucros;
2. Com o barateamento dos equipamentos de base microeletrônica, a pressão por uma rotação mais rápida possível do capital fixo diminui um tanto, possibilitando aos capitalistas um maior número de escolhas dentro de um determinado leque tecnológico, sem que isso ameace muito sensivelmente a valorização, em termos do montante de capital total avan-

çado previamente;

3. Se estabelece aí uma relação dialética compensadora entre capital constante fixo e capital variável. O pequeno incremento do capital fixo se compensa através de um incremento na extração de mais-valia relativa (e até por uma certa economia adicional de capital circulante, como por exemplo, economias de matérias-primas e de insumos energéticos), por intermédio de uma maior utilização da microeletrônica na produção. Daí que também podem ser obtidos ciclos de amortização mais curtos para o capital fixo, um tanto quanto mais próximos dos ciclos de rotação do capital circulante;
  
4. Portanto, a automação da produção na EF (enquanto a forma de automação industrial de processo discreto mais avançada em uso) vai permitir uma utilização mais intensiva do capital fixo instalado, o que se traduz como economia em termos de dispêndios com capital, para o capitalista considerado individualmente.(29)

---

(29) AGUIRRE ROJAS, C.A., " Los Procesos de Trabajo en la Visión de Marx ", Tese de doutoramento (mimeo.), UNAM, Cidade do México, 1988, pp. 156 - 252.

#### IV.2. A ofensiva ideológica da EF

A crise de acumulação atual também possui seus reflexos quanto aos termos da cultura política do presente momento. De certo modo, há um abandono dos grandes projetos de transformação social, os quais foram esvaziados pelo refluxo sofrido pelo movimento operário internacional dos anos 70 até agora, em virtude tanto do aprofundamento da crise nos países capitalistas, como da incapacidade dos Estados Operários em escapar dos efeitos da mesma, para não se falar da crônica incapacidade dos mesmos em oferecer uma direção clara ao movimento operário internacional.

A evidente crise de direção no movimento operário dos principais países capitalistas, abriu os flancos do mesmo para uma ofensiva ideológica montante do capital a nível internacional. E este fato obrigou a uma retirada ainda mais profunda por parte de expressivos representantes das classes trabalhadoras. Estes, na busca da recuperação da legitimidade social (fortemente) abalada, procuram se adequar ao discurso hegemônico, veiculado cada vez mais com desenvoltura pelos porta-vozes do capital.

Para não se descaracterizarem completamente, as lideranças em crise do movimento operário atual também adotam o produtivismo como palavra de ordem para o momento e o socialismo utópico como meta de longo prazo, como veremos adiante.

É bastante comum, fora de um quadro teórico-metodológico mais crítico em relação às atuais relações sociais de produção, encontrarmos uma certa ideologização da produção e da sociedade capitalistas. Em referência específica ao discurso produtivista contemporâneo, compartilhado tanto pela patronal, quanto pela (ex?) esquerda, não se discute a tentativa de restabelecimento da hegemonia burguesa sobre a sociedade. Assim, a EF se presta à idealização e celebração do dualismo produtivo, conforme salienta POLLERT (1988):

" Esta celebração ideológica da economia "informal" pode também ser vista na fase recessiva da "teoria pós-industrial", perspectiva que tem encontrado forte expressão na atual obsessão com a "flexibilidade", como um retorno à pequena empresa. O auge do pós-guerra inspirou uma série de perspectivas "pós-industriais", de um rompimento radical com a sociedade "industrial", enraizadas em suposições de crescimento garantido, afluência econômica generalizada e satisfação das necessidades materiais. BELL (1974), o mais influente expoente desta projeção otimista, sustentava que a ruptura consistia numa mudança fundamental do emprego; da produção para os serviços, e numa "nova sociedade de serviços", tendo uma "elite do conhecimento" como a sua base de poder." (30)

Mais adiante, a autora pondera que o fim da fase expansiva da Onda Longa do pós-guerra havia forçado uma certa releitura da teoria (ou ideologia, conforme a posição político-filosófica de quem observa) de BELL sobre a sociedade "pós-industrial" vindoura. No sentido de conferir a esta, um certo toque de "socialismo utópico", já que o "real" desde há muito, pouco tem de atraente para servir de modelo alternati-

va à organização social da produção atual, veicula-se então, uma certa versão determinista sobre o porquê de se adotar a EF enquanto alternativa legítima:

" Distanciando-se da preocupação com o emprego em grande escala e com o trabalho assalariado, houve a emergência de uma nova literatura do 'pós-industrialismo' em sua fase recessiva, prevendo o fim do trabalho assalariado na economia formal. Enfatizando a viabilidade da produção no setor informal, ela vem tendo influência na divulgação de uma polarização entre economias formais e informais, emprego central e periférico." (31)

De qualquer maneira, vai se tornando cada vez mais claro para onde a versão otimista da EF converge: para a colaboração de classes (32). Portanto, deve-se aguçar o senso crítico para uma compreensão mais bem articulada, por exemplo, do ressurgimento da produção artesanal ("craft production") e do "putting out", apoiados agora na microeletrônica.

Isto decorre, conforme o já levantado neste trabalho, em diversas passagens, da forma de se entender a atual crise capitalista. Isto é, apenas como crise do processo de trabalho, desarticulada da crise do processo de valorização. Com isso, a EF tal como é na maioria das vezes veiculada, celebra supostamente o fim do fordismo, agitando equivocadamente

---

(31) IBID, p. 65.

(32) Por diversas vezes neste trabalho, salientamos a questão da colaboração de classes como ponto central para a reconstrução da hegemonia patronal, no tocante ao presente movimento de reestruturação produtiva. Isto nos remete ao comentário Gramsciano a respeito do "Movimento Progressivo Ulterior" das forças produtivas, onde a modernização visa a conservação de estruturas de poder dominantes. Ver, a este respeito, TUDE DE SOUZA, A., " Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci", HISTÓRIA & PERSPECTIVAS 5, U.F. de Uberlândia, 1992 (no prelo).

bandeiras que sempre foram carregadas pelo movimento operário internacional.

Aqui notamos uma importante inversão de rota nas propostas "radicais" de transformação social. Inclusive a tradição do pensamento de esquerda é esvaziada de seu conteúdo revolucionário, mantendo-se a sua forma: critica-se a alienação do trabalho fordista, apenas para se transcender para uma outra organização alienante do trabalho, já que as relações capitalistas de produção escapam praticamente incólumes à tais críticas "radicais". Tudo, na verdade, acaba num reformismo exacerbado, o qual muitas vezes busca legitimidade em representações extemporâneas da produção social. (33)

Outro eixo interessante para a discussão, pode ser aquele que trata também da difusão da EF a nível mundial POLLERT (1988) caminha por aí, tomando por base inicial as formulações sobre a sociedade "pós-industrial"(34) e criticando-as. Ao contrário de KAPLINSKY (1988a)(35), o qual de-

---

(33) PIORE e SABEL (1984), desenvolvem toda uma argumentação favorável à EF fora dos EUA, mas a preocupação dos autores é claramente a reforma do capitalismo norte-americano. No fechamento de sua obra, os autores buscam uma ligação entre ideais de democracia econômica com aqueles de democracia política, aludindo à origem norte-americana destes ideais: os ideais Jeffersonianos de democracia (o que é estranho, pois estes se reportam à formas pré-capitalistas de organização social). Segundo os autores, a exemplo do caso "bem-sucedido" de reestruturação industrial do centro-norte italiano, o emprego da EF na economia norte-americana em crise, poderia ser o caminho para se renovar a prosperidade econômica, preservando-se e até ampliando a chamada democracia norte-americana. Cf. PIORE, M.J. e SABEL, C.F., op. cit., 1984.

(34) POLLERT, A., op. cit., p. 69.

(35) KAPLINSKY, R., "Industrial Restructuring in Less Developed Countries: The Role of Information Technology", IDS (mimeo.), Brighton, 1988a.

fende o modelo da EF, expandido inclusive até a periferia do capitalismo mundial. Sendo que a EF, em sua opinião, ajudaria a plasmar um novo amálgama com a produção em massa, cujo suporte tecnológico seria a utilização intensiva dos equipamentos de base microeletrônica.(36)

Se, por um lado, BELL (1974) postulava a emergência de uma sociedade "pós-industrial" com base na extrapolação das tendências apontadas pelo auge econômico do pós-guerra, por outro, PIORE e SABEL (1984) modulam a sua versão de sociedade "pós-industrial" para a situação de esgotamento da fase de auge do crescimento econômico do pós-guerra, assumindo o prolongamento permanente da situação atual de instabilidade econômica.

No primeiro caso, o crescimento quase contínuo da economia mundial endossava a noção segundo a qual esta situação prosseguiria sem interrupções. Em segundo lugar, até mesmo como corolário daquela noção de inesgotabilidade do padrão de crescimento econômico de então, havia a suposição mais ou menos consensual de que a produção industrial automatizada da época tenderia a se aprofundar, tornando o trabalho humano supérfluo. Durante tal processo de transição da atividade econômica, a produção industrial cederia lugar ao crescente advento de atividades terciárias, como fonte principal de ocupação do trabalho humano.

---

(36) IBID, pp. 6 - 45.

Numa tal concepção, a mediação feita por conta da lei do valor é curiosamente escamoteada (como se "serviços" nunca pudessem assumir a forma mercadoria), assim como os conflitos advindos da sociedade (ainda) dividida em classes (e, portanto, dotada de um contencioso quanto à divisão do produto social). Quando tais conflitos de classe ficam artificialmente invisíveis, abre-se espaço para se estruturar o poder na sociedade, através uma determinada "racionalidade" pura. O que também dá coerência interna à formulação de uma "teoria das elites", sendo estas últimas, as mediadoras entre a sociedade e a "racionalidade" pura das estruturas técnico-econômicas. Mas tudo isso não passa de um exercício de imaginação, ligando as tendências lidas do presente real com um futuro hipotético.

O presente real do qual partem PIORE e SABEL (1984) é outro. Marcado pela recessão da economia mundial e pela memória recente dos levantes operários da virada da década de 60. Aqui não há mais lugar para o otimismo anterior de sociedade "pós-industrial". Tanto é que a lei do valor não é mais ocultada e nem a natureza conflituosa do capitalismo. Portanto, como não se pôde superá-lo ( e nem se vê como fazê-lo), a nova proposta de sociedade "pós-industrial" tem por base a reforma do capitalismo. Sua nova "elite" é também, portanto, produtiva e intelectual, e não puramente intelectual, conforme propõe BELL (1974), ou mesmo RICHTA (1968).

Os portadores da nova linguagem de produção "flexível", também poderiam ser os mesmos que, em princípio, desencadeariam um amplo processo de reestruturação produtiva capaz até de provocar mudanças no tecido social organizado em torno da produção.

Existe aí, portanto, uma possibilidade de se pensar uma articulação entre a ideologização da EF com propostas levantadas pela tradição socialista utópica, lembrando-se que estas últimas são expressões culturais surgidas justamente em momentos decisivos de consolidação das relações de produção capitalistas. E, conseqüentemente, também expressam criticamente, uma certa perplexidade diante das transformações sociais em pleno curso.

LEWIS (1987), faz uma interessante comparação entre a literatura de ficção do socialismo (e mesmo suas experiências concretas) utópico e as propostas de reforma social em relação ao "capitalismo selvagem" da época:

" Os primórdios da revolução industrial fortaleceram a necessidade pela vida urbana que se iniciara vagarosamente no século anterior. A reação do começo do século 19 às condições miseráveis das cidades industrializadas incluía propostas como as de Thomas Jefferson, como a que, a verdadeira condição dos norte-americanos de então, deveria ser uma espécie de democracia agrária; Robert Owen tentou construir uma indústria bem-sucedida em New Lanark, baseada no tratamento esclarecido para com os trabalhadores e na educação das crianças, pautando-se em novas propostas morais; os Shakers tentaram criar uma vida simplificada; a tentativa mais tardia de Owen em estabelecer uma colônia utópica em New Harmony, Indiana, assim como numerosas outras tentativas práticas de se transformar a natureza da sociedade. Entre as muitas utopias ficcionais que tentaram dar conta da questão, duas das melhores foram "Looking Backward" (1888), de Edward Bellamy e "News from Nowhere" (1890), de

William Morris. Todas - tanto as práticas, como as literárias - tentaram controlar a tecnologia num sentido que se provaria socialmente útil, com graus variados de sucesso.

Nos primeiros anos da revolução industrial, pensadores utopistas como Saint-Simon, Cabet e seus seguidores reivindicaram a expansão da tecnologia e a substituição do governo dos políticos por aquele dos técnicos. Outros, como Owen e Fourier, aceitaram o progresso tecnológico, mas reivindicaram a modificação dos padrões sociais, políticos e econômicos existentes para impedir a subordinação dos seres humanos às fábricas e às máquinas. Não obstante, as muitas experiências empreendidas para se colocar a humanidade acima do progresso industrial ( os Shakers, New Lanark, Oneida, Amana, Icaria, New Harmony e numerosas colônias fourieristas ), não conseguiram se contrapor à continuada industrialização e ao desenvolvimento da tecnologia. O que, ao fim do século 19, pareciam aprofundar ainda mais, o fosso existente entre ricos e pobres. Sendo que a vida para os excluídos não passava de uma constante luta para a mera sobrevivência. Transformar as condições que causavam este incômodo social, tomou-se então, o tema de numerosas propostas ficcionais de utopias sociais, no final do século." (37)

Mas não há proposta socialista utópica (mesmo em termos concretos), capaz de se colocar ao lado do capitalismo e sobreviver ao mesmo, conforme o demonstra largamente a experiência histórica. Em termos globais, o capitalismo não pode ser estabilizado por medidas "civilizatórias", na medida em que seriam eliminados os diferenciais que lhe conferem o seu caráter de um todo combinado e, ao mesmo tempo, desigual. O que também garante, em última instância, a possibilidade de concorrência inter-capitalista e de acumulação.

Portanto, o grande problema do capitalismo, não são simplesmente suas eventuais "conseqüências deletérias", e sim o próprio capital enquanto relação social de produção.(38)

---

(37) LEWIS, A.O., " Utopian Approaches to Technology ", Bulletin of Science and Technology, vol. 7, 1987, pp. 495 - 6.

(38) MARX, K., op. cit., tomo 3, cap. 15, p. 269. (1973)

#### IV.2.1. Balanço intermediário: separação do político e do econômico para a "desideologização" do capitalismo

Separar o político do econômico, também vai neste sentido de se salientar a primazia dos "imperativos de ordem técnica e econômica" sobre as demais demandas sociais. Em troca, há uma promessa difusa em termos de uma sociedade economicamente mais próspera. É assim que se procede, quando se busca conferir um caráter supostamente "sistêmico" às novas tecnologias de automação/"flexibilização" da produção.

Na verdade, a recente tentativa de se recuperar aportes sistêmicos para a discussão da EF, procura, de certa forma, "naturalizar" as relações sociais de produção capitalistas (o que pode levar a pensar que as mesmas continuarão existindo por longuíssimos prazos, a exemplo das analogias tiradas da natureza). Mas tudo isso não passa de uma busca em torno da rearticulação da hegemonia patronal sobre as classes trabalhadoras, isto é, poder continuar a rebaixar o valor da mercadoria força de trabalho.(39)

Evidentemente, a atual fase de desenvolvimento capitalista possui suas próprias contradições, além daquelas historicamente acumuladas e não totalmente solucionadas. Mas o ca-

---

(39) " Em todos os países de civilização antiga, o emprego de máquinas em alguns ramos industriais produz em outros tal superabundância de trabalho (redundancy of labour, diz Ricardo), que o decréscimo do salário abaixo do valor da força de trabalho impede o uso de maquinaria, e do ponto de vista do capitalista, cujo ganho provém, não de uma diminuição do trabalho que emprega, mas daquilo que ele paga, faz com que tal uso resulte superfluo e freqüentemente impossível." IBID, (1973), tomo 1, capítulo 15, p. 379.

pital, conforme já mencionamos em outra passagem, não discute sua própria crise. Até porque trata-se de uma entidade abstrata, significando o conjunto de vários capitais concretos, concorrentes entre si, além de estar permanentemente submetido a uma contestação pelos trabalhadores (aberta ou em potencial) no seu dia a dia.

Deste modo, não se pode esperar que o capital adote uma perspectiva realmente crítica em relação a si mesmo. O que este pode fazer e faz (pelo menos seus representantes mais bem articulados), é conduzir o debate para a minoração dos efeitos da acumulação capitalista, no que vem se destacando em termos de iniciativa. POLLERT (1988), ao final de seu trabalho, tece considerações a respeito do porquê da audiência do debate sobre a EF, levado a efeito por interesses que satisfazem imediatamente ao capital:

"As estratégias reestruturantes "radicais" se voltam para o que são soluções fundamentalmente dominadas pelo mercado: de colaboração e não de confronto com o capital; sugere-se um abandono da análise do ponto de vista classista e da ação de classes como o fundamental para a mudança. Este é um reflexo mais geral da desorientação e da desmoralização das esquerdas." (40)

Mas a desorientação, desmoralização e esvaziamento do discurso e da prática das esquerdas em geral, também nos convidam a refletir sobre o fato de que as suas direções fracassaram primeiro, quando escolheram a burocratização. A rigor, este tremendo "passo atrás", começou na própria União Soviética, com a subida ao poder da burocracia e de sua ideologia do "so-

---

(40) POLLERT, A., op. cit., p. 71.

cialismo num só país" (deixando de lado, por motivos de brevidade desta exposição, os procedimentos trágicos da IIª Internacional, em momentos anteriores à própria Revolução Soviética).

Não que, com isso, entendamos que o processo de afirmação do proletariado, ao longo deste século, enquanto sujeito histórico, esteve desde sempre fadado ao fracasso. Deixamos bem claro que as vitórias e derrotas do proletariado mundial ao longo deste século, estão longe, a nosso ver, de terem sido definitivas. Mas a crítica às esquerdas em geral, em sua prática concreta durante este século, é fundamental para que o seu legado não seja "atirado para o lado de fora da amurada", como se vem tentando fazer neste fim de século.

A burocratização do movimento comunista internacional, de modo geral, não permitiu que se fosse dado o salto qualitativo, necessário para que o proletariado a nível mundial pudesse dar uma resposta efetiva à crise capitalista do pós-guerra. Ao contrário, durante a fase de auge deste período, houve uma clara opção pelo não-confronto. E determinados partidos comunistas, como o italiano e o francês (em menor grau) principalmente, se tornaram até "condôminos com direito a voz e voto" na divisão de poder daqueles estados burgueses.

Com isso, as direções do movimento operário internacional, em geral, foram se afastando de suas bases. E quando a crise capitalista se aprofundou, não deixaram de ser arrastados em seu turbilhão. Daí a tentativa desesperada de recuperarem o prestígio perdido junto às classes trabalhadoras, através de um discurso supostamente modernizante, como é o caso da reestruturação

produtiva, via adoção maciça de novas tecnologias de automação. O que, na avaliação deles (as direções tradicionais do movimento operário), poderia ajudar a recompor as antigas alianças com o capital monopolista, abaladas profundamente desde o final da década de 60.

Do ponto de vista burguês, tal iniciativa poderia até ser compreendida como tentativa de recomposição de sua hegemonia, pela preparação, em escala ainda maior, de uma vasta e profunda derrota das conquistas do movimento operário mundial. Pelo fato deste ainda estar obstaculizando (com aquelas) a retomada em grande escala da acumulação capitalista. O que é também agravado, nesta fase histórica, pelo grau de internacionalização atingido pelo capital monopolista a nível mundial.

Mas a resposta definitiva a todas essas questões, ainda está longe de ser clara. Por um lado, o proletariado mundial se encontra certamente sob cerco apertado, mas por um outro ainda pode reagir contra o cerco capitalista, se assim o decidir. De qualquer modo, o grosso do armamento capitalista ainda usado, é de caráter ideológico, conforme salienta POLLERT (1988):

"O efeito da "flexibilidade", tanto como estratégia material e como ideologia é complexo. Não pode haver dúvida que o local de trabalho e o movimento sindical encontram-se sob fogo cruzado. E ainda, conforme mostram os dados empíricos, a extensão da mudança na direção da casualização é mais díspar e complexa do que a perspectiva do "rompimento radical" pode supor. Assim, a "descoberta" da "força de trabalho flexível" faz parte de uma ofensiva ideológica que celebra a maleabilidade e a casualização, fazendo-os parecer inevitáveis." (41)

---

(41) IBID, p. 72.

É preciso, portanto, se ter em conta que análises do processo de trabalho (capitalista) que passam ao largo da consideração do processo mais geral de acumulação, possuem como resultado prático, a despolitização das relações sociais de produção capitalistas. Ou, em outros termos, "desideologizam" o entendimento da atual crise de acumulação.

A superação da mesma fica sendo apenas uma questão de ordem organizacional e tecnológica do trabalho. Por tudo o que foi dito até aqui, o leitor pode verificar que se tratam de dois pesos e duas medidas...

CAPÍTULO V

UM BALANÇO FINAL À GUIZA DE CONCLUSÃO

## CAPÍTULO V

### APRESENTAÇÃO

Já levantamos em capítulos anteriores como vem sendo montadas determinadas estratégias patronais, para se combater a resistência do movimento operário e reestabelecer a hegemonia destes primeiros, como pré-condição para a retomada do processo de acumulação prolongada.

Entretanto, o movimento operário internacional parece ainda estar indeciso em relação aos efeitos da reestruturação produtiva que está em curso. Nesta iniciativa patronal, existe a promessa de que as novas tecnologias de automação poderão suplantam os elementos que caracterizaram a crise fordista, enquanto crise nas relações de produção. Para que a promessa acima aludida se concretize, segundo o discurso patronal, é necessário que as classes sociais antagônicas abandonem o conflito e colaborem entre si. Assim, segundo ainda o mesmo discurso, os trabalhadores e o patronato poderiam colher maiores benefícios mútuos...

Também é verdadeiro que uma tal situação ambígua não pode perdurar durante muito tempo, sem que apresente as mesmas contradições essenciais que levam às crises triviais

das relações de produção capitalista. Mas a conjuntura recessiva contribui para o obscurecimento das contradições que emergem da colaboração entre o capital e o trabalho, na medida em que as classes trabalhadoras se encontram na defensiva, refugiando-se em reivindicações de caráter econômico-corporativo. O que por sua vez, representa um paulatino abandono de determinados conteúdos ético-culturais presentes, pelo menos a nível do discurso, nas reivindicações dos trabalhadores, em enfrentamentos de classe de um passado recente.

Diante de uma tal situação, o poder de persuasão das ideologias burguesas torna-se muito forte. E, de fato, conduzem mesmo à "fabricação de justificativas", por parte de um setor mais privilegiado das classes trabalhadoras, com a finalidade de conferir um mínimo de coerência classista à adesão das mesmas a projetos tão contraditórios. Conforme salienta DIANI (1985), como consequência da atomização do trabalho, auxiliada pela introdução de inovações tecnológicas, há uma recomposição involuntária e, ao mesmo tempo, paradoxal da força de trabalho. Isto é, no caso em que os trabalhadores assumem de fato, toda a simbolização que se faz em torno das novas tecnologias de automação/organização do trabalho:

"A responsabilidade coletiva e a dependência organizacional se exacerbam, se for tomado como exemplo a comunicação dentro do processo de trabalho automatizado, onde a variabilidade dos modos de operação é regulada pelo ritmo do sistema de máquinas informatizadas, o que acaba provocando uma grande dependência do operador em relação à máquina, assim como uma grande tensão em relação aos procedimentos que ele deve seguir. Isto explica a preponderância das "relações humanas" observadas no trabalho, a solidariedade e a dependência de cada membro de equipe em relação a seu companheiro, qualquer que seja o meio de comunicação utilizado.

Cada um depende de fato da qualidade das informações transmitidas por seus colegas, informações que decorrem frequentemente de observações empíricas. Elas intervêm em situações que requerem que colegas dêem ordens aos outros, sem que ocupem necessariamente posições hierárquicas superiores, nem tampouco detenham um controle do processo que está sendo executado. Se faz necessário assegurar uma boa ligação entre os membros de equipe. Os operadores colocam em primeira a dificuldade de se realizar tal contato humano numa situação que não é mais um trabalho em equipe, no sentido tradicional, a despeito de certas analogias. A automação requer uma coordenação de funções, a qual não se encontra mais calcada sobre as máquinas, propriamente ditas. Mas tal necessidade não é evidenciada para todos, pois a equipe de trabalho encontra-se agora atomizada: ela assume a forma de uma rede de postos de trabalho isolados, interligados entre si por interfone, mas onde a coordenação humana não é mais claramente aparente e nem perceptível cognitivamente.

Todos os trabalhadores valorizam a importância de um bom espírito de equipe: o que não deixa de ser paradoxal, pois os postos de trabalho acham-se agora escalonados ao longo dos processos técnicos, e o trabalhador se encontra frequentemente isolado. Os trabalhadores de uma mesma seção se encontram num estado de extrema dependência organizacional em relação aos outros, de tal maneira que necessitam efetivar uma real cooperação em relação ao processo técnico." (1)

Mas a situação descrita acima, é mera consequência de um processo de reestruturação do trabalho, iniciado na década de 70, o qual, ao invés de ter sido interrompido pela

---

(1) DIANI, M., "Conséquences organisationnelles de l'automation", SOCIOLOGIE DU TRAVAIL 4 - 84, 1985, pp. 554 - 5.

crise, foi, em grande medida, impulsionado pela mesma (2). DE CLOSETS (1972) assinalava, no início do processo, que se fazia necessário "reinventar o trabalho"(3), pois a introdução de "flexibilidade" na organização do trabalho iria contribuir grandemente para suprimir as tarefas mais desagradáveis e perigosas, assim como "enriquecer" o conteúdo das demais tarefas, que a "organização científica do trabalho" se encarregara de tornar "desumanizadoras". Assim, em nome de uma aludida "re-humanização do trabalho", começa-se a experimentar com maior intensidade, aquilo que CORIAT (1983) chama de "job redesign" (redefinição do posto de trabalho)(4), ou ainda, o que DE CLOSETS (1972) chamava de "enriquecimento de tarefas" (5).

---

(2) Ver a este respeito, CORIAT, B., " La régulation dans la crise actuelle ", in "Le Travail ouvrier ", CAHIERS FRANÇAIS 209, 1983, p. 65.

(3) DE CLOSETS, F., " Réinventer le travail ", SCIENCES et AVENIR 304, 1972, pp. 466 - 74.

(4) CORIAT, B., op. cit., (1983), p. 65.

(5) DE CLOSETS (1972), assinala que desde os anos 30, especialistas norte-americanos já vinham elaborando estudos sobre o problema do " enriquecimento do conteúdo das tarefas ", e que, na conjuntura favorável aos trabalhadores norte-americanos da IIª Guerra ( recolhimento dos efetivos do " exército industrial de reserva " ), tais métodos foram ensaiados na indústria automobilística daquele país. DE CLOSETS, F., op. cit., p. 470.

Por conta do fenômeno amplo, representado pelo chamado "enriquecimento de tarefas", CORIAT (1983) nos confirma que ocorre de fato um descolamento entre as reivindicações comuns a todas as classes trabalhadoras e aquelas que espelham interesses particulares dos trabalhadores mais bem qualificados e bem pagos do conjunto da força de trabalho:

"Além do aumento da produtividade ou da intensidade do trabalho que suscitou ... a observação mais precisa a respeito de como se fez o "job redesign" nos revela que a atribuição de "tarefas enriquecidas - e com frequência acompanhadas de maiores salários - é um momento de "harcèlement" na fábrica, entre as diferentes categorias concernidas: jovens e mais velhos, mulheres e homens, nacionais e imigrantes competem entre si ... A redefinição de postos e de empregos permite, deste modo, atualizar as técnicas de controle sobre a população trabalhadora ... E também, a despeito de tudo aquilo que foi freqüentemente previsto, nada mais fez que acabar com os sonhos de muitos na utopia tecnológica. Constitui-se, isso sim, num dos elementos de reorganização da produção, estimulado pela crise atual." (6)

Mas, detenhamo-nos um pouco mais no pequeno histórico que DE CLOSETS (1972) usa para ilustrar a evolução do conceito de "enriquecimento de tarefas", por assim dizer, até o seu limite, numa organização do trabalho de concepção originalmente fordista. O autor começa relatando certas experiências promissoras, iniciadas entre os anos 40 e 50 em fá-

---

(6) CORIAT, B., op. cit., p. 65. (1983)

bricas da IBM nos EUA. Mas logo ficou evidente a limitação propiciada pela simples ampliação "horizontal" do conteúdo das tarefas (isto é, um(a) operário(a) realizando uma sucessão de tarefas simples e diferentes entre si, executadas antes por diversos operários). Procedeu-se então, à experimentação do "enriquecimento vertical das tarefas", as quais iriam se constituir como a base para a formação das equipes operárias polyvalentes. E no final dos anos 50 e começo dos anos 60, empresas como a AT&T (ramo das telecomunicações) nos EUA, Philips na Holanda e Olivetti na Itália, puderam constatar ganhos significativos de produtividade, como resultado de tais experiências. E finalmente a FIAT também decidiu implantar o novo método, numa fábrica inaugurada ao final dos anos 60, no sul da Itália.

Não se pode deixar de considerar toda a agitação operária ao final dos anos 60 e começo dos anos 70, pontos de inflexão da crise do pós-guerra. Mas na época, as tentativas patronais de reestruturação mais profunda esbarravam num pesado entrave: o tempo necessário para a amortização do capital fixo. À época, tal prazo era estabelecido em torno de quinze a vinte anos. (7)

---

(7) DE CLOSETS, F., op. cit., p. 472.

### V.1. Reestruturação produtiva e qualificações operárias

A grande indagação do começo dos anos 70, com relação à reestruturação produtiva, era adequar a amortização dos investimentos em automação (então, passou-se a cogitar a respeito da utilização de dispositivos eletrônicos, em lugar daqueles tradicionais eletro-mecânicos) à uma situação de crise percebidamente duradoura. Fazia-se então necessário, uma readequação do trabalho às renovadas exigências de acumulação(8). Vale dizer, romper com toda uma série de conquistas operárias, acumuladas desde o início da atual Onda Longa(9).

É interessante se fazer um balanço desta transformação depois de uma década, conforme o procedimento de CÉZARD e THÉVENOT (1983). Segundo esses autores, é preciso que se entenda o quadro evolutivo das qualificações operárias (no caso, dos operários franceses), de acordo com o ramo industrial tratado(10).

Eles dividem a atividade da indústria de transformação em três setores básicos, estabelecendo portanto a natureza da produção de cada um dos mesmos, assim como a estrutura de empregos por níveis de qualificação dos trabalhadores em cada um:

---

(8) DE CLOSEIS, F., op. cit., p. 474.

(9) Cf. MANDEL, E., op. cit., (1985).

(10) CÉZARD, M. e THÉVENOT, L., "Évolution des qualifications", CAHIERS FRANÇAIS 209, 1983.

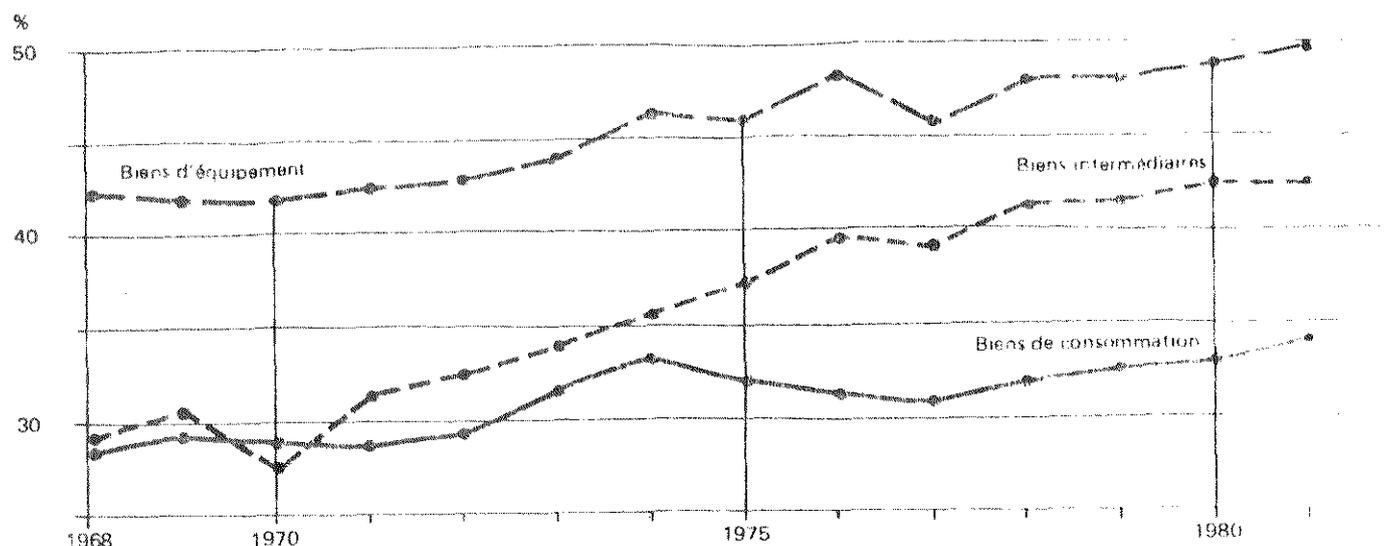
- (a) INDÚSTRIA DE BENS DE CONSUMO TRADICIONAIS; Têxtil, vestuário, couro, madeira, gráfica, alimentícia e outras indústrias dotadas de equipamentos mais simples, empregando mão de obra majoritariamente feminina em contingentes numericamente significativos;
- (b) INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL (INCLUSIVE A AUTOMOBILÍSTICA); Automobilística, construção elétrica, construção mecânica, construção naval e aeronáutica. Nestas indústrias, em geral, os equipamentos são mais complexos e a proporção de trabalhadores em relação ao conjunto da atividade industrial é menor;
- (c) INDÚSTRIA DE BENS INTERMEDIÁRIOS; Siderurgia, transformação de metais, química, vidro, metais não-ferrosos, papel e celulose, materiais de construção. São indústrias dotadas, via de regra, de um alto grau de capitalização e, em alguns setores mais "maduros" destas atividades se empregavam grandes contingentes de trabalhadores pouco qualificados profissionalmente.(11)

Feita esta classificação, os autores traçam um quadro evolutivo da qualificação profissional em (a), (b) e (c), na França; do final dos anos 60 até o início da década de 80, de acordo com o gráfico que reproduzimos abaixo:

---

(11) CÉZARD, M. e THÉVENOT, L., op. cit., p. 16.

## 5. Part des ouvriers qualifiés par les ouvriers selon le secteur d'activité



Fonte: CÉZARD, M. e THÉVENOT, L., op. cit., p. 16.

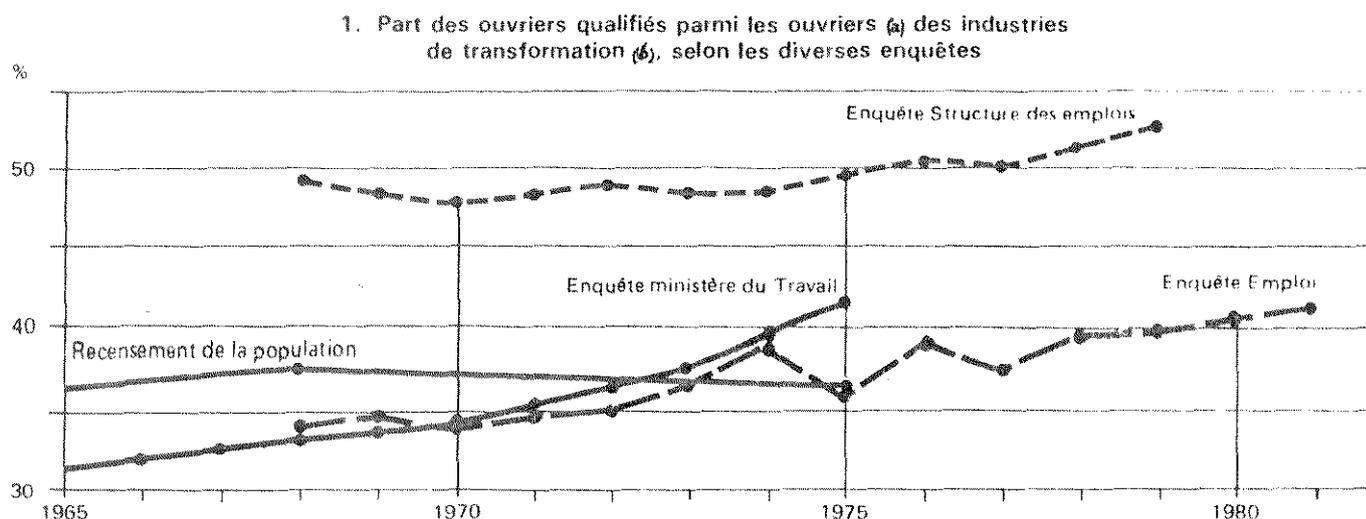
Deste quadro evolutivo, os autores inferem uma certa transformação qualitativa do trabalho. Mas não para o conjunto dos trabalhadores, na mesma proporção. O que tal quadro realmente revela, é um certo aprofundamento das diferentes qualificações anteriormente existentes, em dois dos setores industriais considerados.

Naqueles mais capitalizados (bens de capital, inclusive a automobilística e de bens intermediários), há de fato, um crescimento maior na proporção de trabalhadores qualificados do que no de bens de consumo, onde tradicionalmente se concentram grandes contingentes operários pouco qualificados.(12)

Mas também é bastante interessante de se notar aí, em termos gerais, o crescimento da totalidade dos

(12) IBID, p. 11.

trabalhadores qualificados em relação ao conjunto dos trabalhadores da indústria de transformação, segundo várias fontes, para o mesmo período considerado. Este é relativamente pequeno, conforme o demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: CÉZARD, M. e THÉVENOT, L., op. cit., p. 12. (13)

O período considerado, marcado pela difusão de técnicas de automação microeletrônica na indústria de bens de capital e, sobretudo em determinados ramos da metal-mecânica, como por exemplo, a automobilística, também acaba por marcar uma certa tendência dentro de certos setores industriais da indústria de bens de capital, no sentido de uma requalificação da força de trabalho aí empregada, tornando uma parcela de seus trabalhadores mais "polivalentes", à semelhança daque-

(13) Nota dos autores: Foram excluídos os contramestres da contagem do conjunto dos trabalhadores (a) ; e, das indústrias de transformação consideradas, foram excluídas a construção civil, geração de energia elétrica e indústrias extrativas (b).

las qualificações exigidas em processos de trabalho mais automatizados de certos ramos da indústria de bens intermediários, como por exemplo, a petroquímica.

Mas tal movimento pela requalificação da força de trabalho é polêmico, no sentido de que, por um lado, ele superqualifica determinados segmentos dos trabalhadores e, por um outro, desqualifica outros segmentos. Já que muitas das antigas qualificações profissionais, podem agora serem encontradas embutidas nos próprios equipamentos, tornando assim, redundantes muitos dos trabalhadores que anteriormente possuíam tais qualificações acima aludidas.

Como tendência geral, o movimento de requalificação profissional - nos setores mais capitalizados da indústria - caminha para a supressão de postos de trabalho, por conta da introdução de inovações tecnológicas de base microeletrônica, visando a automação de determinados processos industriais(14).

Um dos inúmeros exemplos que confirmam tal tendência, está no artigo de BARBA (1991), o qual relata a integração de vários sistemas de máquinas-ferramentas controladas por computador, numa fábrica do setor metal-mecânico. Neste artigo, o autor fala da redução do trabalho humano em virtude da junção entre equipamentos mecânicos e a informática.

Ele menciona que um desses sistemas chega a substi-

---

(14) CORIAT, B., " Autômatos, robôs e classe operária ", NOVOS ESTUDOS CEBRAP , julho de 1983, pp. 35 - 8.

tuir 70 máquinas-ferramenta convencionais e, é "assistido" por um único operador. Mais adiante, ele também nos informa que, em 1989, 55% das máquinas-ferramenta vendidas em países industrializados, possuíam comando numérico.(15)

Por esta razão, se estabelecem limites muito claros à quaisquer medidas paliativas que o patronato possa eventualmente apresentar a título de antídoto contra a ameaça do desemprego tecnológico. Mesmo entre os trabalhadores mais qualificados da indústria de transformação.

Enriquecer o conteúdo do trabalho, substituir tarefas penosas e perigosas por dispositivos tecnológicos, afeta apenas uma parcela muito reduzida das classes trabalhadoras de maneira positiva. Pois o que condiciona tais mudanças é, em primeiro lugar, o quanto isso afeta positivamente os ditames de valorização capitalista.

Quando esta discussão é despolitizada, ela acaba servindo de instrumento patronal para o aumento do exército industrial de reserva, mesmo que, por hipótese, não haja um aumento sensível no desemprego, também não deve haver uma ampliação do estatuto do emprego altamente qualificado em termos significativos. O que contribui para a segmentação do estatuto do emprego entre uma relativa minoria de "qualificados" e uma vasta maioria de "pouco qualificados".

---

(15) BARBA, M., " Produire sans homme ", SCIENCE et VIE 882, 1991, pp. 98 - 105.

### V.1.2. Reestruturação produtiva e reivindicações operárias

A conjuntura de crise da atualidade, de fato, ajuda a nivelar por baixo, reivindicações pela repartição do produto social provenientes de representações das classes antagônicas. Pelo lado patronal, há um certo entusiasmo pelas promessas encerradas no discurso da racionalidade técnica ( e econômica ). E pelo lado da representação das classes trabalhadoras organizadas, um certo arrefecimento na crítica mais incisiva da(s) racionalidade(s) acima aludidas. Este é realmente um campo de discussão bastante polêmico por conter questões bastante complexas. De forma alguma queremos dizer ou mesmo sugerir que eventuais opiniões moderadas, emitidas por representantes dos trabalhadores, signifique que os mesmos "tenham passado para o lado de lá", ou que não estejam suficientemente informados sobre o assunto das novas tecnologias de automação. Mas comparemos as declarações de dois representantes de diferentes classes sociais:

"De acordo com o presidente da Sobracon-Sociedade Brasileira de Comando Numérico, Thomaz Lanz, com o plano Cruzado as empresas foram obrigadas a fazer uma revisão de seus programas internos e, ao mesmo tempo, empregar o capital em seu próprio benefício. Dentre as opções de investimentos, diz ele, encontram-se a automatização da fábrica e o treinamento

de pessoal, que garantem uma maior competitividade (grifo nosso), a sua otimização e o conseqüente aumento de qualidade.

Aspecto importante nesse contexto todo é saber se a automação industrial gera empregos ou causa desemprego. Porém, criam empregos também para aqueles que as fabricam. Ao mesmo tempo, os ganhos de produtividade fazem os preços caírem através da concorrência, estimulando a demanda e, na seqüência, gerando mais colocações. Outro ponto ... indica que a utilização das máquinas liberaria recursos para serem empregados em novas atividades, proporcionando oportunidades de trabalho.

Questionado a respeito, Roberto Camarho, secretário da Sobracon, diz que a instalação de robôs industriais não deve ser encarada pelos trabalhadores como ameaça ao seu emprego. "Torna-se mais visível a necessidade de se desmistificar a imagem de "vilões" a eles atribuídas. Havendo uma aceleração do processo de modernização do parque industrial do País, a automatização é, sem dúvida, irreversível", imagina. " (16)

E agora vejamos, na mesma matéria da revista patronal, uma declaração atribuída a Walter Barelli, do DIEESE:

"Barelli classifica o movimento sindical brasileiro como progressista. Isso porque já possui um nível de conscientização sobre a necessidade do País automatizar as suas fábricas. Os trabalhadores aceitam conviver com máquinas CN, robôs, sistemas CAD/CAM, etc., desde que não sejam afetados de forma direta (grifo nosso). Segundo ele, os sindicatos no Brasil são pouco procurados pelo governo e entidades empresariais para discutir os aspectos da automatização industrial, o que dificulta um diálogo mais aberto." (17)

Concluindo a declaração dada por Barelli:

"... Barelli afirma que esses sistemas e máquinas são essenciais para se aumentar a produtividade, assegurando ao País uma maior competitividade (grifo nosso) com o mercado externo. " Quanto mais a empresa produz, diminui a quantidade de trabalho incorporado ao produto e elimina novas contratações (grifo nosso), fator motivador de uma antiga reivindicação dos operários, que é a diminuição da jornada de

---

(16) " Resposta Sindical Frente à Automação Industrial - Pontos de vista sobre o assunto ", IPESI - Metal/Mecânica, ano VII - set/out. 1987, p. 38.

(17) IBID

trabalho ". Para finalizar, acrescenta que os últimos dados do DIEESE mostram que as máquinas equipadas com comando numérico podem causar (grifo rosso) um índice de substituição de 4 x 1." (18)

Pelo que podemos apreender das declarações acima, concluímos que a opinião patronal aí expressa, se baseia em hipóteses relativamente frágeis, como é o caso de se afirmar que a supressão de empregos pela automação se compensa pela criação de outros, na fabricação de equipamentos de automação. Pensamos assim, primeiramente em virtude da dimensão do ramo industrial fabricante de tais equipamentos, assim como de seus potenciais usuários no Brasil, em relação ao PIB brasileiro, conforme a tabela comparativa abaixo:

Relação entre o mercado de automação industrial e o PNB/PIB de alguns países, em porcentagens

PAÍS	AUTOMAÇÃO IND./PIB(PNB)
EUA (*)	0,275
JAPÃO (*)	0,563
RFA (*)	0,501
BRASIL	0,114

(\*) PNB de 1986 ( L' état du monde);

(\*\*) PIB de 1988, US\$ 350 bilhões

Fonte: BNDES, L'état du monde e Conjuntura Econômica, in ALBUQUERQUE (1990) (19)

(18) IBID

(19) ALBUQUERQUE, E., " A foice e o robô: as inovações tecnológicas e a luta operária ", PÁGINA 7 ARIES GRÁFICAS LIDA., São Paulo, 1990, p. 178.

Ou ainda, conforme também podemos constatar, pelos seguintes indicadores, de uma outra tabela reproduzida aqui:

Evolução da base instalada de equipamentos e sistemas de automação industrial no país ( em milhões de US\$)

ANO	PROC. IND. DISCRETO	PROC. IND. CONTÍNUO	TOTAL
até 1984*	65	75	140
1985	28	47	75
1986	52	71	123
1987	78	92	170
1988	98	142	240
TOTAL	321	427	748

\* Estimativa, incluindo desde os primeiros equipamentos importados em 1969.  
Fonte: InterBusiness Cons. Emp., in ALBUQUERQUE (1990) (20)

E isto ainda é mais limitado, em termos globais, pela exclusão aqui, do setor bancário e outros setores de serviços públicos e privados. Nas indústrias de processo discreto que adotaram a automação microeletrônica, o equipamento básico é a MFCN, máquina-ferramenta de controle numérico. Excluímos aqui os robôs industriais e os sistemas CAD/CAM, pelo fato destes se encontrarem em pequenos números na indústria brasileira, em poucas empresas usuárias.

No Brasil, segundo ALBUQUERQUE (1990), já existiam "quase 4.500 MFCN's até o início de 1989"(21). Evidentemente, há uma demanda reprimida por tais equipamento, em virtude do custo relativamente elevado de seus similares nacionais, o que segundo o autor, reflete o atraso tecnológico do setor no país(22).

Mas, se por hipótese, as importações destes equipamentos fosse mais incentivada, ficaria ainda mais difícil de se criar no país, os empregos que fossem eventualmente suprimidos. De fato, poder-se-ia também argumentar que a importação de tecnologias mais sofisticadas apenas minimizaria o problema. Pois, dado o fato de que a concorrência impele os patrões para a adoção mais rápida de tecnologias mais produtivas, estes não esperariam que a indústria nacional do setor amadurecesse primeiro. Conseqüentemente, não haveriam tantos empregos criados ali.

Além disso, caso houvesse um desbloqueio à demanda reprimida por MFCN's (e, em menor escala, por robôs e sistemas CAD/CAM), não é de todo implausível se supor que os trabalhadores tornados redundantes, em função da supressão de seus postos de trabalho, aumentassem o contingente de desempregados. Levantamos tal hipótese, em função da maioria dos usuários de MFCN's, robôs, sistemas CAD/CAM serem, de acordo com ALBU-

---

(21) IBID, p. 182.

(22) IBID, pp. 183 - 4.

QUERQUE (1990), empresas pertencentes ao ramo automobilístico (material de transporte), indústria mecânica (inclusive a indústria de autopeças), aeronáutica, armamentos. Deste rol de atividades, muitas delas pertencem ao capital externo (como a automobilística, p. ex.). E de modo geral, todas estas empresas e setores industriais se voltam significativamente para o mercado externo, onde as exigências em termos de vantagens de custo/qualidade são mais rígidas e maiores.(23)

Da parte da classe trabalhadora, podemos constatar pelo que foi dito acima, uma certa postura defensiva, marcada pela ambigüidade: os trabalhadores aceitam a automação para que seus patrões, em garantindo maiores lucros, também venham lhes garantir - e se possível ampliar - a parte que lhes caberia na divisão do produto social..., ou seja, não perder o emprego, a profissão ou serem super-explorados. Embora reconhecendo, pelo menos potencialmente, a existência do perigo do desemprego tecnológico, as entidades representativas das classes trabalhadoras ainda demonstram uma certa timidez em fazer frente, de fato, ao cerco patronal que vem se formando a nível mundial, tanto em relação ao Brasil, como a qualquer outro país capitalista industrializado.

O primeiro destacamento da investida patronal se dá com o discurso sobre a inevitabilidade da adoção das novas tec-

---

(23) IBID, pp. 183, 185 - 8.

nologias de automação industrial. De certa maneira, entidades representativas das classes trabalhadoras (não apenas no Brasil) parecem reconhecer a legitimidade deste discurso determinista quando, por exemplo, ambos os lados reconhecem, como nas declarações acima reproduzidas, que devem unir esforços para se vencer a batalha da "competitividade" internacional. Ou ainda, conforme se expressa a revista patronal aqui mencionada:

" Os sindicatos acreditam que a única forma de se poder conter o avanço indiscriminado da introdução de sistemas à base de micro-processadores e, conseqüentemente, de seus efeitos perversos (grifo nosso) para a classe trabalhadora, é a sua participação nas decisões a respeito da introdução desta tecnologia, tanto a nível empresarial, quanto a nível governamental.

Desta forma, as conseqüências negativas serão minimizadas (quanto, perguntamos...) e os benefícios serão repartidos por toda sociedade (grifo nosso).

A questão de não de ocorrer tal fato é questão a ser discutida posteriormente ( "Of Course.", Observação nossa). (24)

Tudo se passa como se os micro-processadores tivessem "vontade própria". Ora, assumir tal discurso pode significar a adoção, na prática, de uma estratégia imobilista, frente à atual investida patronal contra as organizações legítimas dos trabalhadores em todo o mundo. No caso brasileiro, nem empresários e nem o governo têm como hábito discutir tais questões com os trabalhadores:

" Infelizmente, quando da aprovação da Lei de Informática, o ítem - interação Sindicato e Empresa nas decisões sobre as novas tecnologias - foi rejeitado, fechando, com isso, mais uma possibilidade de entendimento." ( Barelli, W., 1987) (25)

---

(24) IPESI - Metal/Mecânica, op. cit., 1987, p. 39.

(25) IBID, p. 38.

Ainda assim, nota-se que os trabalhadores brasileiros já desenvolvem uma crítica difusa à iniciativa patronal, no tocante às novas formas de organização do trabalho/organização da produção(26). Entretanto, é preciso que o movimento operário ainda discuta tais questões para além de seus efeitos colaterais. Praticamente toda a crítica que pudemos constatar a respeito das novas formas de reconfiguração da produção, não vai muito além da denúncia a respeito de seus efeitos secundários e, em função da mesma, a proposição de medidas que visem eliminar ou minimizar tais efeitos. Não que esta intervenção das classes trabalhadoras seja discutível, pelo contrário. É um passo importantíssimo para o acúmulo de forças, por parte das classes trabalhadoras ( lembremos, por exemplo, a importância conferida por Marx às conquistas do movimento cartista na Inglaterra do século passado). Mas a atual fase do capitalismo exige que as frentes de combate da organização dos trabalhadores se abram também para uma crítica mais profunda ao próprio capital enquanto relação social. O qual, afinal de contas, comanda todo o movimento de reestruturação produtiva que está em curso.

---

(26) Ver a este respeito, "CAIERNO DA CUT: A tecnologia e os trabalhadores", setembro de 1987, pp. 12 - 15.

A não-explicitação do caráter capitalista das novas tecnologias de automação acaba por muitas vezes, reconduzindo o debate ao suposto implícito da neutralidade tecnológica ( a qual não passa de um mito ). Portanto, não há como criticar tais novas tecnologias, sem que se faça primeiro a crítica de seu caráter capitalista. A propósito, nunca é demais lembrarmos o precedente histórico a respeito dos equívocos derivados da "ideologia da eficiência". É o caso notório da adoção do taylorismo na União Soviética, no início do período pós-revolucionário(27).

Também a este respeito, é interessante a crítica que BERMAN (1989) faz à informática, destacando que a arquitetura interna dos computadores e os princípios em que se baseiam os programas, possuem como modelo a organização da fábrica e da divisão do trabalho capitalistas.(28)

De qualquer maneira, o movimento sindical em todo o mundo, já ensaia os primeiros passos para enfrentar os desafios impostos pelo capital à sua organização. Reproduzimos abaixo, o que a CUT está pensando sobre o tema neste momento:

---

(27) SMITH, S., "TAYLORISM RULES OK? Bolshevism and the Technical Intelligentsia in the Soviet Union, 1917 - 41", RADICAL SCIENCE JOURNAL 13, 1983, pp. 3 - 27.

(28) BERMAN, B., "The Computer Metaphor", SCIENCE AS CULTURE 7, 1989, pp. 10 - 12.

" É preciso traçar as bases de uma política global da C U T frente às conseqüências da informatização e introdução de novas tecnologias em diversos setores da vida econômica do país; e ao mesmo tempo traçar uma linha de ação sindical, encaminhada através das diferentes formas de luta e dos instrumentos de que dispomos, visando a defesa dos interesses imediatos e de longo prazo dos trabalhadores.

#### a) Código de trabalho:

Inclusão de um capítulo específico no projeto de código de trabalho sobre a proteção e defesa dos direitos dos trabalhadores, diante da introdução de novas tecnologias nos diversos setores da economia.

- Esta defesa inclui:

- . manutenção e garantia das bases estabelecidas nos contratos individuais e convenções coletivas de trabalho, que seriam alteradas pela introdução de novas tecnologias;
- . redução da jornada de trabalho sem perdas salariais para todos. Jornadas específicas para casos específicos;
- . controle sobre o ritmo de trabalho e tempo padrão, não só nas linhas automatizadas, como nas outras, pois os efeitos do aumento do ritmo são sentidos nos setores adjacentes ao automatizado;
- . treinamento do pessoal substituído ou dispensado pela introdução de máquinas ou processos de automatização, para emprego no mesmo setor, ou deslocamento para outra função sem rebaixamento salarial.
- . garantia de acesso prévio às informações das empresas. Elas devem fornecer regularmente dados econômico-financeiros, andamento da produção, planos de investimento e plano diretor de informática e automação.
- . prévia consulta e negociação com a comissão de representação dos trabalhadores no local de trabalho e no sindicato, diante da necessidade de automatização de serviços e funções.
- . garantia de controle por parte das comissões e do sindicato sobre as alterações produzidas por novas tecnologias, a fim de garantir o nível de emprego.
- . salário desemprego;
- . aumento da taxa de empresas, relativamente ao seu faturamento, para um fundo de desemprego.

#### b) Comissão interna de prevenção de acidentes:

Modificação da legislação da CIPA, garantindo aos seus membros a estabilidade e autoridade igual à dos dirigentes sindicais e representantes dos trabalhadores, para a fiscalização dos efeitos e conseqüências provocadas pela introdução de novas tecnologias, tendo em vista a defesa das condições de higiene, segurança e saúde dos trabalhadores.

c) Comissões de empresa:

Reivindicar, através dos acordos que vêm legalizando a conquista das comissões de empresa ou comissões sindicais por local de trabalho, que estes organismos de representação controlem o ritmo do trabalho, a redução da jornada e o nível de emprego, quando forem introduzidas alterações em decorrência da automação de setor ou serviço.

- Incluir nos estatutos dessas comissões, que a introdução de novas tecnologias só ocorra após prévia discussão e acompanhamento da mesma.

d) Convenções e acordos coletivos de trabalho:

- Estabelecer medidas concretas de proteção ao emprego dos trabalhadores quando ameaçados pelo desemprego tecnológico;

- Prévia discussão com o sindicato sobre a implantação de novas tecnologias. O sindicato deverá avaliar as consequências que poderão ocorrer e garantir a defesa da categoria;

- Retreinamento e reciclagem, pagos pela empresa, para os trabalhadores substituídos por máquinas ou sistemas automatizados, visando seu reaproveitamento sem redução salarial.

e) Estudos e pesquisas:

Aumento de investimentos públicos e garantia de sua aplicação para a realização de estudos e pesquisas de impactos causados pela automação com participação dos trabalhadores." (29)

---

(29) CADERNO DA C U T: "A Tecnologia e os Trabalhadores", pp. 20 - 21.

As organizações dos trabalhadores brasileiros, a exemplo de suas congêneres mais avançadas em todo o mundo, estão demonstrando que entendem portanto, os desafios a elas colocados pela crise do capital, a nível internacional.

Entretanto, a presente conjuntura de crise não deve servir de obstáculo para um aprofundamento mais crítico da questão discutida.

## V.2. Considerações finais

Arrolamos aqui, algumas experiências significativas do movimento sindical internacional, independentemente do fato de que, nos dias de hoje muitas delas tenham se esvaziado, ou que se encontram seriamente ameaçadas pela crise capitalista internacional. De qualquer modo, tais experiências recentes se constituem em importantes conquistas dos trabalhadores a nível internacional e por isso mesmo nunca é demais lembrá-las:

- Na Alemanha (ex- RFA) existe, desde 1968, um acordo em todo o setor metalúrgico, protegendo os trabalhadores dos efeitos das mudanças tecnológicas. A partir de 1979, passou a abranger também o setor químico e têxtil;
- Na Noruega, um acordo semelhante, firmado em 1975, entre a Federação patronal e a Confederação dos Sindicatos da Noruega, prevê a eleição de delegados sindicais e a contratação ( pelos sindicatos e pagos pelas empresas ) de técnicos para avaliar os efeitos da automação, tendo pleno acesso à todas as informações das empresas. Em 1979 foi firmado outro acordo estabelecendo moratórias tecnológicas de até quatro anos ou preservar os empregos a serem suprimidos no mesmo período. Além disso, as empresas norueguesas devem informar os trabalhadores, através dos delegados sindicais dos mesmos, em linguagem simples e inteligível tudo o que se referir aos planos de modernização tecnológica. E por fim, a Confederação Sindical Norueguesa também firmou um acordo de cooperação técnica com centros de pesquisa que trabalham com automação industrial;
- Na Grã-Bretanha, o " Trades Union Congress" (T U C) propôs várias diretrizes a serem negociadas a nível nacional, no que se refere às novas tecnologias, entre as quais, a garantia de que os trabalhadores britânicos tenham o li-

vre acesso em relação às informações, à reciclagem profissional, à duração da jornada de trabalho, à divisão dos benefícios da tecnologia e ao controle do trabalho, higiene e segurança, além de firmar um acordo setorial na indústria, instituindo o seguro-desemprego nos setores automatizados e a redução da jornada de trabalho, sem prejuízo dos vencimentos. E mais ainda, em 1978, firmou outro acordo setorial com a Ford Motor Company (UK), sobre a automação na empresa;

- Na Itália, muitos acordos relativos a problemas técnicos têm sido firmados. Em 1977, a Federação dos Metalúrgicos Italianos (FILM) firmou um acordo com a FIAT sobre questões acima citadas, no caso dos outros países relacionados. Tais acordos foram estendidos a outros trabalhadores e, em 1979, estabeleceu-se que cada inovação a ser introduzida, deveria ser primeiro negociada com o sindicato da categoria;
  
- Na Suécia, desde 1977 existe uma lei que confere aos trabalhadores daquele país, o direito de participar nas decisões de mudança tecnológica nas empresas, com direito a voto e a veto, além da contratação por parte das empresas, de especialistas para assessorá-los. (30)

Mas também perguntamos, o que resta de tais conquistas operárias hoje em dia, frente ao aprofundamento da crise capitalista mundial e ao assédio permanente que as organizações dos trabalhadores vêm igualmente sofrendo por parte do patronato internacional? Daí a nossa ênfase em demonstrar a

---

(30) IPESI - Metal/Mecânica, op. cit., (1987), pp. 37 - 8.

fragilidade estratégica do movimento operário internacional neste momento, frente à ampla e sofisticada investida capitalista contra todas as suas conquistas recentes.

Entendemos também que o "canto de sereia" do capitalismo atual, representado pelo discurso aberto ou dissimulado do determinismo tecnológico, é uma ponte de ligação fortíssima entre os interesses patronais em geral e aqueles provenientes de determinadas parcelas representativas das classes trabalhadoras, em busca da preservação de seus interesses imediatos. Desde a trágica experiência da IIª Internacional, sabemos o quanto tudo isso custa às classes trabalhadoras.

O discurso determinista das novas tecnologias de automação de base microeletrônica promete acabar com a alienação do trabalho. Mas esta é uma promessa vazia, na medida em que a alienação não começou com esta ou aquela determinada base tecnológica: começou quando os produtores diretos foram separados ( alienados ) do produto social de seu trabalho, quando do advento e consolidação do capitalismo como a relação social de produção hegemônica.

E no "admirável mundo novo" das novas tecnologias de automação, há uma incrível "profissão de fé" nas virtudes da economia de mercado e do capitalismo como relação estruturante da sociedade. De que alienação, afinal de contas, se está falando? Deixamos tal questão em aberto...

Entretanto, também salientamos aqui o nosso ponto de vista sobre a questão das novas tecnologias de automação industrial e a alienação do trabalho. A partir do entendimento de como se estrutura o modo capitalista de produção e das experiências concretas levantadas ao longo deste trabalho, podemos afirmar que a utilização crescente das novas tecnologias de automação industrial, com base na microeletrônica vêm, não no sentido de uma igualmente crescente "desalienação" do trabalho. Mas, pelo contrário, vêm contribuindo para uma maior alienação, na medida em que contribuem para que os patrões as utilizem para propósitos que levam a uma maior segmentação das classes trabalhadoras e conseqüentemente para um aprofundamento da exploração do trabalho, pois vai ficando cada vez mais difícil para este, vender coletivamente sua mercadoria.

Este é finalmente o ponto. A venda coletiva da mercadoria força de trabalho (acima do valor de sua reprodução social) não é nenhum "mar de rosas": decorre da correlação de forças sociais que estão em permanente conflito. E o que visa o atual movimento patronal de reestruturação produtiva, senão o restabelecimento de uma nova posição de força junto às classes trabalhadoras como um todo, para que disposta possa novamente relançar um novo ciclo longo e duradouro de acumulação capitalista?

Portanto o futuro das classes trabalhadoras de todo o mundo não está na discussão da tecnologia e de seus efeitos secundários. Está sim, no entendimento da atual crise capitalista com todas as suas especificidades. E um entendimento desta, começa pela sua origem, seus condicionantes e possíveis desfechos face às tendências que estão se conformando. Neste aspecto, a ideologia do determinismo tecnológico deve ser criticada por inteiro, a partir de seus elementos constituintes fundamentais, entre os quais, a visão social de mundo que a burguesia tem da sociedade, conforme a feliz passagem de TRONTI (1976):

"Portanto a crítica interna do marxismo deve exprimir-se antes de mais como luta contra o pensamento burguês. Assim, hoje, a crítica destrutiva de todas as ideologias neo-capitalistas deve ser o ponto de partida necessário para se chegar, de novo, à crítica de toda a ideologia, inclusive todas as ideologias reformistas do movimento operário. Vimos, porém, que atualmente a análise do capitalismo deve, de certo modo, preceder a crítica da ideologia, no sentido em que a deve fundamentar. Podemos, pois, dizer que hoje a análise positiva do presente - isto é, a elaboração das perspectivas de fundo da luta prática e a redescoberta e reorganização das forças materiais que a devem levar por diante - tem necessariamente que preceder e fundamentar a destruição de todas as mistificações ideológicas e políticas." (31)

---

(31) TRONTI, M., "Operários e Capital", Ed. Afrontamento (trad. C.A. de Brito e M.V. Cabral), Porto, 1976, p. 36.

ANEXO

QUADRO 1: Demonstrativo do movimento de alguns dos maiores grupos econômicos japoneses em relação a outras transnacionais (1)

*Industrial Groupings vs Multinationals*

The total turnovers of the leading six Japanese financial capital concerns are compared with those of some leading multinationals as follows:

	Country	1976 Turnover ( \$million)	1978 Turnover ( \$million)	Index (Mitsubishi Group=100)
Mitsubishi Group	Japan	75,000	106,400	100
DAI Group	Japan	54,500	79,300	75
Sumitomo Group	Japan	51,200	78,100	73
Hitsui Group	Japan	48,800	76,500	72
Fuyo Group	Japan	54,000	71,200	67
Sanwa Group	Japan	45,100	64,500	61
G.M.	U.S.A.	47,200	63,200	59
Exxon	U.S.A.	48,600	60,300	57
Royal Dutch-Shell	Neth./U.K.	36,100	44,000	41
Ford	U.S.A.	28,800	42,800	40
I.B.M.	U.S.A.	16,300	21,100	20
G.E.	U.S.A.	15,700	19,700	19
Unilever	U.K./Neth.	15,800	18,900	18
I.T.T.	U.S.A.	11,800	15,300	14
Philips	Netherlands	11,500	15,100	14
Hoechst	W. Germany	9,300	12,100	11
U.S. Steel	U.S.A.	8,600	11,100	10
Nestlé	Switzerland	7,600	11,000	10
E.I. du Pont	U.S.A.	8,400	10,600	10
Thyssen	W. Germany	7,900	9,200	9
I.C.I.	U.K.	7,500	8,700	8
British Steel	U.K.	5,000	5,700	5

Note: The above group turnover is an aggregated turnover covering all the companies listed in Part II except banks and insurance companies.

Source: *ibid.* p. 41

(1) Fonte: NAKASE (1981), *op. cit.*, p. 86.

QUADRO 2: Multinacionalização e expansão ao exterior das 20  
maiores empresas japonesas (2)

Table A-4 *Overseas Expansion and Multinationalisation of Japanese Major Enterprises*

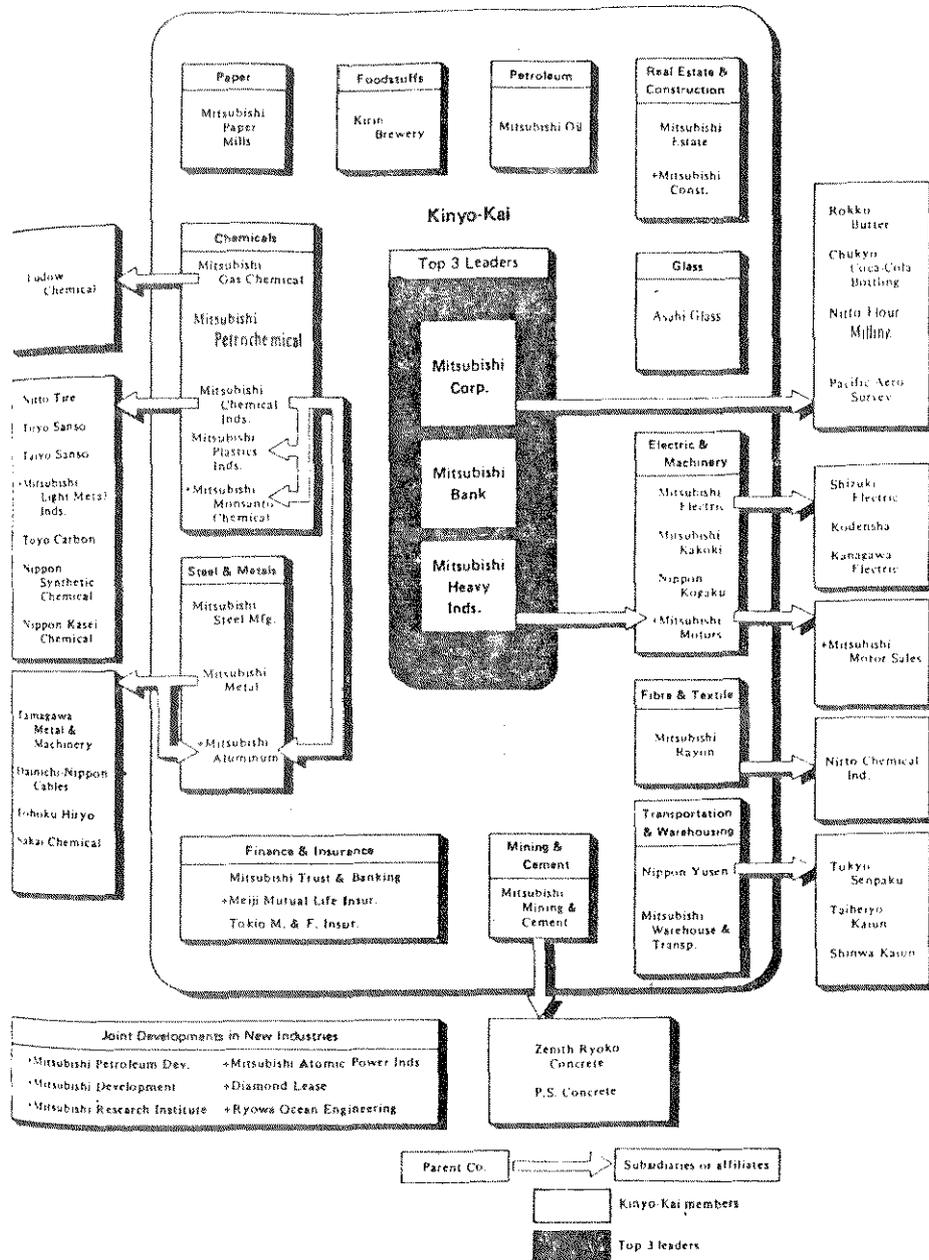
Rank	Company	(A) Balance of Overseas Investment & Loans (Y100m)	(B) Number of Overseas Related Companies	(C) Trade Ratio (%)	(D) Number of Overseas Employees	(E) Number of Employees/ Number of Employees
1	Mitsui & Co., Ltd. (sogo shosha)	2,468	228	49.6	3,342	30.6
2	Mitsubishi Corporation (sogo shosha)	1,443	227	53.7	3,695	37.0
3	Marubeni Corporation (sogo shosha)	1,253	229	55.9	3,296	41.2
4	C. Itoh & Co., Ltd. (sogo shosha)	1,094	210	49.8	2,487	31.2
5	Sumitomo Corporation (sogo shosha)	590	129	40.8	2,135	35.1
6	Matsushita Electric Industrial Co., Ltd.	524	56	28.0	21,000	62.6
7	Toray Industries Inc.	505	52	33.2	30,300	206.2
8	Kawasaki Steel Corporation	408	27	35.4	1,505	4.1
9	Teijin Limited	405	33	29.2	16,500	214.9
10	Toyo Menka Kaisha Ltd. (sogo shosha)	394	84	59.9	1,480	46.4
11	Nissho-Iwai Co., Ltd. (sogo shosha)	385	122	50.9	2,173	33.0
12	Nippon Steel Corporation	374	26	32.8	1,050	1.4
13	Honda Motor Co., Ltd.	347	26	67.3	4,378	20.3
14	Mitsubishi Heavy Industries Ltd.	344	22	38.3	4,895	6.6
15	Nissan Motor Co., Ltd.	326	16	45.9	—	—
16	Sony Corporation	317	22	60.9	5,500	56.0
17	Nihon Usiminas	297	1	—	13,821	431.9
18	Ishikawajima-Harima Heavy Industries Co., Ltd.	253	18	56.3	7,850	23.5
19	Kanematsu-Gosho Ltd. (sogo shosha)	249	83	50.5	1,288	44.4
20	Toshiba Corporation	216	45	23.4	11,600	18.5

Source: The figures in (A) and (B) are the presumed amounts in 1978 from *Multinationals Facts and Figures 1979*, The Oriental Economist. For (C): The figures of the trading companies indicate the ratio of export, import and intermediary trade to total sales. *The Trading Firms Yearbook, 1978 and 1979*. For the manufacturing companies, the figures show the export ratio. *President* (May, 1978). For (D): the data are from the same sources as (C). The numbers of domestic employees of (E) are from *Japanese Company Handbook*, (Spring, 1979), The Oriental Economist.

QUADRO 3: Exemplo de como se estrutura o grande capital japonês; o grupo Mitsubishi (3)

Chart A-1

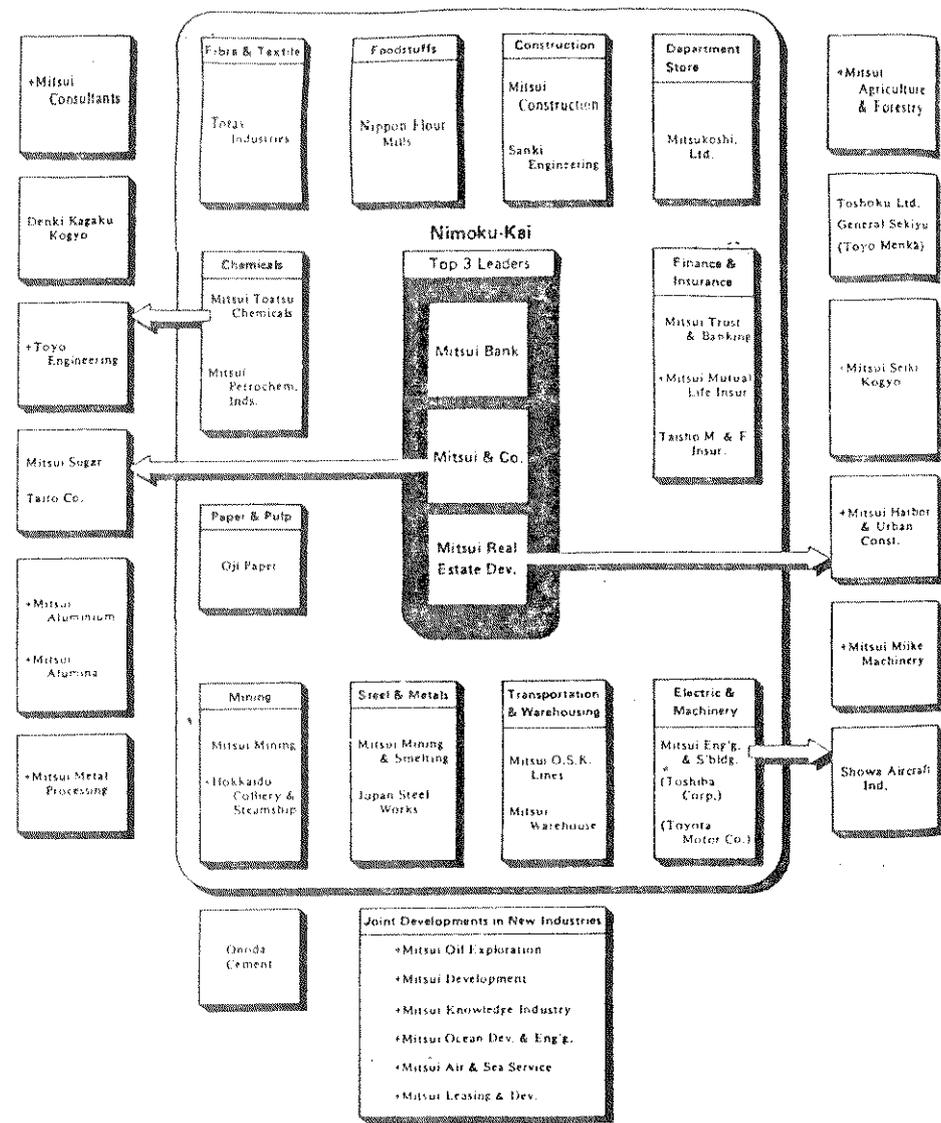
Mitsubishi Concern



Source: 'Industrial groupings in JAPAN, revised edition 1980-1981' by Dodwell Marketing Consultants, Tokyo, p. 69.

QUADRO 4: Um outro exemplo de estruturação do grande capital no Japão; o grupo Mitsui (4)

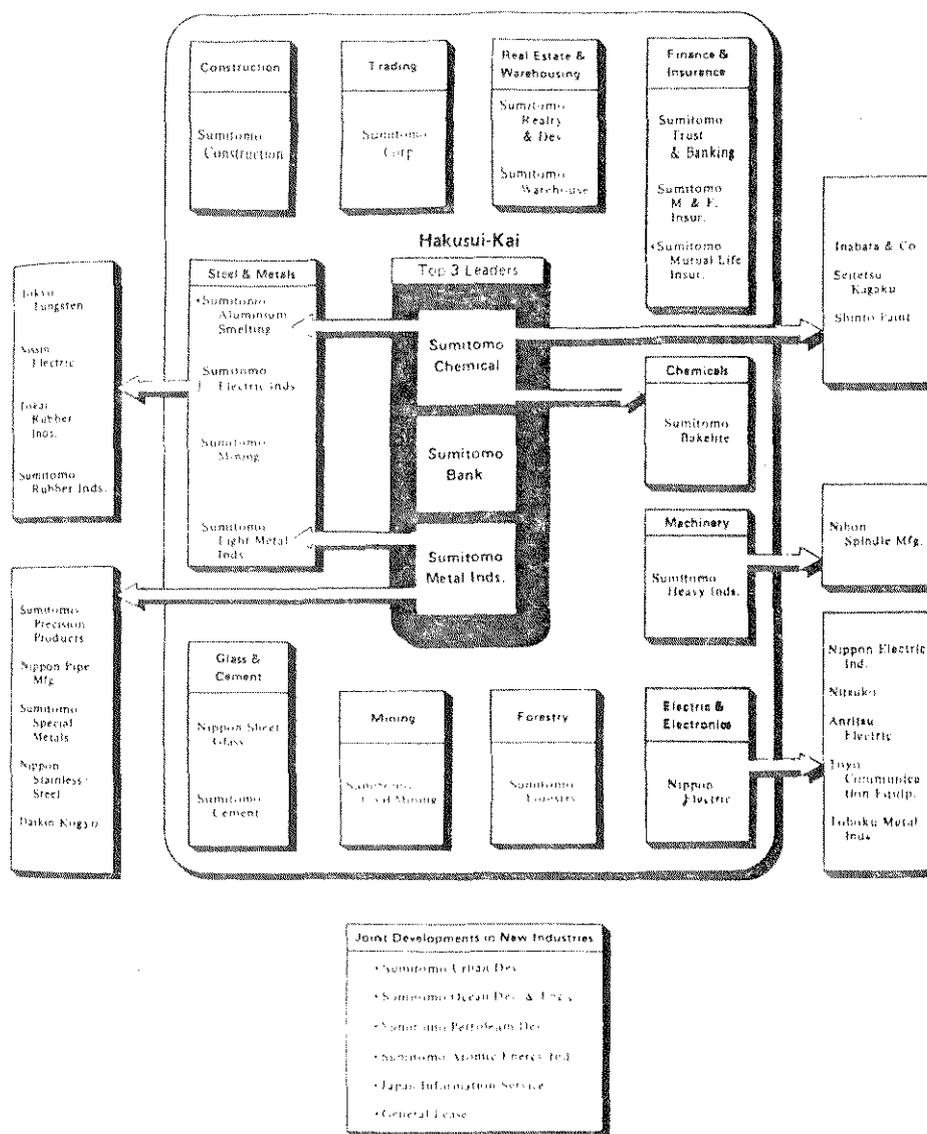
Chart A-2 Mitsui Concern



(4) IBID, p. 97.

QUADRO 5: Um último exemplo; o grupo Sumitomo (5)

Chart A-3 Sumitomo Concern



(5) IBID, p. 98. Em todos os exemplos acima é constante a presença do capital financeiro

BIBLIOGRAFIA CITADA

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABERNATHY, W.J. et Alli, "Industrial Renaissance: producing a competitive future for America", Basic Books, Nova Iorque, 1983(4), in TOMANEY, J., op. cit., 1990.
- AGLIETTA, M., "Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos", (trad. Juan Bueno), Siglo Veintuno de España, Madrid, 1979.
- AGUIRRE ROJAS, C.A., "Los Procesos de Trabajo en la Visión de Marx", Tese de doutoramento, (mimeo.), UNAM, Cidade do México, 1988.
- ALBUQUERQUE, E., "A Foice e o Robô: as inovações tecnológicas e a luta operária", Página 7 Artes Gráficas Ltda, São Paulo, 1990.
- AMSDEN, A., "Third World Industrialization: Global Fordism or a New Model?", New Left Review 182, 1990.
- ANÔNIMO, "CADERNO DA CUT: A Tecnologia e os Trabalhadores", setembro de 1987.

\_\_\_\_\_, "Resposta Sindical Frente à Automação Industrial-  
Pontos de Vista Sobre o Assunto", IPESI/METAL-  
MECÂNICA, ano VII, set-out 1987.

BARBA, M., "Produire sans homme", Science et Vie 882, 1991.

BARBROOK, R., "Mistranslations: Lipietz in London and Paris",  
SCIENCE AS CULTURE 8, 1990.

BELL, D., "The Coming of Post-Industrial Society: A Venture  
in Social Forecasting", Heinemann, Londres, 1974,  
in POLLERT, A., op. cit., 1988.

BERMAN, B., "The Computer Metaphor", SCIENCE AS CULTURE 7,  
1989.

BERTALLANFY, L.v., "Teoria dos Sistemas", Vozes, Petrópolis,  
1968.

BEYNON, H., "Working for Ford", Pelican Books, Reading, 1984.

BOYER, R., MISTRAL, J., "La crise actuelle: d'une analyse  
historique à une vue prospective",  
CEPREMAP, Paris, 1983.

- CÉZARD, M., THÉVENOT, L., "Évolution des qualifications",  
CAHIERS FRANÇAIS 209, 1983.
- CLARKE, S., "New Utopias for Old: Fordist Dreams and Post-  
Fordist Fantasies", CAPITAL&CLASS 42, 1990.
- CORIAT, B., "Autômatos, robôs e classe operária", NOVOS ESTU-  
DOS CEBRAP, julho de 1983.
- \_\_\_\_\_, "La régulation dans la crise actuelle", in "Le  
Travail Ouvrier", CAHIERS FRANÇAIS 209, 1983.
- \_\_\_\_\_, "Revolución Tecnológica y Proceso de Trabajo",  
SIPS-PNUD/OIT, vol.1, sem data.
- DAVIS, G.R., "Energy for Planet Earth", Scientific American  
263:3, 1990.
- DAY, R.B., "The Theory of the Long Cycle: Kondratiev, Trotsky,  
Mandel", New Left Review 99, 1976.
- DE CLOSETS, F., "Réinventer le travail", Sciences et Avenir  
304, 1972.

DIANI, D., "Conséquences organisationnelles de l'automation",  
SOCIOLOGIE DU TRAVAIL 4:84, 1985.

EDWARDS, R., "The Social Relations of Production at the Point  
of Production", The Insurgent Sociologist, vol.  
VIII, n<sup>os</sup> II & III, Fall 1978.

ESTALL, R.C., "Stock control in manufacturing: the just-in-  
time system and its locational implications",  
AREA 17:2, 1985, in SAYER, A., op.cit., 1986.

EVANS, P., "Class, State and Dependence in East Asia: Lessons  
for Latin Americanists", Brown University,  
(mimeo.), 1984.

FICKETT, A. et Alli, "Efficient Use of Electricity", Scien-  
tific American 263:3, 1990.

GALVAN, C.G., "Capital, Tecnologia & Questionamentos", SHORIN,  
João Pessoa, 1989.

GINSBOURGER, F., in "Prefácio", da obra de SATOSHI, K., op.  
cit., 1985.

GRAHL, J., "Restructuring in West European Industry",

CAPITAL&CLASS 19, 1983.

GRAMSCI, A., "Antologia" (trad. Manuel Sacristán), Siglo XXI,

Cidade do México, 1977.

HIRATA, H., FREYSSENET, M., "Os CCQ's no Japão", RAE 25:3,

1985.

HIRATA, H., ZARIFIAN, P., "Strength and Fragility of the

Japanese Model", Paper presented  
to the symposium on "New Technol-  
ogies and Societal Trends",

(Session IV), at the World Con-  
gress of Sociology, Madrid, julho  
de 1992.

HIRST, P., ZEITLIN, J., "Flexible Specialisation and the Com-  
petitive Failure of UK Manufacturing",

The Political Quarterly 60:2, 1989.

HOURLANI, B.T., "Towards the 21<sup>st</sup> century: the organization of  
power in post-industrial society", SCIENCE &

PUBLIC POLICY 14:4, 1987.

HYMAN, R., "Flexible Specialisation: Miracle or Myth?", *New Technology and Industrial Relations*, Basil Blackwell, Oxford, 1988.

ICHIYO, M., "Class Struggle on the Shopfloor- the Japanese Case, 1945-84", AMPO, Japan Asia Quarterly Review, 16:3, 1984, in SAYER, A., op. cit., 1986.

KAMATA, S., "Japan in the Passing Lane", Pantheon, Nova Iorque, 1982, in SAYER, A., op. cit., 1986.

KAPLINSKY, R., "Industrial Restructuring in Less Developed Countries: The Role of Information Technology", IDS (mimeo.), Brighton, 1988a.

\_\_\_\_\_, "Restructuring the Capitalist Labour Process: Some Lessons from the Automobile Industry", IDS, (mimeo.), Brighton, 1988.

LEWIS, A.O., "Utopian Approaches to Technology", Bulletin of Science and Technology, vol.7, 1987.

LIPIETZ, A., "Conferência proferida na "Polytechnic of Central London", em janeiro de 1989, in BARBROOK, R., op. cit., 1990.

MANDEL, E., "Explaining Long Waves of Capitalist Development",  
FUTURES, agosto de 1989.

\_\_\_\_\_, "In Defense of Socialist Planning", New Left Re-  
view 159, 1986.

\_\_\_\_\_, "O Capitalismo Tardio", (trad. C.E. Silveira Ma-  
tos, R.C. Andrade e D.A. Azevedo), Nova Cultu-  
ral, São Paulo, 1985.

MARGLIN, S., "Origines et Fonctions de la Parcellisation des  
Tâches", in GORZ, A., (org.), "Critique de la  
Division du Travail", Seuil, Paris, 1973.

MASUZOE, Y., "Japanese Society and the Outside World",  
SCIENCE & PUBLIC POLICY 13:1, 1986.

MARX, K., "Capital", The Random House, Nova Iorque, 1906.

\_\_\_\_\_, "El Capital", (trad. Floreal Mazín), Cartago,  
Buenos Aires, 1973.

MISSIKA, J.L., PASTRÉ, O. et Alli, "Informatisation et emploi:  
menace ou mutation?",  
Informatisation et Socie-  
té 11, Paris, 1981.

MORAIS NETO, B.N., "Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão", Brasiliense, São Paulo, 1989.

MORGAN, K., SAYER, A., "A modern industry in a mature region: electrical engineering in South Wales", Sussex University Urban and Regional Studies, Working Paper nº 39, sem data, in SAYER, A., op. cit., 1986.

MURRAY, F., "The decentralisation of production - the decline of the mass-collective worker?", CAPITAL&CLASS 19, 1983.

NAKANE, C., "Japanese Society", University of California Press, Berkeley, 1970.

NAKASE, T., "Some Characteristics of Japanese-Type Multinational Enterprises Today", CAPITAL&CLASS 13, 1981.

PALLOIX, C., "Les Formes Contemporaines de la Socialisation et la Question d'une Alternative", Seminaire "Socialisation et Tiers Monde", CRMSI, (mimeo.), Paris, sem data.

PIORE, M.J., SABLE, C.F., "The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity", Basic Books, Nova Iorque, 1984.

POLLERT, A., "Dismantling Flexibility", CAPITAL&CLASS 34, 1988.

RICHTA, R., "Civilization at the Crossroads", International Arts and Sciences Press, Praga, 1968, in HOURANI, B.T., op. cit., 1987.

ROSENBLOOM, R.S., ABERNATHY, W.J., "The Climate for Innovation in Industry: The Role of Management Attitudes and Practices in Consumer Electronics", RESEARCH POLICY 11:4, sem data, in SAYER, A., op. cit., 1986.

RUGGIERO, V., "Turin Today: Pre-Modern Society or Post-Industrial Bazaar?", CAPITAL&CLASS 31, 1987.

SABEL, C.F., "Work and Politics", Cambridge University Press, Cambridge, 1982.

SATOSHI, K., "Japão: A Outra Face do Milagre", (trad. C.N. Coutinho), Brasiliense, São Paulo, 1985.

SAYER, A., "New developments in manufacturing: the just-in-time system", CAPITAL&CLASS 30, 1986.

SCHUMPETER, J.A., "Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico", (trad. M.S. Possas), Abril Cultural, São Paulo, 1982.

SHAIKEN, H. et Alli, "The work process under more flexible production", Industrial Relations 25:2, in TOMANEY, J., op. cit., 1990.

SHAIKEN, H., "Work Transformed: Automation and Labor in the Computer Age", Holt, Rinehart & Winston, Nova Iorque, 1985.

SHIMADA, H., "The International Impact of Japan's Labor Practices", SCIENCE & PUBLIC POLICY 3:1, 1986.

SMITH, S., "TAYLORISM RULES OK? Bolshevism and the Technical Intelligentsia in the Soviet Union, 1917 - 41", RADICAL SCIENCE JOURNAL 13, 1983.

TOMANEY, J., "The Reality of Workplace Flexibility", CAPITAL&CLASS 40, 1990.

TRONTI, M., "Operários e Capital", Ed. Afrontamento, (trad. C.A. de Brito e M.V. Cabral), Porto, 1976.

TROTSKY, L., "The First Five Years of the Communist International", vol. 1, Nova Iorque, 1945, in DAY, R., op. cit., 1976.

TUDE DE SOUZA, A., "Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci", HISTÓRIA & PERSPECTIVAS 5, U. F. de Uberlândia, (no prelo), 1992.

TURNBULL, P., "The Limits of Japanisation - just in time, labour relations and the UK automotive industry", in "New Technology, Work and Employment" 3:1, 1987, in TOMANEY, J., op. cit., 1990.

WIENER, N., "Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos", CULTRIX, São Paulo, 1968.